

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



LENILDA LIMA DA SILVA
Superintendente Regional

ALESSANDRA MÁRCIA COSTA
Superintendente Regional Substituta
Chefe da Divisão de Desenvolvimento

ADERSON FREDERICO DA SILVA
Chefe da Divisão de Administração

KATIUCIA MENDES SANTOS
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

JOSÉ EVERALDO MORAIS DE LIMA
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Missão

“Implementar a política de Reforma Agrária e realizar o Ordenamento da Estrutura Fundiária nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”.

Visão de Futuro

“Ser referência internacional de soluções de inclusão social”.

Regimento Interno - Portaria N° 20 de 8/4/2009.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES.....	10
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	17
PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	19
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.....	19
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	19
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	20
1.3 Organograma Funcional.....	21
1.4 Macroprocessos Finalísticos	30
1.5 Macroprocessos de Apoio	32
1.6 Principais Parceiros.....	33
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	34
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	34
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	39
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	43
2.4 Indicadores.....	47
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	48
3.1 Estrutura de Governança	48
3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos	52
3.3 Remuneração Paga a Administradores	54
3.4 Sistema de Correição.....	54
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	56
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	57
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	57
4.1.1Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	57
4.1.2Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	57
4.1.3Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	58
4.1.4Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	59
4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	59
4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar	95
4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	98
4.1.5Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	100

4.1.6	Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	101
4.2	Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	110
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	110
4.2.2	Programação de Despesas.....	110
4.2.2.1	Programação de Despesas Correntes.....	110
4.2.2.2	Programação de Despesas de Capital	111
4.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	112
4.2.2.4	Análise Crítica.....	112
4.2.3	Programação de Despesas.....	113
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa.....	114
4.2.4.1	Execução da Despesa com Créditos Originários.....	114
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	114
4.2.4.1.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	115
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	117
4.2.4.2.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	117
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	118
4.2.4.2.3	Análise Crítica.....	119
5.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	123
5.1	Reconhecimento de Passivos.....	123
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	123
5.1.2	Análise Crítica	123
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	124
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	124
5.2.2	Análise Crítica	124
5.3	Transferências de Recursos	125
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	125
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	125
5.3.3	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	126
5.3.4	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	127
5.3.5	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	128
5.3.6	Análise Crítica	129
5.4	Suprimento de Fundos	130
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	130

5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral	130
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo B	130
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo	131
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	132
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos	133
5.4.1.6	Análise Crítica.....	134
5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	134
5.6	Gestão de Precatórios	134
6.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	135
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	135
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada	135
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	136
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	137
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	138
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	139
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	140
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	142
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria.....	142
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	142
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	143
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos.....	143
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	144
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC	144
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico	146
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	146
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	147
6.2	Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	153
6.2.1	Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	153
6.2.2	Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorência da Realização de Concurso Público	153
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	154
6.2.4	Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	155
6.2.5	Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	156

6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	158
7.	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	159
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	159
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	160
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	160
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	160
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	161
8.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	164
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação - TI.....	164
8.2	Análise Crítica	166
9.	Gestão do Uso de Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	167
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	167
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	169
10.	Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas	170
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	170
10.1.1	Deliberações do TCU atendidas no Exercício	170
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	172
10.1.3	Recomendações da OCI Atendidas no Exercício.....	176
10.1.4	Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	177
10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	209
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	209
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	209
10.3.1.1	Análise Crítica.....	209
10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	210
10.4.1	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	210
11.	Informações Contábeis.....	211
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	211
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	211
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	224
11.2.1	Declaração Plena.....	224
11.2.2	Declaração com Ressalva	225
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	226
11.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976	227
11.5	Composição Acionária das Empresas Estatais	227
11.6	Parecer da Auditoria Independente.....	227

12. Outras Informações Sobre a Gestão	228
PARTE B-CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	234
13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis ..	234
14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	234
ANEXOS.....	236

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - ED 2105	60
Tabela 2 - ED 8387	62
Tabela 3 – Meta Física Executada em 2012 na Ação 8387.....	62
Tabela 4 – Execução da meta física da ação 4460 em 2012.....	64
Tabela 5 – Execução da meta física da ação 0427 no ano de 2012.	70
Tabela 6 – Aquisição Material de Construção.....	72
Tabela 7 – Recuperação de Material de construção e Semi Árido.....	73
Tabela 8 – Apoio Inicial e Fomento	74
Tabela 9 - ED	77
Tabela 10 – Famílias atendidas com obras de infraestrutura em 2012.	79
Tabela 11 - ED 8396	80
Tabela 12 - ED 8398	85
Tabela 13 - ED 4320	88
Tabela 14 - Execução do programa 4320 em 2012.....	88
Tabela 15 - ED 4358	90
Tabela 16 – Documentação de Concessão de Uso expedida em 2012.....	90
Tabela 17 - ED 8374	92
Tabela 18 – Licenças emitidas em 2012	92
Tabela 19 – ED8370.....	94
Tabela 20 – Famílias a serem atendidas conforme resultado da Chamada Pública de ATER	96
Tabela 21 – ED4470.....	96
Tabela 22 – PDA/PRA aprovados em 2012.....	97
Tabela 23 – ED4304.....	99
Tabela 24 - ED2000	102
Tabela 25 - ED 4572	105
Tabela 26 - Servidores capacitados em 2012.....	107
Tabela 27 - ED 2103	109
Tabela 28 – ED2109.....	229
Tabela 29 – ED4304.....	231
Tabela 30 – Execução física da ação 8402 em 2012	233

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	19
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	52
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático.....	57
Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ	57
Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ.....	58
Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105	59
Quadro A.4.4.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387	61
Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460	64
Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384	66
Quadro A.4.4. 1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427	69
Quadro A.4.4. 1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7	76
Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396	78
Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398	84
Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06	86
Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320	87
Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358	89
Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374	91
Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370	94
Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470	95
Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1	98
Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120	100
Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000.....	101
Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572.....	104
Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103.....	108
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	110
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes.....	110
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	111
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	112
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	113
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	114
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários.....	115
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....	117
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	118
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	123
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	124
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	125
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.....	126
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	127
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	128
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	130
Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)	130
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	131
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	132
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	133
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	135
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	136
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	137
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	138

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	139
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	140
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	142
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	142
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	144
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	145
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	145
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	146
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....	146
Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	153
Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	153
Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	154
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	155
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	156
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	158
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	160
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	160
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	161
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	164
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	167
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	169
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	170
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	172
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	176
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	177
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	209
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	210
Quadro Extra 1 – Ação 2109	228
Quadro Extra 2 – Ação 4304	230
Quadro Extra 3 – Ação 8402	232
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.	252

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067	22
Figura II – Famílias assentadas em 2012.....	67
Figura III – Créditos empenhados em 2012 na ação 2000	102
Figura IV – Total de servidores X total de servidores capacitados.....	105
Figura V – PC ajustado ao Decreto nº 7680/2012 X Crédito empenhado.....	119
Figura VI – PC ajustado ao Decreto nº 7680/2012 X Crédito empenhado.	120
Figura VII – PC Original X PC ajustado ao Decreto nº 7680/2012.....	122

LISTA DE DECLARAÇÕES

Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv 210

**Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação
orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 225**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFC – Coordenação-Geral de Cadastro Rural

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

ED – Elemento de Despesa

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

GAP - Gestão e Administração do Programa

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IMA – Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NE - Norma de Execução
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PC – Plano de Compromisso
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RB – Relação de Beneficiários
RG - Relatório de Gestão
RG2012 – Relatório de Gestão 2012
RL - Reserva Legal
RP – Restos a pagar
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SR – Superintendência Regional do Incra
SR-22 - Superintendência Regional do Incra em Alagoas
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2012 da Superintendência Regional do Incra em Alagoas INCRA foi desenvolvido em conformidade com o disposto na IN TCU nº 63/2010, na DN TCU nº 119/2012, na Portaria TCU nº 150/2012 e nas orientações do órgão de controle interno, sendo composto por três partes: Parte A – Conteúdo Geral, que é composta de 12 itens; Parte B – Conteúdo Específico por UJ, composta pelos itens 13 e 14.

Dentre os itens recomendados para compor o relatório de Gestão, alguns deles não se aplicam à natureza da UJ e, portanto, não constam neste Relatório, porém seus tópicos permaneceram no corpo do texto, com observação em nota de rodapé. São eles:

- I. Remuneração Paga a Administradores
- II. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- III. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- IV. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- V. Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ
- VI. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
- VII. Programação de Despesas Correntes - Origem dos Créditos Orçamentários
- VIII. Programação de Despesas de Capital - Origem dos Créditos Orçamentários
- IX. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- X. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
- XI. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
- XII. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
- XIII. Gestão de Precatórios
- XIV. Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
- XV. Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público
- XVI. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
- XVII. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

XVIII. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

XIX. Composição Acionária das Empresas Estatais

Além disso, os tópicos abaixo indicados, apesar de se aplicarem à natureza desta Superintendência, não apresentaram conteúdo a ser declarado no exercício de 2012:

- I. Ação 20TG – Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais
- II. Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária;
- III. Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional
- IV. Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural;
- V. Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais;
- VI. Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas;
- VII. Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas;
- VIII. Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos;
- IX. Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo;
- X. Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social;
- XI. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- XII. Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

Nos últimos anos, o INCRA teve suas atribuições exponencialmente ampliadas, incorporando atribuições tais como a regularização de territórios quilombolas, PRONERA, distribuição de cestas de alimentos às famílias acampadas, documentação da trabalhadora rural, licenciamento ambiental, dentre outras ações. O número de assentamentos beneficiados com o programa de reforma agrária também foi ampliado. O somatório disso tudo resulta na elevação da importância social, econômica e ambiental que esta Autarquia desempenha no Estado de Alagoas e em todo o país.

Esse relatório visa apresentar de forma simples, objetiva, concisa e transparente a execução física e orçamentária desta Superintendência, no exercício de 2012, retratando as principais atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA		
Código SIORG: 4144	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373051
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(082) 3201-1950 / 3201-1952	
Endereço eletrônico: publico@INCRA.gov.br		
http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Rua do Imperador, nº 105, Centro. Maceió-AL. CEP: 57020-030.		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37.201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373051	37201	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, por meio de 30 Superintendências Regionais. O Incra está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua estrutura regimental foi aprovada pelo Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006, com as alterações procedidas pelo Decreto nº 5.928, de 13 de outubro de 2006.

A missão prioritária do Incra é realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 69, de 20 de outubro de 2006, apresenta as finalidades do Incra nos incisos do seu art. 1º:

- I - promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;*
- II - promover, coordenar, controlar e executar a colonização;*
- III - promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e*
- IV - gerenciar a estrutura fundiária do país.*

Nos últimos anos, o Incra atua em temas importantes como o das comunidades quilombolas, o da educação de jovens e adultos, o do equacionamento do passivo ambiental existente, o da recuperação e implantação da infraestrutura e o do desenvolvimento sustentável de assentamentos.

Entre as prioridades recentes, está a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial, objetivando a implantação de modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País, além do fomento da integração espacial dos projetos.

Neste sentido, a Superintendência Regional do Incra em Alagoas tem priorizado seus esforços principalmente em atividades como a concessão de crédito instalação às famílias assentadas, a assistência técnica e extensão rural para reforma agrária, a implantação e recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento, o gerenciamento e fiscalização do cadastro rural e o licenciamento ambiental de assentamentos da reforma agrária.

Dessa forma, a atuação desta Superintendência tem criado condições adequadas de habitação, acesso a serviços públicos, assistência técnica e melhoria da capacidade produtiva dos Assentamentos, revelando a importância social, econômica e ambiental que esta Autarquia desempenha no Estado de Alagoas.

Alguns fatores têm dificultado, nos últimos anos, a atuação de forma mais eficiente desta Superintendência. Configura-se nítido quadro de precarização institucional comprovado pelos seguintes fatos: a) defasagem de quadro de pessoal, contrastando com o expressivo aumento do público da reforma agrária e com a significativa ampliação das ações e das atribuições do INCRA; b) os servidores do Incra recebem um salário bem abaixo da média dos salários de órgãos assemelhados; c) significativa redução na quantidade de cargos do Incra; d) orçamento, em valores reais, em linha descendente nos últimos exercícios; e) contingenciamento orçamentário que inibe o planejamento dos órgãos públicos, ao dificultar a previsibilidade dos dispêndios governamentais (pois estes não conseguem saber quando terão os recursos e quais serão os recursos disponíveis) nas diversas políticas públicas. Em conjunto, todos esses problemas prejudicam a oferta de serviços públicos para a sociedade.

1.3 Organograma Funcional

A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – apresentada, através do organograma abaixo, foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões.

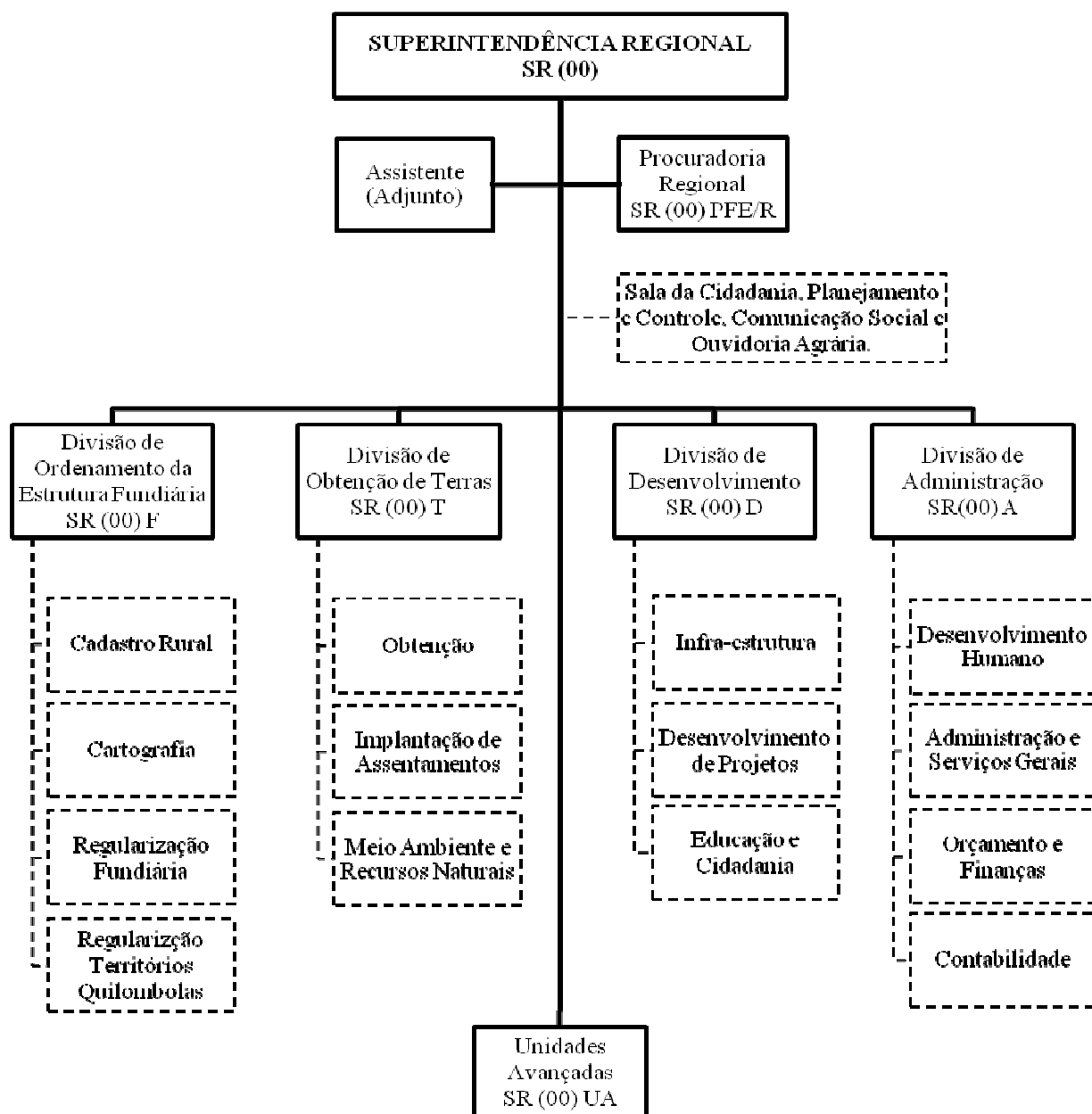


Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067

Os normativos acima citados estabelecem as competências de cada um dos setores, conforme detalhado abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e

garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a)Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b)Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de

trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

2) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

3) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a

integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

Não há Unidade avançada no âmbito desta Superintendência Regional do Incra em Alagoas.

4) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua

competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

5) À Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica;

Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

6) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-

governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

7)À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de

empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do Incra, isto é, aqueles diretamente relacionados com o negócio e com a razão de existir desta Autarquia, são fundamentados nos termos da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar. Eles são consolidados nos incisos do art. 2º da Portaria MDA nº 69, de 20 de outubro de 2006:

I - quanto ao ordenamento da estrutura fundiária:

- a) realizar estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, de acordo com o art. 43, incisos I a IV, da Lei nº.4.504/64;
- b) definir critérios para fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;
- c) organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros rurais, bem como quaisquer outros que vise proporcionar elementos para conhecimento e correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural;
- d) identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, a pequena e média propriedade, na forma da Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
- e) certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais na forma do art. 3º da Lei nº. 10.267, de 28 de agosto de 2001;
- f) promover a concessão, remição, transferência e extinção de aforamento de terras públicas;

- g) promover a discriminação de terras devolutas da União, incorporando-as ao patrimônio público na forma da Lei nº. 6.383, de 7 de dezembro de 1976;
- h) regularizar as ocupações das terras na forma dos arts. 97 a 102 da Lei nº. 4.504/64;
- i) controlar a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros; e
- j) promover a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

II - quanto à obtenção e destinação de terras, e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização:

- a) promover as desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária e realizar outras formas de aquisição de terras necessárias às suas finalidades;
- b) criar e implantar projetos de assentamento de reforma agrária;
- c) promover a realocação de trabalhadores rurais não índios desalojados de terras indígenas;
- d) incorporar bens ao seu patrimônio, na forma do art. 17 da Lei nº. 4.504/64 e da Lei n.º 8.257, de 26 de novembro de 1991;
- e) promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras;
- f) promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento da reforma agrária; e
- g) fixar a metodologia de aprovação e acompanhamento a ser adotada nos projetos de colonização oficial e particular.

III - quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária:

- a) garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviços e infraestrutura básica;
- b) promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária;

- c) proporcionar a educação formal em todos os níveis, ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior, para o público da reforma agrária, visando a promoção da igualdade no meio rural; e
- d) promover o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de colonização oficial e particular, até a sua consolidação.

Como já destacado em tópico anterior deste relatório, a SR-22 tem atuado prioritariamente na qualificação dos assentamentos, visando oferecer condições dignas de moradia aos beneficiários da reforma agrária, através de concessão de crédito, da implantação e recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento, bem como da assistência técnica e extensão rural para reforma agrária.

Não obstante, no exercício de referência, esta Superintendência atuou ainda em importantes ações para o processo de reforma agrária, como a obtenção de imóveis rurais, o gerenciamento e a fiscalização do cadastro rural, o licenciamento ambiental de assentamentos da reforma agrária, o cadastro, seleção e homologação de famílias beneficiárias do PNRA, o fomento à agroindustrialização e à comercialização da produção dos assentamentos, bem como o enfrentamento ao racismo e à promoção da igualdade racial.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio ao funcionamento do Incra estão ligados às atividades ligadas à Divisão de Administração e às funções ligadas ao Gabinete. O detalhamento dessas atividades e funções já foi fornecido nos itens anteriores deste Relatório. Dessa forma, limitamo-nos a enumerar esses macroprocessos:

- a) Desenvolvimento humano;
- b) Contabilidade;
- c) Administração e Serviços Gerais;
- d) Orçamento e Finanças;
- e) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania);
- f) Planejamento e Controle;
- g) Comunicação Social;
- h) Ouvidoria Agrária.

Ante o já comentado quadro de precarização institucional que o Incra vem sofrendo nos últimos exercícios, a SR-22 tem reconhecido os problemas existentes e realizado um grande esforço para reverter tal quadro. Prova disso, é a eficiência da atuação do Grupo de Trabalho “Passivo Zero” de Convênios. O resultado desse GT é apresentado ao longo deste Relatório.

Entendemos que urge uma ação efetiva com vistas à reestruturação do INCRA, de forma a garantir um atendimento cada vez mais qualificado ao público da reforma agrária, bem como maior eficácia em relação ao ordenamento da estrutura fundiária, ações estas bastante limitadas em função da baixa capacidade operacional do INCRA. Nesse contexto, o fortalecimento da chamada “área meio”, responsável pelos macroprocessos de apoio, apresenta-se como fundamental.

1.6 Principais Parceiros

Podemos listar, sem detrimento de outros, alguns dos principais parceiros que colaboram ou participam direta ou indiretamente na consecução dos objetivos desta Superintendência Regional do Incra em Alagoas:

- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra;
- Tribunal de Contas da União;
- Controladoria-Geral da União;
- Ministério Público da União;
- Governo do Estado de Alagoas;
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas;
- Instituto de Terras de Alagoas;
- Diversas Prefeituras Municipais do Estado de Alagoas.

2.Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Planejamento Estratégico estabelece os objetivos de uma entidade, revelando o caminho a ser seguido para alcançá-los, levando em consideração o ambiente em que a organização está inserida. Entre o final do exercício de 2011 e o primeiro bimestre do exercício de 2012, as diversas Divisões da Superintendência Regional do Incra em Alagoas definiram o Planejamento Estratégico desta Regional para o exercício de 2012.

O plano estratégico estabelecido se adequa às competências constitucionais, legais e normativas do Incra. Ademais, o plano está em consonância com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. O plano estratégico desta SR-22 contempla os programas temáticos e os de gestão, manutenção e serviços do Estado definidos no PPA em que estão definidas as ações desta SR-22, a saber, os programas são: 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária; 2012 – Agricultura Familiar; 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial; e 2120 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do referido Planejamento Estratégico seguiu o seguinte roteiro: definição da visão estratégica, através da declaração da missão, dos valores e da visão do órgão; análise dos ambientes interno e externo, elencando as oportunidades, ameaças pontos fortes e fracos da Autarquia; e formulação do plano de ação, definindo metas, objetivos e estratégia. Através dessa metodologia define-se aonde a Superintendência quer chegar e como ele está para chegar à situação desejada.

Os principais objetivos estratégicos traçados para a Superintendência em 2012, bem como as principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos são apresentados abaixo:

- 1.Elaboração e conclusão de 03 RTID (Relatório Técnico de Identificação e Demarcação).
 - a.Encaminhamento do RTID para julgamento do CDR.
 - b.Publicação de Portaria do Incra.
 - c.Cadastramento de famílias.
- 2.Indenizar 02 imóveis através do Programa Brasil Quilombola.
 - a.Pagamento de indenização.
- 3.Elaboração de 02 RTID.

- a. Estudo Sócio-Histórico e Antropológico da Comunidade;
 - b. Identificação de Território; Georreferenciamento do Território;
 - c. Redação Final do RTID;
 - d. Notificações dos Ocupantes;
 - e. Consulta institucional;
 - f. Encaminhamento do RTID para julgamento do CDR;
 - g. Cadastramento de famílias.
4. Reuniões para difusão dos trabalhos técnicos do INCRA nas 60 comunidades quilombola.
5. Georreferenciar 31 projetos de assentamento (P.A), na jurisdição SR-22.
- a. Firmar convênios e/ou licitação para execução indireta e/ou direta.
6. Parcelamento de 31 projetos de assentamento.
- a. Firmar convênios e/ou licitação para execução indireta e/ou direta.
7. Georreferenciar 15 imóveis até 4 módulos fiscais, na jurisdição SR-22.
- a. Execução via administração direta.
8. Em relação ao cadastro rural:
- a. 1.700 Análises Cadastrais e UMC;
 - b. 200 Análises Processuais;
 - c. 100 Cadastramentos dos PA's;
 - d. 40 Fiscalizações de Estrangeiros;
 - e. 1990 Digitações dos formulários;
 - f. 150 Ex-ofício Cartórios;
 - g. 300 Demandas Judiciais e Pesquisas;
 - h. 102 Novos Termos de UMC's e Renovação;
 - i. 102 Treinamentos UMC;
 - j. 102 Acessos ao SNCR dos UMC's;
 - k. 01 Fiscalização Cadastral.
9. Garantir a alimentação do SIPRA pelos responsáveis por cada módulo.
- a. Agendar reuniões periódicas entre o gestor do sistema e os responsáveis pelos módulos, para 2012;
 - b. Treinamento com os responsáveis pelos módulos.
10. Assentamento de 800 famílias.
- a. Identificação e obtenção de terras;
 - b. Cadastramento de 2000 famílias;
 - c. Assentamento de novas famílias em lotes vagos e/ou ocupados irregularmente;
 - d. Criação e implantação de projetos de assentamento;

- e.Reconhecimento de projetos do iterat.
- 11.Atualização das famílias beneficiárias.
 - a.Visita a campo;
 - b.Atualização no sistema;
- 12.Atualização da planilha referencial de preços de terras e planilha de benfeitorias;
 - a.Coleta de informação sobre imóveis rurais e alimentação do banco de dados.
- 13.Elaboração do diagnóstico regional
 - a.Formar equipe e emitir ordem de serviço.
- 14.Aplicação da política de capacitação.
- 15.Obter 10 LPs.
 - a.Cumprimento da Resolução 387;
 - b.Pagamento de taxas.
- 16.Obter 5 LIOs.
 - a.Cumprimento da Resolução 387;
 - b.Averbação de reserva legal;
 - c.Atendimento aos condicionantes;
 - d.Pagamento de taxas.
- 17.Acompanhamento e fiscalização de 01 projeto de recuperação ambiental.
 - a.Fiscalização em campo;
 - b.Relatórios de acompanhamento;
- 18.Elaboração de chamada pública para 02 projetos de recuperação.
 - a.Elaboração do edital;
 - b.Fiscalização em campo;
 - c.Elaboração dos relatórios de acompanhamento.
- 19.Fiscalização das denúncias de uso indevido de RL e APP.
- 20.Realização de reuniões mensais na Divisão de Obtenção de Terras.
 - a.Comunicação ao grupo por email;
 - b.Levantamento da execução do mês, com envio das informações ao Planejamento e à Assessoria de Comunicação.
- 21.Elaborar guia de procedimentos da Divisão de Obtenção de Terras.
 - a.Formar grupo de trabalho com representantes dos serviços;
 - b.Elaborar o guia.
- 22.Apresentar demanda de pessoal e equipamentos da Divisão de Obtenção de Terras para a Superintendência e a Diretoria de Obtenção.
 - a.Serviços apresentarem à chefia a demanda de cada setor;

- b.Chefia unificar os dados e encaminhar demanda à superintendência e à diretoria.
- 23.Formalização de termo de referência com o IMA para definir os procedimentos para o licenciamento ambiental.
 - a.Apresentar ao IMA a proposta do Incra;
 - b.Formalizar o termo.
- 24.Formalizar termo de cooperação técnica com o batalhão de policiamento ambiental.
 - a.Elaborar o termo;
 - b.Formalizar.
- 25.Capacitação de 55 servidores, contemplando todas as Divisões.
 - a.Solicitar de cada Chefia, por memorando, a demanda por setor, com definição de prioridade;
 - b.Fazer parcerias com outras Instituições;
 - c.Divulgação dos cursos disponíveis presenciais e à distância.
- 26.Criar um banco de dados de talentos na SR.
 - a.Desenvolver uma campanha de incentivo para que os servidores atualizem seu curriculum junto ao RH.
- 27.Ordenar o fluxo de ordem de serviço e de portaria.
 - a.Reunião entre o RH, o Superintendente e os Chefes de Divisão.
- 28.Regularização do processo de mudança de lotação.
 - a.Encaminhar memorando circular solicitando que as alterações sejam comunicadas ao RH.
- 29.O GT Regional deve concluir os Processos de TCE.
 - a.Concluir as análises dos processos que estão com o GT Regional.
- 30.Concluir os Processos de Convênios – Registrados no SIAFI.
 - a.Concluir as análises dos processos que estão com o GT Regional.
- 31.Reduzir os números de Processos de Suprimentos de Fundos.
 - a.Verificar a positividade da análise do processo 54360.001202/11-70.
- 32.Treinar e Capacitar os Supridos sobre como prestar contas
 - a.Preparar treinamento de capacitação para os supridos e convenientes.
- 33.Treinar e Capacitar os Convenientes sobre como prestar contas
 - a.Preparar treinamento de capacitação para os supridos e convenientes.
- 34.Elaborar procedimentos de rotinas como: Liquidação de Despesas, Liberação de Créditos, Convênios, Suprimentos de Fundos etc.
 - a.Criar procedimentos de rotinas com intuito de sanar a morosidade processual dentro da Setorial.

35. Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência em tempo hábil.
- a. Criar uma metodologia de planejamento, organização, controle e execução para que em tempo hábil conclua a prestação de contas anual da Superintendência.
36. Atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo em tempo hábil.
- a. Criar uma metodologia de planejamento, organização, controle e execução para que em tempo hábil atenda às diligências dos órgãos de controle interno e externo.
37. Instaurar processos de TCE tempestivamente.
- a. Solicitar a douta comissão a criação de procedimentos para que em tempo hábil instaure os processos de TCE.
38. Promover o registro no CADIM e no SIAFI dos órgãos inadimplentes tempestivamente.
- a. Solicitar treinamento para capacitar servidores para essa demanda (CADIM).
39. Os Serviços Gerais devem realizar reuniões ordinárias bimestrais.
40. Otimizar a utilização do SISPROT pelos funcionários.
- a. Encaminhar Memorando orientando a tramitação de processos via SISPROT;
 - b. Encaminhar um passo-a-passo de como utilizar o sistema.
41. Implantação do arquivo-morto.
- a. Aquisição de estantes e disponibilização de sala.
42. Melhorar o funcionamento do Setor de protocolo.
- a. Colocação de servidor do quadro;
 - b. Disponibilização de sala com móveis e equipamentos adequados.
43. Otimizar o funcionamento do Almoxarifado.
- a. Buscar em outras SRs soluções já existentes de software para o Almoxarifado;
 - b. Levantamento de estoque;
 - c. Identificação de consumo médio por setor.
44. Atender 548 famílias com serviços de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento *.
45. Beneficiar 1 182 famílias através de fomento à agroindustrialização e à comercialização*.
46. Expedir 291 documentos de titulação*.
47. Atender 1997 famílias assentadas através de concessão de crédito instalação*.
48. Supervisionar e fiscalizar 556 créditos instalação concedidos às famílias assentadas da Reforma Agrária*.

* O Planejamento Estratégico da Divisão de Desenvolvimento apresentou como resultado um profundo diagnóstico das ações da Divisão, traçando caminhos alternativos para superar seus principais problemas, sem, entretanto, quantificar metas e objetivos. A opção, nessa situação, foi adotar as metas do Plano de Compromissos do Incra, de 26/04/2012, referentes às ações ligadas à referida Divisão.

49. Assistir 8234 famílias através de assistência técnica e extensão rural para a Reforma Agrária*.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

O Planejamento das ações e definição da estratégia de atuação no ano baseou-se na política central de desenvolvimento dos projetos de assentamentos. As ações e programas da Divisão de Desenvolvimento dialogam com a nova proposta governamental, priorizando principalmente o fortalecimento e desenvolvimento sustentável dos assentamentos já existentes, dotando-os de condições para produção e comercialização, acesso aos serviços públicos essenciais, assistência técnica e moradia digna. O objetivo central é criar as condições para que as famílias assentadas tenham sua autonomia e emancipação.

Para o cumprimento de seu papel dentro da missão institucional, a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento tem que realizar suas ações prioritárias e fundamentais: implantação e recuperação de infraestrutura básica; demarcação topográfica; titulação; concessão e destinação de imóveis rurais (aqui incluída a fiscalização de situação ocupacional de lotes); concessão de crédito instalação às famílias assentadas; e assistência técnica e extensão rural.

Nos últimos exercícios, temos alcançado níveis de execução satisfatórios, correspondendo inclusive às expectativas nacionais. A quantidade de recursos para o desenvolvimento dos assentamentos tem sido em ordem crescente, principalmente em virtude da nova realidade das áreas reformadas e em função de uma nova lógica governamental. Tão importante quanto obter imóveis e criar assentamentos é dotá-los de infraestrutura mínima para inseri-los no desenvolvimento econômico local.

Com a ampliação dos recursos para o crédito instalação e as perspectivas de convênios de assistência técnica e extensão rural, os Projetos de Assentamentos passaram a ter um papel importante nos municípios. Esse novo processo pró-ativo e positivo cria novas demandas específicas, traduzidas em pressões por parte das famílias assentadas. A energia elétrica através do Programa Luz Para Todos, a água potável através do Água Para Todos, o transporte, as estradas e acessos, e as demais demandas passam a ser alvo de debate constante dentro do Incra, já que são instrumentos que se associam aos investimentos em construção e reforma de moradias, em apoio inicial, fomento e qualificação técnica da produção. Assim sendo, o leque de programas e ações e seu crescimento fazem surgir novas demandas indiretas, exercendo também, uma forte pressão sobre a autarquia.

Se por um lado tal crescimento tem conseguido dar nova face à realidade dos assentamentos, traz também consequências sérias ao processo de implementação qualificada desses programas, pois o investimento em recursos humanos e os recursos para custeio da máquina administrativa não acompanham essa nova realidade. A sobrecarga de trabalho hoje é uma realidade constante dentro da autarquia, interferindo negativamente na qualidade da execução das áreas finalísticas. Em Alagoas, a missão já gigantesca da Divisão de Desenvolvimento ganhou um adendo. Como ocorreu em alguns outros estados, a imprensa lançou várias matérias de denúncias sobre ocupação ilegal de lotes, pautando por diversas vezes o trabalho do Incra nessa questão de fiscalização da situação ocupacional de lotes. O trabalho normal de fiscalização da situação ocupacional de lotes teve de ser priorizado, fazendo com que a SR envidasse esforços extraordinários para responder à opinião pública.

Diante desse cenário, torna-se fundamental e imprescindível o acréscimo do corpo técnico da Divisão de Desenvolvimento, bem como, a ampliação dos recursos para custeio (recursos para diárias e aquisição de combustível), uma vez que as ações finalísticas e fiscalizadoras requerem deslocamentos freqüentes de servidores às áreas reformadas. O somatório de ações comparado ao que se dispõe em termos de recursos humanos e apoio estrutural tem gerado uma equação desigual que não fecha. A consequência é a realização de inúmeras tarefas sobrepostas, mas com nível de qualidade inferior e questionável. Ainda assim, graças a um esforço conjunto da equipe foi possível superar muitas dificuldades e apresentar índices consideráveis em termos de execução em algumas ações e programas.

A Divisão de Obtenção precisou adequar a sua estratégia de ação inicialmente proposta. Inicialmente a divisão concentraria esforços em garantir a execução do plano de metas proposto e elaborado em conjunto com todos os servidores da Divisão, porém não foi possível seguir nessa linha devido à implantação do novo fluxo do processo de obtenção.

Com a proposição do novo fluxo, a regional teve alguns processos que já estavam em Brasília para emissão de decreto declaratório de interesse social há vários meses, além de ter que readequar todos os processos que já estavam em andamento.

Dessa forma, a divisão concentrou esforços em readequar os processos já em andamento ao novo fluxo. Essa necessidade de refazer alguns trabalhos acabou por gerar um impacto significativo no cumprimento das metas de vistoria e assentamento de famílias propostas para o exercício de 2012.

No setor ambiental, realizamos um relatório sobre o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais vigentes e identificamos a necessidade de renovar essas licenças. Esse trabalho gerou uma execução muito superior à meta proposta inicialmente e garantiu a vários projetos de

assentamento a possibilidade de prosseguir com a liberação dos recursos necessários ao seu desenvolvimento.

Somado às mudanças significativas de regulamentação (normas e orientações), a Divisão, que já considerava o seu quadro reduzido, passou pelo afastamento de três servidoras, devido ao gozo de licença maternidade. A força de trabalho, principalmente em momentos como os vivenciados no exercício de 2012, sendo reduzida também impactam na execução das atividades.

A limitação orçamentária também foi uma grande dificuldade a ser enfrentada. A Obtenção de imóveis vem sofrendo alterações que contribuem para a qualificação das áreas a serem adquiridas e da demanda a ser atendida. Esse esforço visa garantir que os imóveis destinados ao Programa Nacional de Reforma Agrária tenham a real condição de oferecer os recursos necessários ao desenvolvimento das famílias beneficiadas. Porém, essa qualificação vem acompanhada de um custo maior que não havia sido previsto no orçamento.

Para o exercício de 2013, novas mudanças foram implementadas através das portarias 5, 6 e 7 do MDA. Todas visando dar prosseguimento ao novo fluxo de obtenção. No exercício de 2013, a estratégia de atuação e o plano de ação serão elaborados já dentro da nova realidade.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária na SR-22 tem como atribuições institucionais o Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, o Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, e a Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos, sustentadas pelo Programa 2066 (Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária), como também o Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas, para cumprir metas do Programa 2034 (Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial). Nas demais ações do Programa 2066 não existem metas programadas para a SR-22/AL.

Paralelamente, por Ordem de Serviço, a Divisão está incumbida de gerir a atividade de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos, a qual é sustentada pelo programa 2066 (Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária).

No exercício de 2012, a ação 2105 (Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural) foi executada por 03 servidores, sendo uma gestora do SNCR, a qual além de realizar a análise de processos de atualização cadastral de imóveis rurais, juntamente com os outros dois servidores, era também responsável pela implantação ou revitalização das Unidades Municipais de Cadastro (UMC), através da celebração de Convênios com os municípios. A implantação dessas UMC's é a estratégia que normalmente se usa para se interiorizar as ações da Instituição, relacionadas ao Sistema Nacional

de Cadastro Rural, dando mais proximidade entre o Serviço de Cadastro do INCRA e o público usuário desse serviço.

Especificamente nesse exercício, não conseguimos avançar com essas parcerias por se tratar de um ano eleitoral. Nos poucos municípios onde foi possível implantar a UMC, os servidores municipais receberam treinamento e assistência pós-treinamento. Onde foi implantado esse serviço, notou-se mais celeridade nos processos e comodidade dos usuários, fazendo-se sentir a presença do Estado, em benefício principalmente do pequeno produtor. Ainda na ação 2105, a fiscalização de aquisição de terras por estrangeiros ficou a desejar, por falta de treinamento de um servidor que seja responsável por essa atividade.

O mesmo se aplica à fiscalização cadastral, pois também não temos pessoal treinado para exercer essa atividade. A Instituição deveria como estratégia, capacitar seus servidores para funções específicas. Urge uma formação básica para novos servidores, para que esses cumpram com eficiência suas tarefas sem ser pelo método de “tentativas e erros”. Para executar a ação 2105, vale ressaltar que tivemos bastante intercorrências de servidores, que passou em concurso para outra Instituição, e remoção para outra Divisão, sendo substituídos por servidores que não tinham experiência na área, o que deixou ao final do exercício algum passivo de Declarações de Proprietários por analisar.

No programa 2066 foram formalizados 10 processos de certificação de imóveis rurais, dos quais 6 tiveram a certificação emitida e quatro ficaram pendentes, em função de correções a serem feitas pelos proprietários dos imóveis.

Com relação aos serviços inerentes à Ação 8398 foram totalmente executados por via direta, diferente dos dois exercícios anteriores, nos quais as execuções cartográficas, aconteceram através da via indireta (contratação de empresas via licitação). Dessa forma, foi executada a medição e demarcação topográfica e georreferenciamento de 95 parcelas no Projeto de Assentamento Santa Maria, localizado no município de União dos Palmares. Para o PC2013, com a experiência adquirida procurar-se-á qualificar antecipadamente as empresas nos processos de licitação no intuito de se evitar que ganhe empresas com pouca vivência com trabalhos de demarcação topográfica.

O serviço de regularização de territórios de remanescentes de quilombolas no decorrer do exercício de 2012 realizou o cadastramento de famílias, acompanhou a elaboração de relatórios antropológicos e fez visitas a comunidades quilombolas com o intuito de divulgar as atividades do Programa 2034.

Uma preocupação constante da Divisão de Administração, ao longo do exercício, foi tentar revisar e melhorar os procedimentos de controle interno ligados às áreas de sua competência, com objetivo de buscar maior aderência à legislação.

Nesse sentido, a Divisão tentou estabelecer rotinas e procedimentos capazes de garantir o cumprimento das orientações legais vigentes em importantes setores administrativos, como, por exemplo, na análise de convênios por parte do Grupo de Trabalho Regional.

Na área de licitação, foi proporcionada capacitação de servidores, com o objetivo de buscar maior aderência à legislação que regulamenta o assunto. Apesar disso, é fato que os créditos orçamentários provisionados pela Sede a esta Superintendência Regional na área de capacitação não têm sido suficientes à efetivação de uma política séria de capacitação de servidores.

O esforço de implantar mecanismos de controle interno, que permitam não apenas o acompanhamento das ações executadas, mas também evitar impropriedades nos trabalhos executados encontra forte barreira na insuficiência de pessoal lotado na Superintendência Regional. Este problema traz consigo deficiências de controle interno como a ausência de segregação de funções e a ausência de rotatividade em setores chaves da administração.

Outros problemas dificultam uma atuação eficiente da Administração desta SR-22: contingenciamento orçamentário-financeiro promovido rotineiramente pelo governo federal e a ausência de sede única que abrigue todos os setores da Superintendência.

Destacamos ainda que, visando superar parcialmente os problemas de instalações, a Divisão de Administração, ao longo de 2012, promoveu renovação de parte de seu mobiliário.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Destaquemos, inicialmente, a execução das metas ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária. Em relação à finalização de RTIDs, foi entregue uma minuta do Relatório Antropológico Final das Comunidades Abobreiras e Guaxinim, os quais estão em fase de análise. Quanto à elaboração do Relatório Antropológico da Comunidade Muquém, o mesmo foi suspenso em março/2012, pela existência de contradição entre os membros da Comunidade, quanto à titulação, do Território.

Foi concluído o estudo da cadeia dominial do imóvel Sítio Cedro, cujo processo foi encaminhado a SR-22/AL-T, para elaboração e encaminhamento do KIT, ao INCRA/Brasília, visando o encaminhamento de recurso. Quanto ao imóvel Sítio Mata Verde e Cedro, como não se chegou ao destaque do patrimônio público para o privado, por sugestão da PFE/INCRA/CGA, foi requerida a Procuradoria Federal em Alagoas a citação do Estado nos autos desapropriação.

A abertura dos processos para a elaboração dos RTID's não foi efetivado, em virtude da não descentralização de recursos orçamentários, pelo Órgão Central.

Ainda no âmbito do Programa Brasil Quilombola, foram realizadas reuniões em 17 comunidades: Barro Preto, Serra das Viúvas, Cajá dos Negros, Puxinanã, Aguazinha, Gameleiro, Guarani, Burnil, Melancias, Jussarinha, Poços do Lunga, Passagem do Vigário, Belo Horizonte, Sítio Lagoa do Tabuleiro, Urucu, Gurgumba e Birrus, localizados nos municípios de Água Branca, Batalha, Major Isidoro, Olho d'Água das Flores, Pariconha, Santana do Mundaú, Taquarana, Traipu, Viçosa e Teotônio Vilela.

Em relação à área cartográfica, nenhum Projeto de Assentamento foi georreferenciado, no decorrer do exercício. Foi executado o parcelamento, por via direta, do PA Santa Maria, localizado no município de União dos Palmares, onde foram medidas e demarcadas 95 parcelas. Nenhum imóvel foi georreferenciado, no decorrer do exercício.

Na área cadastral, destacamos as metas alcançadas: 1332 análises cadastrais, 32 análises processuais, 13 cadastramentos dos PAs, 05 fiscalizações de estrangeiros, 1350 digitações dos volumes, 156 demandas judiciais e pesquisas realizadas, 01 termo de UMC's celebrado e 04 renovados. Não foi aberto nenhum de Processo de Fiscalização Cadastral.

A partir deste ponto, abordamos sobre o Plano de Metas e Ações da Divisão de Desenvolvimento.

A reflexão sobre a infraestrutura nos PA's constata os avanços significativos na qualidade da construção das casas e do planejamento dos espaços construídos, positividade existentes desde 2008. Um eventual deslocamento dessas atividades para o programa Minha Casa, Minha Vida, deve considerar a experiência do INCRA e dos movimentos sociais com o tema.

Os problemas mais destacados na área de infraestrutura foram os seguintes:

a.O Programa Luz Para Todos foi executado sem levar em conta as especificidades da demanda elétrica do mundo rural e das áreas reformadas, o que tem impactos negativos no desenvolvimento produtivo dos PA's, e em outras de suas dimensões.

b.A ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento tem sido insuficiente face as demandas acumuladas ao longo destes anos. Mesmo tendo nos últimos três anos um aumento significativo do teto orçamentário para custear a referida ação, bem como, a execução financeira que por sua vez, não acompanha a disponibilidade orçamentária.

c.Os projetos hídricos dos PA's precisam ser mais bem planejados, principalmente do ponto de vista tecnológico e da sustentabilidade financeira. No passado recente, dezenas de sistemas hídricos implantados não cumpriram adequadamente sua função.

A pesquisa nacional sobre a qualidade de vida nos Projetos de Assentamento (PA's) brasileiros, realizada em 2010, demonstrou que a SR-22/AL tem um índice de cumprimento de metas superior ao nordestino e ao brasileiro. Isso se nota pela rapidez, segurança e amplitude da liberação de créditos para os assentamentos em Alagoas, a partir de 2007. Este grau de eficiência foi conseguido por meio

de contínuas modificações na equipe, nos processos de trabalho, nas técnicas usadas e nos princípios administrativos no interior da Divisão.

Diante dessa nova realidade, é importante alertar a Brasília que as futuras metas de concessão de crédito necessitam ser diminuídas, adequando-as à nova circunstância, marcada pela diminuição do ritmo de criação de novos assentamentos e pela concessão de quase todos os créditos para o público-alvo. Há possibilidades de ampliação significativa apenas nas novas modalidades de crédito, como Apoio Mulher e Adicional Fomento.

Alguns projetos do Programa Terra Sol apresentaram problemas de conclusão. A fábrica de farinha do PA Eldorado dos Carajás e a fábrica de sorvete do PA Serra Preta, ambas ainda paralisadas por detalhes técnicos, são exemplos de problemas de planejamento e de execução. Ressaltamos a não existência de recursos humanos suficientes nas empresas de assistência técnica para dar conta da demanda por projetos de agroindústrias. Uma provável solução do problema é a proposta do governo federal de criar um Banco de Projetos, formado por projetos construídos por consultores contratados pelo BNDES.

No âmbito da assistência técnica, foi feita uma análise crítica relativa a não utilização dos Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDA's) na execução das ações produtivas nos assentamentos, destacando a falta de integração entre os PDA's de uma mesma região, às vezes de PA's vizinhos. Apontamos a possibilidade da construção, conjuntamente com Brasília, de um novo instrumento de planejamento dos PA's: o Plano Integrado de Desenvolvimento de Área Reformada.

A Chamada Pública de ATER pode ser um avanço em termos de qualificação dos serviços, na medida em que permite uma maior concorrência entre os ofertantes e um maior controle do processo de execução das metas acordadas.

No que se refere à construção de casas nos assentamentos, ficou explicitado o grande êxito da SR-22/AL e, em particular, da Divisão, no cumprimento das metas estabelecidas e na resposta às necessidades dos assentados. Avaliou-se como muito positivo o aumento do aporte de recurso para a construção das novas casas, que passaram a R\$ 15.000 reais por unidade. Quanto às perspectivas representadas pela entrega desta ação do INCRA ao Programa Minha Casa, Minha Vida, uma vez que a autarquia continuará a mediar politicamente o processo de construção das residências, principalmente para evitar ações governamentais que não levem em conta as especificidades dos assentamentos, avaliamos que não há riscos significativos à eficiência da ação com a transferência de sua execução para a Caixa Econômica Federal.

O principal problema da Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos da SR-22/AL é a desproporcionalidade entre a dimensão da sua equipe e dos seus recursos de custeio em relação à dimensão das metas que lhe são atribuídas. O tamanho destas implicaria em muito mais servidores e recursos para deslocamento e fiscalização. Apesar disso, de trabalhar no limite de suas forças e

recursos, a Divisão tem demonstrado uma das produtividades mais altas entre as SR's do país, algo demonstrável pelos índices auferidos pela Pesquisa da Qualidade de Vida nos Assentamentos, promovida pelo INCRA em 2010.

Na área que compete à Divisão de Administração, foi promovida a capacitação de 21 servidores em 2012, número inferior ao estabelecido no Planejamento Estratégico (55), mas superior ao definido no Plano de Compromissos (12), estando, portanto, compatível com o montante recebido para execução da ação responsável pela capacitação de servidores públicos federais. Alertamos, entretanto, que os créditos orçamentários provisionados pela Sede a esta Superintendência Regional na área de capacitação não têm sido suficientes à efetivação de uma política séria de capacitação de servidores.

Outra importante meta executada no exercício está ligada ao avanço dos trabalhos do Grupo de Trabalho Regional na análise das transferências voluntárias de recursos, colaborando significativamente com as pendências de convênio ensejadoras de processos de Tomada de Contas Especial.

Destacamos ainda os esforços da Divisão de Administração no sentido de diminuir o volume de recursos aplicados em suprimento de fundos. Essa modalidade de aplicação tradicionalmente é aplicada, nesta Autarquia, para possibilitar a aquisição de combustível em postos de combustível espalhados pelo interior do estado, local primordial de execução das ações do Incra. Contudo, a utilização do suprimento de fundos deve ser exceção, e não regra no serviço público. Nesse sentido, foram formalizados, ao final do exercício de 2012, contratos com postos de combustível no interior do estado. Tais contratos possibilitarão a redução na utilização de suprimento de fundos, cujo impacto deverá se revelar apenas no exercício de 2013.

A renovação de parte do mobiliário da Superintendência, promovida em 2012, visa superar parcialmente os problemas de instalações dos diversos setores da Superintendência. Para citar como exemplo, a substituição dos móveis antigos por novos colabora com a otimização de setores como Almoxarifado, Protocolo e Serviços Gerais.

Finalmente, abordemos sobre a Divisão de Obtenção de Terras. O plano de metas e ação proposto inicialmente não pode ser executado com a eficácia e eficiência necessária devidos as mudanças para o novo fluxo de obtenção.

O setor de implantação, que gerencia o SIPRA, passou por mudança de gestor, devido à necessidade da superintendência de remanejamento de pessoal para tender a uma demanda do SNCR.

Desta forma, as ações programadas não puderam ser executadas a contento. A Divisão optou por reestruturar a equipe e treiná-los. Para o exercício de 2013 serão reagendadas as atividades consideradas necessárias e que não puderam ser executadas em 2012.

O Serviço de Obtenção conseguiu atualizar uma grande parte das microrregiões da Planilha Referencial de Preço de Terras, dando prioridades as regiões em que o Incra mais realiza as suas avaliações de imóveis. Conseguiu ainda elaborar o diagnóstico regional para as ações de obtenção de terras.

Contudo, com o novo fluxo de obtenção, as ações do serviço de obtenção ficaram concentradas em adequar os processos em andamento à nova metodologia. Para o exercício de 2013, esse diagnóstico regional será atualizando considerando as mudanças postas pelas portarias do MDA, em especial no que diz respeito aos valores referenciais para custo família (valor total do imóvel dividido pelo número de famílias a serem assentadas).

O Serviço de Meio Ambiente conseguiu avançar nas ações de fiscalização nos Projetos de assentamento, inclusive acompanhando as ações das equipes de supervisão ocupacional de lotes. Conseguiu superar a meta inicial prevista para protocolo de licenças.

Outra ação realizada pelo serviço de meio ambiente foi a apresentação de uma proposta de termo de referência om o IMA, que está em fase de análise da minuta. As negociações prosseguem para o ano de 2013 na expectativa de formalização do termo.

Apesar dos avanços, ainda existem algumas dificuldades para implantar ações e projetos de manejo ambiental. Com a contratação da assistência técnica, há a expectativa de avanços no exercício de 2013.

A Divisão de Obtenção pretende elaborar o plano de ação e de metas para 2013 já considerando as recentes mudanças, o que tornará um instrumento adequado à realidade atual e mais exequível, pois já contemplará as dificuldades impostas no contexto atual.

2.4Indicadores

Os indicadores são apresentados no Anexo III deste Relatório.

3.Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1Estrutura de Governança

Os mecanismos e controles internos adotados para garantir o alcance dos objetivos planejados compõem, dentre outros fatores, a estrutura de governança de uma entidade.

Nesse sentido, merece destaque, no âmbito do Incra nacional, a Auditoria Interna, responsável pelo acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, pela orientação e fiscalização das diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis. A Auditoria está localizada na Sede, em Brasília, e não faz parte fisicamente das regionais. Assim, toda atividade atrelada à Auditoria Interna é realizada por Brasília, em consonância com seus normativos regulamentadores.

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;*
- II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;*
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e*
- IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.*

Os incisos do art. 57 do Anexo da Portaria nº 69, de 19 de outubro de 2006 (Regimento Interno do Incra) também detalham a competência da Auditoria Interna:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;*

- II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;*
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;*
- IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;*
- V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;*
- VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e*
- VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.*

O citado Conselho Diretor dirige o Incra, sendo composto pelo Presidente, por dois Diretores de Programas, por cinco Diretores, pelo Procurador-Chefe, pelo Chefe de Gabinete e por um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Compete ao Conselho Diretor, segundo o art. 11 do Regimento Interno:

- I - deliberar sobre as propostas dos Planos Regionais de Reforma Agrária;*
- II - aprovar a proposta orçamentária anual do INCRA e solicitações de créditos adicionais;*
- III - aprovar a programação operacional anual do INCRA e suas alterações, com detalhamento das metas e recursos;*
- IV - aprovar as normas gerais que tratem de:*
 - a) aquisição, desapropriação, alienação e concessão de imóveis rurais;*
 - b) transações judiciais, visando à eliminação de pendências e celebrações de acordos;*

- c) seleção e cadastramento de famílias candidatas ao assentamento;*
- d) criação, implantação, desenvolvimento e consolidação de projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização;*
- e) fornecimento de bens, prestação de serviços e celebração de contratos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres;*
- f) procedimentos e atos administrativos e de funcionamento do INCRA;*
e
- g) regularização fundiária, inclusive de territórios quilombolas;*
- V - dispor sobre as Diretorias, Superintendências Regionais e Unidades Avançadas;*
- VI - autorizar o Presidente a adquirir, conceder e alienar bens imóveis;*
- VII - autorizar o Presidente a indenizar bens decorrentes de ações de desintrusão em territórios quilombolas;*
- VIII - autorizar os pedidos de aquisição de imóveis rurais com área de até cinquenta módulos de exploração indefinida, para pessoa física estrangeira em todo o território nacional, e com área de até cem módulos de exploração indefinida, para pessoa jurídica estrangeira, localizados em faixa de fronteira;*
- IX - apreciar e aprovar as contas e balanços gerais do INCRA;*
- X - conhecer os relatórios mensais de avaliação de desempenho do INCRA e sobre eles deliberar; e*
- XI - apreciar assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por quaisquer de seus membros.*

No âmbito da Superintendência Regional, o Comitê de Decisão Regional (CDR), composto pelo Superintendente Regional, pelos Chefes de Divisão e pelo Chefe da Procuradoria Regional é, segundo art. 12 do Regimento Interno, responsável por:

- I - aprovar procedimentos, atos normativos e operacionais;*
- II - após exame e deliberação preliminar, encaminhar ao Conselho Diretor, para deliberação definitiva, procedimentos, atos*

administrativos e operacionais que ultrapassem suas alçadas de decisão;

III - autorizar o Superintendente Regional a adquirir, por compra e venda, imóveis rurais, nos limites de sua alçada;

IV - autorizar o Superintendente Regional a encaminhar à Administração Central as propostas de decretação de interesse social para fins de reforma agrária;

V - propor e fundamentar para apreciação do Conselho Diretor normas gerais que tratem de alteração e simplificação de procedimentos operacionais, normas e regulamentos, com vistas ao aprimoramento e agilização do processo de tomada de decisão; e

VI - apreciar outros assuntos para os quais seja incumbido pelo Conselho Diretor.

No quesito de controle interno de âmbito local, destacam-se ainda as atividades de Contabilidade, Orçamento e Finanças, ligadas à Divisão de Administração, e as funções de Planejamento e Controle e de Ouvidoria Agrária, vinculadas ao Gabinete. Todas elas já foram detalhadas em tópico anterior deste Relatório.

A Controladoria-Geral da União (CGU), no âmbito interno, e o Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito externo, completam as instâncias de controle do órgão.

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: Os procedimentos de controle interno da Superintendência visam proporcionar o adequado acompanhamento da execução das ações. Nesse sentido, o esforço desta SR-22 é no sentido de adotar rotinas capazes de aprimorar seus controles internos, evitando impropriedades na execução de suas funções. O alcance deste objetivo é obstaculizado pelo número reduzido de servidores lotados na SR-22. Este problema desencadeia uma série de dificuldades que vão de encontro a um sistema eficiente de controle interno. Referimo-nos, por exemplo, a dificuldade de promover necessário rodízio de servidores em setores estratégicos da autarquia, promovendo uma adequada segregação de funções. O tópico anterior (3.1Estrutura de Governança) define, de forma sintética e suficiente, os ambientes de controle interno desta Superintendência Regional.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores²

3.4 Sistema de Correição

A atividade correicional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Incra, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.³

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.⁴

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

* Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

³ Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

- I. registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;
- II. encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
- III. expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- IV. elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;
- V. controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- VI. buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;
- VII. manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;
- VIII. controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e
- IX. outras atividades compatíveis com suas atribuições.

⁴ Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

...

XIV - instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na autarquia, 338 servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada a aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do Incra e do MDA, promovida em conjunto com o MDA e a CGU, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos específicos do Incra, em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tema no qual há grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009⁵, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

⁵ Portaria Incra/P/nº 191 de 30 de junho de 2009.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Incra conta com 2 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do Incra.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ⁶

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa				
Título				
Órgão Responsável				
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a)Valor Remanescente (d – e)	
	e)Previsto no PPA	f)Fixado na LOA		
a)Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
b)Outras Fontes				
c)Subtotais (a + b)				
d)Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ⁷

Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código						
Descrição						
Programa						
Órgão Responsável						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ⁸

Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código						
Descrição						
Objetivo						
Órgão ou Unidade Responsável						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa	01DV					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
21.040,00	18.325,17	18.325,17	0	0	18.325,17	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	1169	1350	21.040,00	18.325,17

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado	-	1.873,14	42,00	1.831,14	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A lei federal nº. 5.868/72 criou o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), constituindo uma base comum de informações, gerenciada conjuntamente pelo INCRA e pela Secretaria da Receita Federal. De acordo com esta lei, todos os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores de imóveis rurais estão obrigados a prestar declaração de cadastro perante o INCRA, sempre que ocorrerem mudanças no imóvel. A ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural – centraliza as despesas ligadas ao SNCR.

O Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) pode ser emitido gratuitamente pela Internet, garantindo maior eficácia e eficiência nos serviços da ação 2105. Colaboram ainda para o atingimento das metas a descentralização dos serviços cadastrais através das Unidades Municipais de Cadastros – UMCs.

No exercício de 2012, foram emitidos 6.742 CCIRs. Além disso, 1350 imóveis foram gerenciados, garantindo o alcance de 114,48% da meta inicialmente prevista no PC2012.

A dotação orçamentária autorizada para o exercício de 2012 foi de R\$ 21.040,00 (vinte e um mil e quarenta reais), sendo provisionado todo esse montante previsto para esta ação. Foram empenhados, liquidados e pagos R\$18.325,17 (dezoito mil trezentos e vinte e cinco reais e dezessete centavos). A execução orçamentária é detalhada no quadro abaixo, revelando a concentração de despesas com deslocamento de servidores para o devido acompanhamento, fiscalização e capacitações das UMCs e para participar de reuniões com prefeitos dos municípios de Arapiraca, Boca da Mata, Coité do Noia, Girau do Ponciano, Igaci, Mata Grande, Piranhas e Pão de Açúcar, visando o aditamento de prazo aos Termos de Cooperação Técnica celebrados com os mesmos, além de fazer contato com outros municípios objetivando a celebração de convênios no decorrer do exercício de 2013.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	14.300,00	12.862,94	12.862,94		12.862,94	1.437,06
339030	3.540,00	2.262,23	2.262,23		2.262,23	1.277,77
339033	3.200,00	3.200,00	3.200,00		3.200,00	

Tabela 1 - ED 2105

Quadro A.4.4.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação						
Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
137.499,70	108.509,52	107.673,56	0	835,96	107.673,56	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	7.100	3.399,7535	106.300,00	107.673,56

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada	-	2.819,86	2.753,86	0,00	66,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Cumprindo sua finalidade, a ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais – custeou as atividades de vistorias de imóveis rurais para levantamento de dados e informações visando à verificação do cumprimento da função social da propriedade rural, que abrange além da verificação da produtividade, a verificação do cumprimento das funções de bem-estar, trabalhista, ambiental e dos direitos humanos.

Os recursos dessa ação servem ainda para realização de pesquisas de mercados de terras visando à elaboração de Planilhas de Preços Referenciais, como também para realização de levantamento de dados, em pré-vistorias e vistorias para obtenção de informações complementares (questões ambientais, retificações, reavaliações e verificação de interesse concorrente), perícias judiciais, imissão na posse, passagens e publicações no Diário Oficial da União.

Diante do exposto, a ação 8387 se caracteriza por ser essencialmente realizada no campo, justificando, assim, a concentração da aplicação dos recursos na cobertura de despesas com deslocamento de servidores (diárias, combustíveis, manutenção de veículos), conforme expõe o quadro abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	77.770,00	58.105,51	58.105,51		58.105,51	19.664,49
339030	15.365,00	14.619,64	14.619,64		14.619,64	745,36
339033	6.405,00					6.405,00
339036	6.000,00	5.752,50	5.752,50		5.752,50	247,50
339039	19.985,00	19.985,00	19.985,00		19.985,00	
339139	11.974,70	10.046,87	9.210,91	835,96	9.210,91	1.927,83

Tabela 2 - ED 8387

Em 2012, com os recursos acima apresentados, foi realizada vistoria de 3.399,7535 hectares em 7 imóveis. A execução da meta física é detalhada no quadro abaixo.

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	OBJETIVO
Fazenda Mumbuca	Murici	287,1539	Vistoria e Avaliação
Fazenda Balança	Traipu e Girau Ponciano	900,0000	Vistoria e Avaliação
Fazenda Lucena	Porto de Pedras	391,4604	Avaliação p/ acordo judicial
Fazenda Nova Vida e Anexos	Porto Calvo e Japaratinga	306,6331	Avaliação
Fazenda Angico	Traipu	230,4502	Avaliação
Fazenda Serra Verde	Mata Grande	704,1360	Avaliação
Fazenda Itabaiana	Mata Grande	579,9199	Avaliação
TOTAL		3.399,7535	

Tabela 3 – Meta Física Executada em 2012 na Ação 8387

A ação 8387 (Vistoria e Avaliação para obtenção de imóveis), considerando as alterações nos normativos internos do INCRA que regulamentaram o Novo Fluxo para o processo de Obtenção de Terras, já previa uma queda na execução física da meta.

O novo fluxo estabeleceu a necessidade de refazer alguns trabalhos e ampliar os estudos iniciais no processo de obtenção dos imóveis, trazendo, por exemplo, a elaboração do anteprojeto de parcelamento para o momento da vistoria.

As mudanças aprimoram e qualificam o processo de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamentos, porém, num momento inicial, implicam num gasto maior de recursos para adequação à nova metodologia.

É válido reafirmar que os recursos dessa ação servem ainda para realização de pesquisas de mercados de terras visando à elaboração de Planilhas de Preços Referenciais, como também para realização de levantamento de dados, em pré-vistorias e vistorias para obtenção de informações complementares (questões ambientais, retificações, reavaliações e verificação de interesse concorrente), perícias judiciais, imissão na posse, passagens e publicações no Diário Oficial da União. Todas essas atividades implicam em gasto direto de recursos, entretanto apenas contribuem indiretamente no indicador de meta física, que nesta ação é hectare vistoriado.

Já no exercício de 2013 a Direção Nacional do INCRA-SEDE publicou novas Portarias que irão regular o processo de obtenção. Esperasse que a definição das metas para este exercício já acompanhe a necessidade real de aporte financeiro, considerando as novas exigências.

A Superintendência avalia como positiva as mudanças. Apesar das dificuldades, é claramente possível perceber que o novo fluxo tornará a escolha dos imóveis a serem obtidos mais eficiente.

Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação						
Código	4460					
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.142.694,19	994.523,49	994.523,49	0	0	994.523,49	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha	2620	483,00	7.841.281,00	994.523,49

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida	-	390.883,24	41.523,39	349.359,85	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A reforma agrária atualmente desenvolvida no País visa, sobretudo, à implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. A obtenção de áreas rurais para a criação de assentamentos da reforma agrária, seja por desapropriação ou por aquisição direta, se dá através da ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária.

A meta física inicialmente programada da ação 4460 foi obter 2.620 ha (dois mil seiscentos e vinte hectares) de área, no entanto, foram obtidos 483,00 ha (quatrocentos e oitenta e três hectares) de área, representando uma execução física de 18,44%, conforme detalhado no quadro abaixo.

Município	Imóvel	Ha	Famílias	Benfeitorias (R\$)	Sobra TDAs (R\$)	Total (R\$)
Major Isidoro	São Felix	483,00	41	846.202,67	150,12	846.352,79
TOTAL		483,00	41	846.202,67	150,12	846.352,79

Tabela 4 – Execução da meta física da ação 4460 em 2012

O imóvel da tabela acima foi adquirido através do processo de compra e venda, oriundo de acordo entre o proprietário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Cabe esclarecer que os padrões de monitoramento desta ação indicam que a meta é considerada realizada após a emissão de TDA (Título da Dívida Agrária) e a conseqüente descentralização de recursos para pagamento de benfeitorias.

Finalmente, resta esclarecer que nem toda terra obtida num ano vira assentamento neste mesmo ano, portanto, o montante de terras obtidas de forma onerosa em 2012 virá a ser assentamento somente em 2013 ou mesmo em anos subseqüentes, dependendo do andamento específico de cada processo.

Parte do recurso gasto nessa ação foi utilizado para garantir depósitos judiciais de benfeitorias referentes a imóveis que tiveram os TDAs emitidos no final do exercício de 2011, e por esse motivo não entram como meta física executada em 2012.

Consideramos válido ainda salientar que alguns imóveis tiveram os seus TDAs inscritos em restos a pagar de 2012, porém essa informação é centralizada no INCRA-SEDE. Esses imóveis serão incluídos como meta física para o exercício de 2013.

Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação						
Código	8384					
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EL					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
87.293,00	69.726,98	69.726,98	0	0	69.726,98	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	370	279	87.293,00	69.726,98

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada	-	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o programa Nacional de Reforma Agrária - tem a finalidade de gerenciar e operacionalizar os procedimentos inerentes ao assentamento de famílias beneficiárias da reforma agrária, através da identificação, cadastramento, seleção, legitimação, homologação e acompanhamento dessas famílias.

No ano de 2012, com os recursos financeiros da ação 8384, esta SR-22 assentou 279 famílias em Projetos de Assentamento (PAs) de Alagoas. Desse total, 197 famílias foram assentadas em área desapropriada, 66 famílias foram assentadas em área comprada e 16 famílias foram assentadas em área adquirida sobre outras formas de obtenção.

A importância do trabalho de retomada de lotes é revelada, ao percebemos que do total de famílias assentadas em Alagoas no exercício de referência, 115 famílias foram assentadas em PAs criados em exercícios anteriores, enquanto outras 164 famílias foram assentadas em PAs criados no atual exercício.

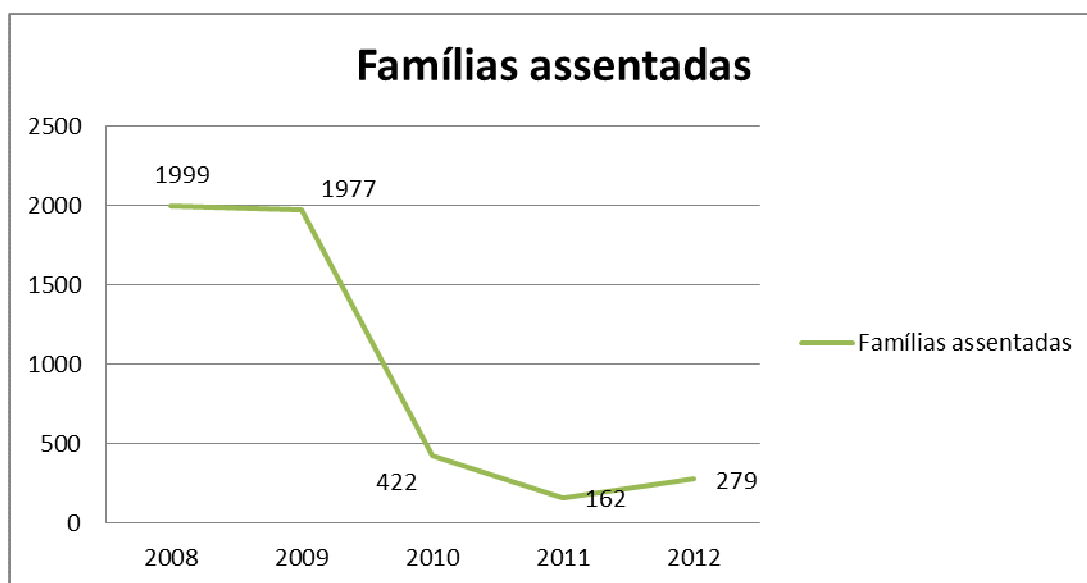


Figura II – Famílias assentadas em 2012.

O gráfico acima, ao apresentar a evolução anual de famílias assentadas, expõe a tendência de decréscimo do número de famílias assentadas ao longo dos anos (apesar do leve aumento no exercício de 2012), sugerindo, talvez, que as ações do Incra focam, cada vez mais, no desenvolvimento dos assentamentos, deixando em segundo plano a obtenção de terras e suas subsequentes etapas: criação de novos PAs e assentamento de famílias.

Outro procedimento que utilizou os recursos da ação 8384 foi a criação de assentamentos. Em 2012, 6 assentamentos foram criados, com capacidade para assentar 181 novas famílias: PA Fomento, em São Luiz do Quitunde; PA São Felix, em Major Isidoro; e os PAs Novo Horizonte, Filhos da Terra, Pé da Serra e São Caetano, em Joaquim Gomes.

Vale registrar que os recursos da Ação são utilizados também na manutenção do cadastro de informações dos beneficiários da reforma agrária, especialmente no que se refere aos dados sobre a situação de famílias assentadas, desistentes, eliminadas, evadidas e tituladas. Destacamos o número de 400 novas famílias cadastradas no Programa Nacional de Reforma Agrária em 2012.

Devido à natureza da ação, os recursos foram gastos predominantemente em deslocamento de servidores (diárias, combustíveis e manutenção de veículos), conforme expõe, de forma sintética, o quadro abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	51.117,00	43.257,53	43.257,53		43.257,53	7.859,47
339030	17.659,00	17.307,77	17.307,77		17.307,77	351,23
339033	9.000,00	2.978,68	2.978,68		2.978,68	6.021,32
339039	9.517,00	6.183,00	6.183,00		6.183,00	3.334,00

Tabela 4 - ED 8384

A Superintendência atingiu 75,4% da meta programada e utilizou 79,88% do recurso disponibilizado. A execução financeira acompanhou a execução da meta física. O não atingimento da meta física foi provocado por alguns fatores:

- 1) Óbices judiciais em processos de desapropriação – A Superintendência aguarda, desde o início de 2012, a imissão na posse dos imóveis Curral de Fora e Arapuá, ambos localizados no município de Mata Grande, cuja a previsão é assentar cerca de 36 famílias;
- 2) Ações de reintegrações de posse ajuizadas pelo INCRA em face de famílias que ocupam irregularmente lotes em Projetos de Assentamento aguardando decisão judicial – A Superintendência ajuizou algumas ações que só começaram a ter os mandados de reintegração expedidos pela Justiça Federal no final do exercício de 2012, cuja a previsão é assentar cerca de 10 famílias;
- 3) Grande quantidade de notificações e recursos administrativos referentes ao processos de retomadas de lotes – A Superintendência vistoriou mais de 1066 lotes no exercício de 2011 e em 2012 notificou essas famílias e muitos processos ainda estão em análise de instrução, cuja previsão é assentar cerca de 60 novas famílias em lotes a serem retomados ou regularizados.

O esforço da Regional em superar os problemas resultou num resultado superior a 70% da meta e com uma execução financeira em porcentagem próxima, comprovando a racionalização nos gastos dos recursos.

O grande desafio da Regional nesta ação será qualificar cada vez mais o processo de seleção das famílias a serem beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, garantindo inclusive que as famílias tenham acesso as demais políticas públicas, através da inserção das mesmas no CADÚnico.

Quadro A.4.4. 1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
30.008.120,00	6.700.300,00	4.072.400,00	3.847.150,00	2.627.900,00	225.250,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1334	25	30.008.120,00	4.072.400,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	50	13.040.650,00	191.400,00	244.000,00	12.605.250,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O empréstimo a beneficiários de assentamentos é um dos pilares da política de reforma agrária e uma das principais linhas de atuação do Incra. Essa política de concessão de crédito individual aos assentados está organizada na ação 0427 (Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas).

O Crédito Instalação é um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. Ele é concedido nas seguintes modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Adicional do Semiárido, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental.

No ano de 2012, 75 (setenta e cinco) famílias foram beneficiadas em 4 (quatro) Projetos de assentamento com a concessão de crédito instalação, em suas diversas modalidades. A tabela abaixo detalha a execução da meta física no exercício de referência, revelando um percentual de execução de 5,62% da meta inicialmente estabelecida.

MODALIDADE DE CRÉDITO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	VALOR PAGO
Apoio inicial	Poço de Antas	São Luiz do Quitunde	10	32.000,00
Fomento	Poço de Antas	São Luiz do Quitunde	10	32.000,00
Fomento	Riacho Grande / Quixaba	Pão de Açúcar	20	64.000,00
Fomento	Duas Barras	São Luiz do Quitunde	17	54.400,00
Aquisição de material de construção	Poço de Antas	São Luiz do Quitunde	10	150.000,00
Semi-árido	Peça	Delmiro Gouveia	8	16.000,00

Tabela 5 – Execução da meta física da ação 0427 no ano de 2012.

Destacamos que o Manual de Conceitos do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais (SIR) define que a meta realizada da ação é contabilizada de acordo com a emissão da Ordem Bancária (OB), com a consequente disponibilização dos recursos em conta-corrente da Associação ou dos representantes das famílias assentadas. Ele representa o somatório das famílias atendidas com orçamento de 2012, com restos a pagar e com complementação.

Além disso, esse número apresenta dupla contagem de dados em alguns Projetos de Assentamento, devido à possibilidade de uma família assentada ser beneficiada com mais de uma modalidade de crédito. Por exemplo, uma família beneficiada com o crédito “fomento” pode ser beneficiada também com o crédito “apoio inicial”. Na contabilização das metas, esta família é contada duas vezes.

Para garantir a concessão de crédito instalação acima detalhada, foram empenhados apenas 22,3% dos créditos inicialmente previstos na PO2012, totalizando R\$6.700.300,00 (seis milhões setecentos mil e trezentos reais). Desse montante, foi pago apenas R\$225.250,00 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e cinquenta reais), forçando a inscrição de valores consideráveis como restos a pagar.

Os créditos da ação 0427 garantiram ainda a construção de 236 casas, além da reforma de outras 288 casas.

O Setor de Crédito da SR-22/AL, desde o exercício de 2007, vem buscando incessantemente zerar o passivo de anos anteriores. Desta forma, a demanda encontrada gerou a necessidade de ampliação orçamentária com vistas ao alcance das metas acumuladas. Chegamos a empenhar e pagar trinta milhões de reais de um exercício para o outro, e assim sucessivamente, até o exercício de 2010. A execução orçamentária desses períodos ocorreu de forma satisfatória devido ao acúmulo das metas, mas que foram sendo superadas ano a ano, de forma continuada. Devido à crítica situação socioeconômica dos projetos de assentamentos e das famílias assentadas, o setor de crédito da SR-22/AL esforçou-se no aproveitamento de processos de concessão de créditos já instituídos para execução de empenhos e pagamentos, o que veio a agilizar a liberação de recursos em conta corrente.

No exercício de 2012, o passivo acumulado de liberação e aplicação de crédito não existia mais. Todos os projetos de assentamento, dos antigos aos recém criados, como o Complexo Agrisa-Peixe, já estavam contemplados com todas as modalidades em conta corrente para aplicação.

E assim ocorreu. A demanda orçamentária foi diluída de 2007 a 2012 porque havia passivo. Atualmente, somente as modalidades de crédito recém instituídas, como Apoio Mulher, Adicional Fomento e Crédito Ambiental ainda não foram executadas. No PC 2012, consta justamente a demanda orçamentária do Apoio Mulher, que agrega cerca de R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais). Sua execução estava prevista. No entanto, é necessária, para instituição do processo administrativo de crédito, a produção de espelho do projeto, que consiste no objeto e na forma de execução.

A SR-22 e o Setor de Crédito não detêm técnicos em número suficiente para atender tamanha demanda, e ainda se vêem prejudicadas sem o auxílio da Assistência Técnica, com contratos já encerrados, uma vez que a Chamada Pública de ATER esteve em andamento durante todo o exercício de 2012. Assim sendo, a modalidade ficou sem execução, tornando maximizado o orçamento e insuficiente a execução orçamentária. É importante que quando forem alcançadas metas nas políticas públicas também surjam resultados satisfatórios. Contudo, o crescimento das demandas também é incessante. Com essa visão, o setor teve de solicitar o remanejamento do orçamento desta ação para outras, como a infraestrutura, com o fito de ajustar o PC da Divisão de Desenvolvimento.

Se forem considerados os números apresentados pelo SIR, há uma divergência no tocante à execução. Uma questão relevante é a formulação, composição, postura e coleta de dados. Aonde buscar dados concisos em relação ao Crédito Instalação? Alguns setores se baseiam no SIR, outros no SIAFI e outros em relatórios técnicos de avaliação. A outra questão é a forma de consolidação e a interpretação de dados. A maior dificuldade é entender o que é o crédito instalação. Será que tem as características de um empréstimo bancário? Não é pequeno, mas é conduzido de forma quase artesanal e primária, já que não possui nenhum instrumento tecnológico ou didático, além das Normas de

Execução, que contribuam na realização diária de nossas tarefas. Há ainda, além disso, os volumosos e “empapelados” processos administrativos de execução que dependem única e exclusivamente da peculiar competência de quem os manuseia. São esses, porém, as únicas e precisas fontes de informação.

Nesse contexto, procura-se enunciar a seguir a mais justa realidade dos créditos empenhados, pagos e aplicados, em especial esses últimos, que foram efetivamente executados em 2012 e estão sendo monitorados pelos módulos de acompanhamento e avaliação do SIR. Ressalte-se que os recursos aqui expostos estavam à disposição nas contas correntes vinculadas bloqueadas. Não são, portanto, recursos considerados “novos”, mas sim aqueles que já foram citados acima.

		2012			2013		
PA (AGRISA)	CAP RB	NºFAM	ETAPA	SITUAÇÃO	NºFAM	ETAPA	CONCLUÍDAS 2012
AMOR E PIEDADE	85	10	3ª	PARADA			36
BOM CONSELHO	58						33
CATUCÁ	60	19	3ª	PARADA			39
DUAS BARRAS I	60						41
FLOR DO BOSQUE	34						15
GUANABARA	27	1	3ª	PARADA			14
LAGO AZUL/NOVA REFORMA	54						25
POÇO DE ANTAS	110	31	2ª,3ª	ANDAMENT O	14	4ª	31
AMOLAR I	11						11
PARARIZ	41	19	2ª	CONCLUÍDO			39
BRIOSO/CABOCÓ	14						12
SJ MILAGRES/SJ CAPRICHIO	24	11	2ª	PARADA			23
PEDRA CRISTALINA/PEDRA GRANDE	37				10	2ª	19
BRILHO DO SOL/CALDEIRÕES	51	24	2ª	PARADA			49
SÃO JOÃO DO BOM CONSELHO I	6						6
SÃO JOÃO DO BOM CONSELHO II	8						5
SEBASTIÃO GOMES/ BRILHO DO SOL II	120	59	2ª,3ª	ANDAMENT O			90
TOTAL DE CASAS CONSTRUÍDAS NO EXERCÍCIO 2012							488
TOTAL DE RECURSOS APLICADOS NO EXERCÍCIO EM R\$							7.320.000,00

Tabela 6 – Aquisição Material de Construção

No Complexo Agrisa-Peixe, foram construídas 488 unidades habitacionais em 17 projetos de assentamentos, totalizando R\$ 7.320.000,00. Nas demais regiões, foram concluídas 129 unidades habitacionais com valor de R\$ 1.866.000,00 em 36 projetos de assentamentos. Foram recuperadas 311 unidades em 36 projetos de assentamentos, conforme planilha a seguir. Em dois projetos de assentamento foram construídas 34 cisternas, com valor de R\$ 124.000,00.

EXECUÇÃO DO CRÉDITO INSTALAÇÃO 2012-31/12/2012		
CASAS CONSTRUÍDAS	MODALIDADE	Nº FAM
BOA UNIÃO	CONSTRUÇÃO	13
CHUPETE	CONSTRUÇÃO	20
OLHOS D'ÁGUA	CONSTRUÇÃO	10
ANTONIO CONSELHEIRO	CONSTRUÇÃO	12
MARGARIDA ALVES	CONSTRUÇÃO	14
COSTA	CONSTRUÇÃO	10
OURICURI II	CONSTRUÇÃO	17
LOANGO	CONSTRUÇÃO	11
PARARIZ	CONSTRUÇÃO	11
CADEIRÕES	CONSTRUÇÃO	0
QUINTA DA SERRA	CONSTRUÇÃO	11
TOTAL		129
RECURSOS APLICADOS EM R\$		1.315.000,00
CASAS RECUPERADAS/COMPLEMENTAÇÃO	MODALIDADE	Nº FAM
PAULO FREIRE/SERRANA	RECUPERAÇÃO	22
MANIVAS ROMUALDO	RECUPERAÇÃO	8
ELDORADO DOS ACARAJÁS	RECUPERAÇÃO	12
SERRA PRETA	RECUPERAÇÃO	75
SANTO ANTONIO DA BOA VISTA	RECUPERAÇÃO	13
SANTA LUZIA DO RIACHÃO	RECUPERAÇÃO	5
BOM JESUS	RECUPERAÇÃO	20
RENDEIRA	RECUPERAÇÃO	15
SANTA ISABEL	RECUPERAÇÃO	30
BOM JESUS TALHADO	RECUPERAÇÃO	23
ITABAIANA	RECUPERAÇÃO	10
MASSANGANA	RECUPERAÇÃO	14
MANGEBURA	RECUPERAÇÃO	16
LE MOS	RECUPERAÇÃO	15
MELLOS	RECUPERAÇÃO	13
JAVARI	RECUPERAÇÃO	5
SÃO PEDRO	RECUPERAÇÃO	12
VARESE	RECUPERAÇÃO	3
TOTAL		311
RECURSOS APLICADOS EM R\$		1.866.000,00
ADICIONAL DO SEMI ÁRIDO	MODALIDADE	Nº FAM
TODOS OS SANTOS/CHUPETE	SEMI ÁRIDO	20
DOIS IRMÃOS	SEMI ÁRIDO	28
BOM JESUS TALHADO	SEMI ÁRIDO	14
TOTAL		62
RECURSOS APLICADOS EM R\$		124.000,00
TOTAL GERAL R\$		3.305.000,00

Tabela 7 – Recuperação de Material de construção e Semi Árido.

Projeto de Assentamento	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS
DUAS BARRAS I	FOMENTO	29
JOÃO PEDRO TEIXEIRA /PARARIZ	FOMENTO	21
SEBASTIÃO GOMES	FOMENTO	50
BRIOSO CABOCÓ	FOMENTO	10
FLOR DO BOSQUE	FOMENTO	30
SÃO JOÃO DO BOM CONSELHO I	FOMENTO	5
SÃO JOÃO DO BOM CONSELHO II	FOMENTO	8
RIACHO GRANDE E QUIXABA	FOMENTO	15
TOTAL FOMENTO		168
TRIUNFO	APOIO INICIAL	30
SEBASTIÃO GOMES	APOIO INICIAL	1
NOVA VIDA/POÇO DE ANTAS	APOIO INICIAL	25
NOVO HORIZONTE / PONTES DOS DIAS	APOIO INICIAL	4
SANTA FÉ II	APOIO INICIAL	21
JACOBINA I	APOIO INICIAL	8
COBRA II	APOIO INICIAL	13
TOTAL APOIO INICIAL		102
TOTAL GERAL		270

Tabela 8 – Apoio Inicial e Fomento

Nas modalidades Apoio Inicial e Fomento, foram totalizados R\$ 518.400,00 referente ao primeiro e R\$ 537.600,00, referente ao segundo crédito. Foram 270 famílias atendidas com R\$ 1.056.000,00 em recursos pagos. É importante ressaltar que os números apresentados foram coletados pelos relatórios técnicos de fiscalização e liberação de crédito “in loco”, por nossa equipe de assistência técnica.

Em relação à execução de metas, trabalhando-se com os indicadores fornecidos pela Diretoria de Planejamento, chegaria ao seguinte resultado: Número de Unidades habitacionais construídas no exercício: 617, divididas pelo número de famílias assentadas em 2012 (foram 270), multiplicadas por 100 (meta máxima) chegaríamos ao resultado de 228,52%, percentual que superaria em muito a meta inicial estabelecida.

Em relação à execução orçamentária apresentada, são utilizadas as informações oriundas do SIAFI. Foram empenhados R\$ 6.700.300,00, por serem as demandas oriundas no exercício, excetuando-se a Modalidade Apoio Mulher.

A maioria dos projetos de assentamentos criados nos exercícios de 2011 e 2012 não foi contemplada com as modalidades de crédito instalação devido aos escassos recursos financeiros

destinados a SR-22 (R\$ 225.250,00), acarretando consecutivamente altos valores de restos a pagar, processados e não pagos.

Em síntese, em 2012, dos 171 Projetos de Assentamentos desta SR-22, 72 Projetos de Assentamentos receberam crédito instalação de forma simultânea e continuada, onde 1.260 famílias foram contempladas, com recursos efetivamente aplicados em R\$ 11.681.000,00.

É certo que o corpo técnico do setor é extremamente enxuto, porém, de grande qualidade e multidisciplinar. Isso acarreta, por vezes, a tendência de priorizar uma sub-ação específica. Mesmo assim, com o quadro existente, foi possível liberar as modalidades de forma satisfatória. No entanto, a SR foi penalizada no tocante à evolução da instrução processual e no acolhimento das orientações dos órgãos de controle por falta de capacitação e de recursos humanos.

Proporcionalmente, é pertinente afirmar que o resultado da gestão 2012 da Ação 0427 foi satisfatório. A inserção social, a implementação da renda, a segurança alimentar, o reforço hídrico detém um papel relevante na construção da política de reforma agrária e na valorização da agricultura familiar, contribuindo na formação de um indivíduo autônomo e em plena busca de sua emancipação, através de usufruto de seus direitos e da compreensão e cumprimento de seus deveres.

Quadro A.4.4. 1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código	20S7					
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
254.440,00	228.389,05	227.778,34	0,00	610,71	227.778,34	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	454	2850	204.440,00	227.778,34

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme define a Instrução Normativa/INCRA N° 54, de 22 de julho de 2009, o Crédito Instalação “consiste no provimento de recursos financeiros, sob forma de concessão de crédito, aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial a/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agraria”.

A fiscalização e a supervisão da aplicação desse crédito são realizadas através da ação 20S7 (Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária). Com os créditos dessa ação, o Incra pode deslocar suas equipes técnicas para orientar os assentados na correta aquisição dos produtos e serviços do crédito instalação, bem como prestar assistência técnica para a elaboração e para o acompanhamento de projetos arquitetônicos, visando otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno.

No exercício de 2012, a previsão orçamentária desta ação para a Superintendência Regional do Incra em Alagoas era de R\$204.440,00 (duzentos e quatro mil quatrocentos e quarenta reais). Ao correr do exercício, foram provisionados R\$254.440,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil

quatrocentos e quarenta reais), empenhados R\$228.389,05 (duzentos e vinte e oito mil trezentos e oitenta e nove reais e cinco centavos) e efetivamente pagos R\$227.778,34 (duzentos e vinte e sete mil setecentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos). O quadro abaixo detalha a execução orçamentária dessa ação, revelando a concentração de despesas com deslocamento (diárias, combustível e manutenção de veículos).

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	114.825,00	106.161,73	106.161,73		106.161,73	8.663,27
339030	53.615,00	36.315,32	35.789,45	525,87	35.789,45	17.299,68
339036	10.000,00	9.912,00	9.912,00		9.912,00	88,00
339039	76.000,00	76.000,00	75.915,16	84,84	75.915,16	

Tabela 9 - ED

Os 2850 créditos supervisionados em 2012 garantiram o alcance de 627,75% da meta inicialmente estabelecida. O Anexo I apresenta o detalhamento da execução física.

Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação						
Código	8396					
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
225.032,00	201.943,95	201.943,95	0	0	201.943,95	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	26	0	202.682,00	201.943,95

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	3.027	12.995.784,96	0,00	5.060.215,64	7.935.569,32

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O compromisso do Governo Federal, ao criar assentamentos, é dotá-los de padrões de qualidade de vida. A execução da infraestrutura, através da ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em PAs -, concede a infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária: construção e/ou complementação de estradas vicinais e de pontes, implantação de sistemas de abastecimento de água e construção de redes de eletrificação rural.

As metas físicas alcançadas no exercício de 2012 estão todas relacionadas a contratos firmados em exercícios anteriores. Afinal, o Manual de Conceitos do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais (SIR) define que a meta realizada da ação 8396 só é computada após a emissão do Termo de Recebimento Provisório ou Definitivo da Obra. Desse modo, em 2012, o Incra atendeu 3027 famílias, através da construção de 4 pontes, de 1 passagem molhada e da recuperação de 66Km de estradas, conforme detalhamento da tabela abaixo.

PA	Município	Famílias Atendidas	Obra
Serra Preta	União dos Palmares	116	6,5 Km de estrada recuperada
Cavaco	União dos Palmares	132	6,7 Km de estrada recuperada
Chico Mendes / Bebidas	União dos Palmares	301	6,5 Km de estrada recuperada
Longo 1 e 2	Cajueiro	84	4,66 Km de estrada recuperada
São Pedro 2	Atalaia	33	5,66 Km de estrada recuperada
Ouricuri 1	Atalaia	30	2,8 Km de estrada recuperada
Ouricuri 2 / Miranda	Atalaia	96	7,4 Km de estrada recuperada
Santa Maria 2	União dos Palmares	92	3,4 Km de estrada recuperada
Zumbi dos Palmares	Branquinha	118	2,82 Km de estrada recuperada
Flor do Mundaú	Branquinha	219	13,4 Km de estrada recuperada
Limão	União dos Palmares	301	5,7 Km de estrada recuperada
Paulo Freire / Serrana	União dos Palmares	301	Ponte
Paulo Freire / Serrana	União dos Palmares	301	Ponte
Paulo Freire / Serrana	União dos Palmares	301	Ponte
Limão	União dos Palmares	301	Ponte
Limão	União dos Palmares	301	Passagem molhada
TOTAL		3027	

Tabela 10 – Famílias atendidas com obras de infraestrutura em 2012.

Destaque-se que o número de 3027 famílias apresenta dupla contagem de dados, devido à possibilidade de uma família assentada ser beneficiada com mais de uma obra de infraestrutura. Por exemplo, uma família beneficiada com a construção de uma ponte pode ser beneficiada também com a recuperação de uma estrada. Na contabilização das metas, esta família é somada por duas vezes. O número efetivo de famílias atendidas sem a duplicidade na contagem é de 1.823 famílias.

Finalmente destaquemos a execução orçamentário-financeira desta ação. A Programação Operacional do exercício de 2012 estabeleceu como limite orçamentário o montante de R\$202.682,00 (duzentos e dois mil seiscentos e oitenta e dois reais), sendo disponibilizados 225.032,00 (duzentos e vinte e cinco mil e trinta e dois centavos), que representa 111,02% do valor inicialmente programado; dos quais foram empenhados R\$201.943,95 (duzentos e um mil novecentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos).

O quadro abaixo detalha a execução orçamentária, revelando despesas com manutenção de veículos, publicações no Diário Oficial, deslocamento (diárias e combustíveis) para fiscalização das obras em execução.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	82.342,00	82.134,16	82.134,16		82.134,16	207,84
339030	59.670,00	51.473,84	51.473,84		51.473,84	8.196,16
339036	35.000,00	24.603,00	24.603,00		24.603,00	10.397,00
339039	42.670,00	42.670,00	42.670,00		42.670,00	
339139	3.000,00	1.062,95	1.062,95		1.062,95	1.937,05
449051	2.350,00					2.350,00

Tabela 11 - ED 8396

O cumprimento da meta acima apresentada, através da execução das obras de infraestrutura, melhorou significativamente a vida das famílias beneficiadas, que voltaram a ter suas vidas e deslocamentos regularizados. A construção de estradas vicinais, passagens molhadas, a colocação de manilhas nos leitos das estradas e a construção de pontes foram obras que atenderam vários projetos de assentamento. Muitos desses PAs foram atingidos pelas fortes chuvas de 2010 e 2011 que arrasaram as cidades sedes, como também toda a malha viária de acesso a tais projetos. Essa situação de emergência – e de calamidade, em alguns casos – dificultou sobremaneira o deslocamento de crianças, jovens e adultos para todas as atividades sociais e econômicas, prejudicando o acesso a serviços públicos essenciais, como educação e saúde. Os serviços, de maneira geral, foram prejudicados, até mesmo o trabalho, por parte de órgãos públicos como o Incra, a exemplo da fiscalização de construção de casas, aplicação de outros créditos e assistência técnica. Ao mesmo tempo, o escoamento de produção foi severamente comprometido. Dessa forma, ficam evidentes a necessidade urgente e a importância de tais obras.

Com a reconstrução destas estradas vicinais e a construção de pontes, o Incra trouxe, não só a regularidade dos deslocamentos, como também a inclusão social destas famílias em outros programas. Toda a zona rural no entorno destas comunidades também foram beneficiadas, pois até municípios foram interligados. As vantagens imediatas se deram com a diminuição dos custos de transporte das prefeituras no transporte escolar e outros serviços públicos. Toda a população acabou sendo beneficiada, pois vivia uma situação atípica na região, fato que culminou com a decretação de calamidade pública e de estado de emergência.

No desenrolar da execução das obras, o setor de Infraestrutura teve alguns problemas, que podem ser elencados a seguir:

1 - A escassa força de trabalho do Incra (SR 22/AL). Apesar de feito concurso público para engenheiro civil, nenhum dos cinco concursados assumiu o cargo. Isso prejudicou bastante o andamento da fiscalização, numa sobrecarga para os atuais encarregados do setor, uma vez que não havia pessoal de apoio como auxiliar administrativo, estagiários ou outros serventuários que pudessem ajudar na parte burocrática. Isso poderia facilitar a flexibilidade de horários dos servidores que poderiam ter acompanhado os serviços realizados com muito mais rigor, dentro das normas técnicas.

2 - A execução de algumas obras teve dificuldades de pagamento, com atrasos sucessivos, gerando, além da insatisfação do contratado, a impaciência de assentados, que, por vários momentos, viram as obras paralisadas. Algumas das empresas contratadas foram acionadas na Justiça do Trabalho por não conseguirem pagar a tempo seus funcionários, mesmo com boa parte dos serviços executados e com notas apresentadas a tempo, com os pagamentos dos impostos em dia. Com o contingenciamento financeiro determinado pelo governo federal, esta situação se demonstrou um problema sério a ser resolvido. Com muita dedicação, o Setor de Engenharia conseguiu acompanhar os serviços de execução. Ao mesmo tempo, as questões trabalhistas foram sanadas e os serviços foram finalizados e entregues de acordo com os novos cronogramas apresentados.

3 - Para se fazer um acompanhamento com toda eficácia, é fundamental, não apenas pessoal suficiente, mas também equipamentos e viaturas que funcionem a contento nestes deslocamentos. Nem sempre isso foi possível, devido à dificuldade de acesso a alguns lugares nos períodos invernosos com viaturas sem tração nas quatro rodas. Alguns lugares não visitados devido a esses problemas são considerados lugares-chaves dentro do contexto das obras. Houve um esforço da Superintendência, no decorrer do último ano, em conseguir veículos novos para uma melhor distribuição para as várias atividades desempenhadas pelo Incra, mas o prejuízo aos serviços foi inevitável. Para citar um exemplo, no ano passado foram leiloadas mais de dez viaturas inservíveis, na esperança de que outras,

novas e traçadas, viessem substituí-las. Como há a proibição, por decreto presidencial, de contratação através de locação de veículos, resta a expectativa de aquisição de uma nova frota.

4 - Por se tratar de estrada vicinal, estrada carroçável, a maior dificuldade em algumas regiões foi encontrar uma jazida que tivesse a eficácia e pudesse suportar o peso dos deslocamentos durante alguns períodos. Alagoas tem um terreno bastante acidentado e também uma monocultura muito arraigada no cultivo da cana-de-açúcar. Em muitos desses lugares, onde as estradas foram reconstruídas, há também um intenso tráfego de caminhões, bi-trens (caminhões com dois, três e até quatro reboques), ônibus escolares, vans, motos e automóveis. Com a melhoria das estradas, houve um aumento significativo no fluxo de veículos por esses trechos. Daí, a necessidade de uma readequação para assegurar maior durabilidade dessas estradas, incluindo no projeto original sarjetas laterais, caixas de passagem, entre outros elementos, para tentar dar uma maior durabilidade nessas vias.

5 - Após anos de solicitação, foi realizada, no final de 2012, uma capacitação sobre acompanhamento de contrato de obras e serviços em engenharia, licitações e contratos. A finalidade foi garantir aos servidores uma melhor adequação aos novos métodos de fiscalização por órgãos de controle interno e externo, para salvaguardar o bom andamento do serviço público e garantir a aplicação dos recursos públicos.

6 - Na execução orçamentária/financeira do período 2012, embora tenha havido uma licitação na modalidade tomada de preço, a mesma não conseguiu ser empenhada devido à retirada dos recursos. Inicialmente seria uma concorrência, mas devido ao prazo exíguo, foi refeita para uma tomada de preço. É importante destacar que a sede foi comunicada oficialmente de que a licitação estava em curso, e que os assentados que não tinham sido contemplados nos anos anteriores precisariam destas obras estruturantes para manter seus deslocamentos e escoar suas mercadorias.

7 - Além das questões relativas à escassez de pessoal e de equipamentos, há, ainda, um outro problema que se soma aos demais: a Superintendência tem dois prédios administrativos que ficam há mais de 1 quilômetro um do outro. Muitas vezes, questões que poderiam ser resolvidas com rapidez demoram de dois a três dias, em função do trâmite de documentos de um prédio para outro, com possibilidade de perdas ou extravios. Em um dos prédios, se encontra o Setor de Infraestrutura; noutro, as Finanças. Em um, a Contabilidade; noutro, o Gabinete. Em um o Protocolo; noutro, a Administração. No meio disso tudo, os assentados, as empresas e fornecedores que dependem das ações e assinaturas dos diversos setores.

Mesmo com os problemas evidenciados acima, o corpo técnico do Setor de Infraestrutura, tem conseguido, em viagens semanais, fazer o acompanhamento mínimo dos serviços externos e internos,

como o monitoramento das obras e o deslocamento para os pontos críticos da execução. Apesar de tudo, tem sido possível dialogar com assentados, funcionários das empresas e órgãos de controle, informando e solicitando os recursos financeiros a serem pagos. É necessário se desdobrar para acompanhar estas obras e as novas contratações, pois ainda há o acompanhamento dos projetos e convênios em andamento. Além disso, há ainda o suporte a outras superintendências que também não tinham engenheiro. Tais obras, a despeito de todas as adversidades, foram ou estão sendo concluídas e dão hoje, aos vários projetos de assentamento em Alagoas, uma nova face, uma nova oportunidade de crescimento e apoio aos assentados da reforma agrária.

É notório o compromisso da gestão de finalizar as obras e solicitar uma melhor liberação de recursos financeiros de forma a equacionar, na medida do possível, as dificuldades encontradas no início das obras. Também deve ser destacado o apoio de vários setores que se disponibilizaram a ajudar e a compreender a dinâmica para a finalização das obras. A SR teve de contar também com a paciência dos assentados no tocante às dificuldades na execução de algumas obras e seu entendimento de que muitos problemas eram alheios às empresas e ao Incra, em função de fatos superiores e impeditivos de execução, já citados.

Com relação a Restos a Pagar, deve se analisar sob a ótica de que, nos projetos de execução de obras em engenharia, foram acrescidos aditivos no final de 2011 para que tais obras tivessem uma durabilidade maior, fazendo com que alguns elementos construtivos de melhoria da drenagem fossem contemplados. Alguns dos contratos antigos, devido à dificuldade de encontrar jazidas, de deslocamentos de postes de eletrificação por parte da Eletrobrás, afastamento de cercas, atrasos nos pagamentos, contingenciamento financeiro, deram causa a existência de Restos a pagar de 2010 e 2011. Muitos fatores podem alterar o cronograma físico-financeiro e consequentemente atrasar as liberações dos recursos. Mesmo com o intuito de finalizar as obras dentro do ano fiscal, muitas vezes situações de força maior ou caso fortuito impedem que isso aconteça. Nas execuções das obras acima elencadas, muitas situações já postas aqui fizeram com que fossem colocados recursos em restos a pagar, aditivos de projetos com o intuito de salvaguardar por um período maior as obras de estradas vicinais.

No final do ano, foi estritamente necessária a apresentação de fundamentação legal para a implementação de restos a pagar, devido à dificuldade de pagamento enfrentada pelo governo federal. Essa questão fez com que tais valores ficassem a espera de recursos. Isso é demonstrado pelos pagamentos efetuados no dia 31 de dezembro de 2012, com faturas em aberto até os dias de hoje. Todos esses problemas atrasaram os compromissos assumidos pela Superintendência perante seus fornecedores.

Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
36.203,00	35.221,30	35.221,30	0	0	35.221,30	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	99	95	36.203,00	35.221,30

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	-	160.899,64	83.150,71	0,00	77.748,93

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Salientamos que os valores inscritos em restos a pagar, referem-se aos processos números 54360.000214/2010-04 e 54360.001029/2010-29, uma vez que em atendimento ao Ofício nº0636/2012 da Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas, os mesmos foram encaminhados àquela SR/DPF/AL em 24 de fevereiro de 2012, para instrução dos autos do Inquérito Policial nº 57/2012, impossibilitando qualquer procedimento técnico e administrativo.

Os serviços de medição e demarcação topográfica de projetos de reforma agrária possibilitam o conhecimento da real capacidade do assentamento de famílias, a indicação e a localização de parcelas, de vias de acesso e circulação, de núcleos comunitários e de áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente. O INCRA executa esses serviços através da Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.

Em 2012, os serviços inerentes à ação 8398 foram totalmente executados por via direta, diferente dos exercícios anteriores, nos quais a maioria das execuções cartográficas aconteceram através da via indireta (contratação de empresas via licitação). Dessa forma, garantimos a demarcação topográfica de 95 parcelas no Projeto de Assentamento Santa Maria, localizado no município de União dos Palmares, beneficiando 95 (noventa e cinco) famílias, o que representa 95,95% do inicialmente definido no PC2012.

Todo o valor previsto na Programação Operacional 2012 para a Ação 8398 em 2012, no montante de R\$36.203,00 (trinta e seis mil reais), foi efetivamente disponibilizado, sendo empenhado e efetivamente pago o montante de R\$35.221,30, (trinta e cinco mil duzentos e vinte e um reais e trinta centavos). Informamos que em virtude da dotação insuficiente no exercício de 2012, para a ação em evidência, estamos com um passivo a ser executado em exercícios posteriores de 24 Projetos de Assentamentos, diretamente jurisdicionados a SR-22/AL, totalizando 1.143 lotes a serem medidos e demarcados. O detalhamento da execução orçamentária é apresentado no quadro seguinte, revelando concentração de despesas com deslocamento (diárias e combustíveis).

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	33.353,00	32.829,22	32.829,22		32.829,22	523,78
339030	2.850,00	2.392,08	2.392,08		2.392,08	457,92

Tabela 12 - ED 8398

Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	1	2	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado	-	547,15	547,15	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária – cuida essencialmente da constante necessidade da conservação e/ou recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, bem como da necessidade de recuperar as áreas degradadas e cumprir as exigências que são estabelecidas pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente durante o processo de licenciamento ambiental.

Em 2012, foi trabalhado o convênio nº 9.000/08 (vencido em setembro de 2012), celebrado entre esta Autarquia e o Instituto Naturagro. O referido convênio tratava de projeto de recuperação ambiental de áreas dos assentamentos Pacas e Paraná, localizados, respectivamente, nos municípios de Murici e Girau do Ponciano. Foram beneficiadas 266 famílias assentadas nos referidos PAs.

Apesar da existência da execução de meta física, não houve execução orçamentária desta ação no exercício de 2012.

Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação						
Código	4320					
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
214.981,04	214.630,09	35.207,05	0,00	179.423,04	35.207,05	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	540	611	228.558,00	35.207,05

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada	-	94.344,27	0,00	91.644,27	2.700,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Ação 4320, denominada Terra Sol – Fomento Agroindustrialização, a Comercialização e as Atividades Pluriativas Solidárias, foi criada em 2004, dentro do então Programa 0137– Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, está inserida no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e tem base normativa fixada pela Norma de Execução nº 106, de 07 de dezembro de 2012. A Ação Terra Sol visa ao incremento de renda das famílias assentadas por meio do financiamento de atividades socioeconômicas sustentáveis valorizando as características regionais, as experiências e potencialidades locais, com ênfase na agroecologia, através da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão, implantação, recuperação e ampliação de agroindústrias e com a execução de atividades não agrícolas (como artesanato, turismo rural e restaurante rural) que também podem ser apoiadas.

Em relação à execução orçamentária da ação 4320 no exercício de 2012, foi empenhado o montante de R\$214.630,09 (duzentos e quatorze mil seiscentos e trinta reais e nove centavos), equivalente a 99,84% do valor provisionado. Desse total, 16,38% foi efetivamente pago, isto é, R\$35.207,05 (trinta e cinco mil duzentos e sete reais e cinco centavos). O quadro abaixo detalha a execução orçamentária da ação em 2012.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	13.806,00	13.715,03	13.715,03		13.715,03	90,97
339030	21.752,00	21.492,02	21.492,02		21.492,02	259,98
449051	179.423,04	179.423,04		179.423,04		

Tabela 13 - ED 4320

A fiscalização e acompanhamento dos convênios celebrados entre o INCA e o Instituto Naturagro (CV/AL/11.000/2008, CV/AL/12.000/2008 e CV/AL/1.000/2009), visando as implementações da Fábrica de Licor do PA Cavaco, da Fábrica de Fubá de Milho do PA Paraná e a Fabrica de Farinha de Mandioca do PA Santa Isabel, justifica as despesas com deslocamento (diárias e combustíveis). O gasto referente ao elemento de despesa 449051 foi utilizado visando à construção de galpão para instalação de fábrica de farinha de mandioca no PA Santa Isabel, localizado no município de Girau do Ponciano.

O processo de instalação dessa fábrica garantiu a execução de 113,14% da meta física inicialmente estabelecida, ao garantir o beneficiamento de 611 famílias, conforme discriminado no quadro abaixo.

Tabela 14 - Execução do programa 4320 em 2012

Tabela 11 - Execução do Programa 1326 em 2012					
Nº	PA	Município	Famílias Atendidas	Processo	Tipo de Serviço realizado
1	Santa Isabel	Girau do Ponciano	50	54360.000157/2012-17	Construção de Casa de Farinha no PA Santa Isabel
2	Paraná		165		
3	Rendeira		284		
4	Japão II		44		
5	Roseli Nunes		35		
6	Nova Paz		25		
7	Sete Coqueiros		8		
TOTAL			611		

Fonte: Equipe do Programa Terra Sol.

Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
28.200,00	27.240,44	27.240,44	0	0	27.240,44	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	291	101	28.200,00	27.240,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido	-	2.967,27	2.967,27	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A titulação de assentamentos – executada através da ação 4358 - pode ser entendida como o coroamento do processo de reforma agrária, ao garantir a propriedade da terra para os trabalhadores rurais assentados, através de títulos de domínio ou de concessão de uso.

O contrato de concessão de uso – CCU - transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e a outros programas do governo federal. Por sua vez, o título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo.

As atividades desta ação são basicamente de campo (vistorias “in loco”, levantamento de documentação, saneamento de processos, coleta de assinaturas, entrega de documentos etc.), seja para a transferência de domínio definitivo, seja para a emissão do domínio provisório, mediante celebração de CCU, documento básico dos compromissos assumidos entre o INCRA e as novas famílias a serem beneficiadas. Assim, justificam-se as despesas com deslocamento (diárias e combustíveis) apresentadas no quadro abaixo que detalha a execução da despesa, ao tempo em que informamos que

grande parte do valor empenhado foi utilizado na sub ação de vistorias de situação ocupacional de lotes.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	20.000,00	19.625,85	19.625,85		19.625,85	374,15
339030	8.200,00	7.614,59	7.614,59		7.614,59	585,41

Tabela 15 - ED 4358

Em 2012, esta ação se deu através dos Contratos de Concessão de Uso (CCU), tendo sido expedidos e entregues um montante de 101 documentos, em 11 projetos de assentamento, conforme evidencia a tabela que segue.

Documento de Concessão de Uso Expedido			
Nº	Projeto de Assentamento	Município	Meta Obtida
1	PA Bom Conselho	São Luiz do Quitunde	13
2	PA Genivaldo Moura	Delmiro Gouveia	21
3	PA Loango	Cajueiro	4
4	PA Santa Maria II	União dos Palmares	26
5	PA São José dos Milagres	São Luiz do Quitunde	6
6	PA Margarida Alves	Atalaia	8
7	PA Todos os Santos	Água Branca	15
8	PA Nova Vida/Poço de Antas	São Luiz do Quitunde	4
9	PA Cobra II	Água Branca	1
10	PA Navio	Água Branca	2
11	PA Pindoba II	União dos Palmares	1
TOTAL			101

Tabela 16 – Documentação de Concessão de Uso expedida em 2012.

Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação						
Código	8374					
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
89.692,94	71.532,33	71.263,53	0,00	268,80	71.263,53	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	21	122	64.000,00	71.263,53

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado	-	980,20	980,20	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Resolução nº 289/2001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de projetos de assentamento, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria contínua na qualidade de vida dos assentados. Com base nessas diretrizes, o Incra atua, através da ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária - promovendo o respeito às diversidades ambientais, a promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais e a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental dos assentamentos.

O Plano de Compromissos do exercício de 2012 estabeleceu como limite orçamentário da ação 8374 o montante de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), sendo disponibilizados R\$ 71.532,33 (setenta e um mil quinhentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos), dos quais foram empenhados e efetivamente pagos R\$ 71.263,53 (setenta e um mil duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos), perfazendo 79,45% de execução orçamentária.

O detalhamento da execução orçamentária é apresentado no quadro seguinte, revelando despesas com deslocamento (diárias e combustíveis), manutenção de veículos, pagamento de taxas e publicações no Diário Oficial.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	25.800,00	14.797,89	14.797,89		14.797,89	11.002,11
339030	7.200,00	6.637,16	6.637,16		6.637,16	562,84
339039	6.668,00	6.668,00	6.399,20	268,80	6.399,20	
339047	48.524,94	42.552,05	42.552,05		42.552,05	5.972,89
339139	1.500,00	877,23	877,23		877,23	622,77

Tabela 17 - ED 8374

A meta física inicialmente programada foi o protocolo de 21 (vinte e uma) licenças ambientais, sendo protocoladas junto ao órgão estadual 122 (cento e vinte e duas) licenças ambientais, representando uma execução física de 580,95%, conforme detalhamento apresentado em quadro do Anexo II deste Relatório. Nesse somatório estão contabilizadas solicitações de licenças novas e de renovações de licenças.

Por sua vez, ao longo do exercício de 2012, o órgão ambiental responsável pela emissão de licenças ambientais emitiu 10 licenças ambientais, conforme detalhamento abaixo.

Projeto	Município	Tipo de licença
Pau de Arara	Água Branca	LP
Fazenda Feliz Deserto	Joaquim Gomes	LP
Fazenda Fomento	São Luiz do Quitunde	LP
Fazenda Lagoa do Junco	Igaci	LP
Fazenda Lagoa dos Patos	Piranhas	LP
Fazenda Brasília	Joaquim Gomes	LP
Arapuã	Mata Grande	LP
Fazenda Salinas	Água Branca	LP
Fazenda Ouricuri	Atalaia	LP
Trunfo	São Miguel dos Milagres	LIO

Tabela 18 – Licenças emitidas em 2012

É importante destacar que para o licenciamento ambiental são necessárias diversas fases: requerimento e anúncio público, pagamento das taxas, elaboração do estudo, análise do estudo pelo órgão estadual de meio ambiente, emissão da licença e a manutenção da mesma por meio do

cumprimento de suas condicionantes. Ademais, a licença está sujeita a um prazo de validade e ao cumprimento das obrigações nela imposta (promoção de educação ambiental, averbação de reserva legal, recuperação de áreas degradadas etc.), que se descumpridas, podem causar sua modificação, suspensão ou cancelamento.

O expressivo valor da meta física executada deve-se ao fato da renovação de muitas Licenças já emitidas que tinham sua validade expirando em janeiro de 2013. A Superintendência realizou todos os esforços possíveis para garantir essas renovações junto ao órgão ambiental, o que possibilitou aos projetos de assentamento a continuação de sua instalação e operação, em especial, a aplicação de créditos.

Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação						
Código	8370					
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.470,80	420,00	420,00	0	0	420,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	-	-	1.471,00	420,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado	-	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Apesar de não ter previsão na PO 2012, foram provisionados R\$1.470,80 (um mil quatrocentos e setenta reais e oitenta centavos), sendo empenhado, liquidado e efetivamente pago apenas R\$420,00 (quatrocentos e vinte reais). Os recursos utilizados foram gastos com deslocamento de servidores para capacitação. O quadro abaixo detalha a execução orçamentária do exercício nesta ação.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	1.050,80					1.050,80
339033	420,00	420,00	420,00		420,00	

Tabela 19 – ED8370

4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.321.490,43	3.321.490,13	192.693,62	0,00	3.128.796,51	192.693,62	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	1.468	0	1.515.339,00	192.693,62

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida	-	162.652,29	125.999,13	36.653,16	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Lei nº 12.188/2010 institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER - e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. O artigo 2º desta lei, define assistência técnica e extensão rural como o “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

Como consequência da legislação acima indicada, em 2012 foram realizadas as Chamadas Públicas de ATER, que teve como resultado a assinatura de 6 contratos de prestação de serviços de ATER, totalizando 5583 famílias a serem beneficiadas, em 112 Projetos de Assentamento. O quadro abaixo detalha essa execução da meta física em 2012.

Tabela 20 – Famílias a serem atendidas conforme resultado da Chamada Pública de ATER

Nº LOTE	CONTRATADA	Nº DO CONTRATO	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE PAs	Nº DE TÉCNICOS
1	CPT	CRT/AL/Nº 1.000/2013	492	14	6
2	ZUMBI	CRT/AL/Nº 2.000/2013	664	14	8
3	NATURAGRO	CRT/AL/Nº 3.000/2013	1022	20	13
4	ZUMBI	CRT/AL/Nº 4.000/2013	1080	22	14
5	COOATES	CRT/AL/Nº 5.000/2013	1194	27	14
7	ZUMBI	CRT/AL/Nº 7.000/2013	1131	15	13
TOTAL			5583	112	68

Fonte: Setorial de ATER.

Uma vez que os contratos só foram assinados em janeiro de 2013, os números acima, conforme definição do Módulo Monitoramento do SIR, não contabilizam para a meta de 2012, mas apenas para a do exercício seguinte.

Para garantir essa assistência técnica, 99,2% da provisão recebida, no valor de R\$3.321.490,13 (três milhões trezentos e vinte e um mil quatrocentos e noventa reais e treze centavos), foi empenhada, conforme expõe o quadro abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	98.148,00	78.908,50	78.908,50		78.908,50	19.239,50
339030	32.000,00	24.468,20	24.468,20		24.468,20	7.531,80
339033	3.200,00	3.200,00	3.200,00		3.200,00	
339039	3.214.913,43	3.214.913,43	86.116,92	3.128.796,51	86.116,92	

Tabela 21 – ED4470

Os recursos utilizados nos elementos de despesa 339014, 339030 e 339033 foram utilizados para cumprir o processo de elaboração da Chamada Pública no que se relaciona com a concepção metodológica do Programa, tendo sido realizadas as seguintes tarefas: 1) Identificação e Qualificação da Demanda a ser atendida, através do detalhamento da situação dos Assentamentos obtida pelo levantamento de dados e informações e sua interpretação a fim de orientar a elaboração do Projeto Básico; 2) Organização dos Lotes, que dialogam com os critérios propostos pelo programa para os Núcleos Operacionais; 3) Definição dos Objetivos, Metas e Atividades realizadas junto a cada família assentada, a cada Projeto de Assentamento e por consequência em cada Núcleo Operacional e o conjunto destes. Assim foram realizados os diversos momentos ou fases do itinerário metodológico acima mencionado que requer o seu detalhamento em atividades a serem contratadas.

As informações levantadas foram complementadas através de diálogo e entrevistas com conhecedores da realidade dos assentamentos tais como lideranças dos agricultores e representantes das associações.

Como consequência dos antigos convênios de ATES, foi concluída a elaboração de Plano de Recuperação de Assentamento (PRA) em 2 assentamentos, beneficiando diretamente 138 famílias, conforme detalhamento no quadro abaixo. Os PDAs (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) e os PRAs são instrumentos que organizam a capacidade produtiva, social e estruturante dos Projetos de Assentamento, evidenciando suas potencialidades e seus valores sócio-culturais.

Nº	PA	Município	TIPO	Famílias Atendidas
1	Jurema	Delmiro Gouveia	PRA	48
2	Mellos	Maragogi	PRA	90
TOTAL				138

Tabela 22 – PDA/PRA aprovados em 2012

4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
33.084,75	29.974,88	29.974,88	0	0	29.974,88	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	83	0	33.085,00	29.974,88

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida	-	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação 20T1 – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas – está inserida no conjunto de atividades do governo federal que visa promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos. A meta física dessa ação está vinculada à área reconhecida (ha).

A Programação Operacional do exercício de 2012 estabeleceu como limite orçamentário da ação 20T1 o montante de R\$33.085,00 (trinta e três mil e oitenta e cinco reais), sendo disponibilizados R\$33.084,75 (trinta e três mil, oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). Foram empenhados e efetivamente pagos R\$29.974,88 (vinte e nove mil novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), o que equivale a um percentual de execução de 90,6% em relação ao valor inicialmente programado.

Como podemos observar abaixo, no quadro de detalhamento da execução orçamentária da ação, as despesas se concentraram, sobretudo, no deslocamento de técnicos ao campo para execução

de ações que visavam à regularização da posse das terras dos remanescentes de quilombos, com o acompanhamento e fiscalização do contrato de elaboração dos Relatórios Antropológicos das comunidades quilombolas de Abobreiras, Guaxinim e Muquém, localizadas, respectivamente nos municípios de Teotônio Vilela, Cacimbinhas e União dos Palmares, além de visitas técnicas as outras quatorze comunidades quilombolas, visando fazer explanações sobre os procedimentos necessários para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrução, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes de quilombolas.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	26.084,75	24.955,50	24.955,50		24.955,50	1.129,25
339030	7.000,00	5.019,38	5.019,38		5.019,38	1.980,62

Tabela 23 – ED4304

A comunidade Tabacaria, no município de Palmeira dos Índios, é composta de seis áreas, já tendo passado pelas etapas precedentes. No ano de 2007, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foi publicado por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União. A Portaria de reconhecimento da comunidade foi publicada no Diário Oficial da União, no ano de 2008. No ano seguinte, o Decreto declaratório de interesse social foi publicado no Diário Oficial da União. Restando, porém o INCRA se emitir na posse das outras três áreas, o que não aconteceu até a presente data, devido a inconsistências apresentadas nas cadeias dominiais das mesmas.

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ⁹

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa						
Título						
Órgão Responsável						
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.842.364,72	1.776.506,20	1.356.403,52	9.057,59	420.102,68	1.347.345,93	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	1.788.894,00	1.356.403,52

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	-	-	120.562,32	47.630,19	59.141,83	13.790,30

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Compete à Divisão de Administração manter o pleno funcionamento da Superintendência Regional e fornecer apoio administrativo às áreas operacionais. A manutenção das funcionalidades desta SR-22 só é possível através dos créditos orçamentários da ação 2000 – Administração da Unidade. Nesta ação se concentram as despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas nas ações finalísticas.

A ação 2000 não apresenta meta física a ser obtida. Os créditos orçamentários desta ação visam cobrir despesas essencialmente administrativas como, por exemplo, as despesas com contratos de terceirização de serviços de apoio administrativo (limpeza e conservação de imóveis, vigilância armada, serviço de digitação), com locação de imóveis e de máquinas reprográficas, com manutenções diversas, com aquisição de material de expediente, com serviços de água, energia e telefone etc.

O quadro que segue detalha a execução orçamentária por elemento de despesa desta ação.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	4.078,10	3.945,17	3.945,17		3.945,17	132,93
339030	54.762,29	51.413,08	26.365,00	25.048,08	26.365,00	3.349,21
339033	3.431,80	3.431,80	3.431,80		3.431,80	
339036	7.940,00	4.190,00		4.190,00		3.750,00
339037	919.284,01	877.312,41	850.530,65	26.781,76	850.530,65	41.971,60
339039	462.509,07	446.499,68	380.276,85	66.222,83	371.219,26	16.009,39
339047	5.808,71	5.278,17	5.278,17		5.278,17	530,54
339139	16.488,13	16.373,28	15.063,52	1.309,76	15.063,52	114,85
449052	368.062,61	368.062,61	71.512,36	296.550,25	71.512,36	

Tabela 24 - ED2000

Dos créditos recebidos na ação, 96,43% foram empenhados, sendo que 73,62% dessa provisão foi liquidada e 73,13% efetivamente paga. O orçamento desta ação é apresentado de outra forma através do gráfico abaixo.

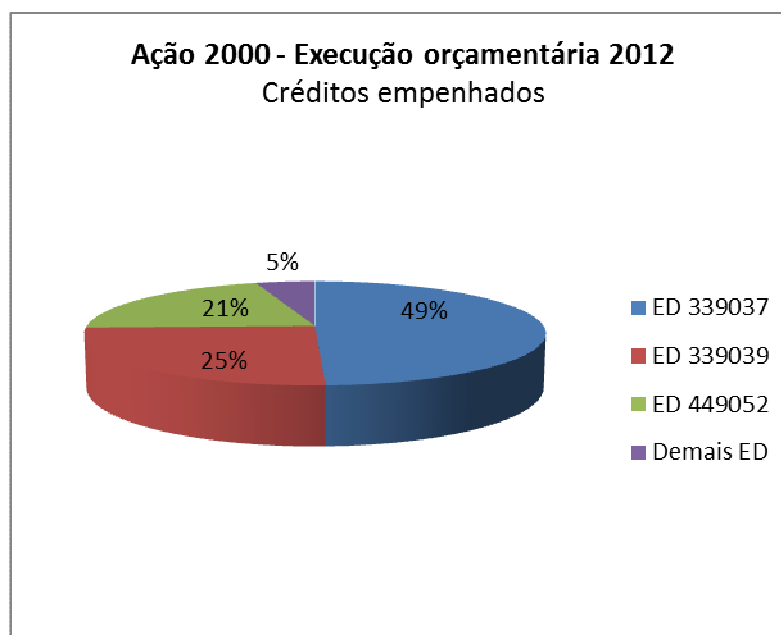


Figura III – Créditos empenhados em 2012 na ação 2000

O gráfico revela que a maior parte do crédito é executada nos elementos 339037, 339039 e 449052, que representam respectivamente, 49%, 25% e 21% da despesa total desta ação. As despesas correntes são relativas a contratos de locação de mão-de-obra para apoio administrativo e para vigilância patrimonial, a condomínio, a aluguel de imóvel, a fornecimento de água e de energia elétrica, a locação de máquinas fotocopadoras, a despesas com telefonia, a manutenções diversas etc.

As despesas de capital serviram para a compra de equipamento e material permanente, como condicionadores de ar e mobiliário para a Superintendência.

Os outros 5% destacados no gráfico representam despesas diversas como, por exemplo, despesas com licenciamento de veículos, com deslocamento (diárias e passagens), com publicações no Diário Oficial, com aquisição de água mineral e de material de expediente.

Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
39.056,30	38.407,48	33.877,48	0,00	4.530,00	33.877,48	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	(und)	12	21	9.521,00	33.877,48

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Servidor capacitado	-	4.645,32	4.195,32	450,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Instrução Normativa/Nº 52 estabelece critérios e parâmetros para a capacitação dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O artigo 2º desta IN define que o objetivo da política de capacitação é assegurar a formação e manutenção das competências necessárias ao desenvolvimento das atividades inerentes às responsabilidades institucionais do INCRA. A atividade 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – é a ação responsável por promover esse processo de capacitação de servidores.

Nos últimos anos, a ação 4572 não tem apresentado os créditos orçamentários adequados à efetivação de uma política séria de capacitação de servidores. O gráfico abaixo compara o número de servidores lotados com o número de servidores capacitados, revelando uma relação desproporcional.



Figura IV – Total de servidores X total de servidores capacitados

Foi provisionado o montante de R\$39.056,30 (trinta e nove mil e cinquenta e seis reais e trinta centavos), sendo empenhado 98,34% desse valor e efetivamente pago 86,74%. A tabela que segue detalha a execução orçamentária da ação em 2012.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	11.159,30	10.716,48	10.716,48		10.716,48	442,82
339030	165,00					165,00
339033	6.941,00	6.941,00	6.941,00		6.941,00	
339039	20.791,00	20.750,00	16.220,00	4.530,00	16.220,00	41,00

Tabela 25 - ED 4572

Os créditos acima detalhados juntamente com créditos executados diretamente pela Sede serviram para promover a capacitação de 21 servidores, através de 2930 horas-aula em 29 oportunidades de capacitação, conforme detalha o quadro abaixo.

Nº	SERVIDOR	MÊS	CURSO	CARGA HORÁRIA
1	Alessandra Márcia da Costa	Fevereiro	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do Incra	40
2	Artur Eugênio de Araújo Santos	Fevereiro	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do Incra	40
3	Claudemira Silva de Oliveira	Fevereiro	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do Incra	40
4	Katiucia Mendes Santos	Fevereiro	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do Incra	40
5	Lenilda Lima da Silva	Fevereiro	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do Incra	40
6	José Everaldo Moraes de Lima	Fevereiro	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão do Incra	40
7	Alessandra Márcia da Costa	Fevereiro	I Seminário Nacional sobre Práticas Agroecológicas em Assentamento de Reforma Agrária	24
8	Katiucia Mendes Santos	Fevereiro	I Seminário Nacional sobre Práticas Agroecológicas em Assentamento de Reforma Agrária	24
9	Claudemira Silva de Oliveira	Fevereiro	7º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	26
10	Anabela Fernandes Fagundes	Fevereiro	Conferência Temática de ATER para a Reforma Agrária e Agroecologia	24
11	Neider Silveira Jatobá	Fevereiro	Conferência Temática de ATER para a Reforma Agrária e Agroecologia	24
12	José Duarte Novaes	Março	Curso Novo Siafi Web	16
13	Plínio Fabrício Ramalho da Silva	Abril	Curso de Planejamento Estratégico Participativo	40
14	Gustavo André Costa de França	Novembro	Obras e Serviços de Engenharia	24
15	Hugo Luiz Costa Santos	Novembro	Obras e Serviços de Engenharia	24
16	Marcos Antônio de Araújo Bezerra	Novembro	Obras e Serviços de Engenharia	24
17	Aparecido Antônio	Novembro	VI GeoNordeste – Simpósio Regional de Geoprocessamento e sensoriamento remoto.	40

18	Manoel Lucivaldo Maia da Silva	Novembro	CONSEGI 2012	40
19	Luiz Batista da Silva Junior	Novembro	CONSEGI 2012	40
20	Jorge Saraiva Batista	Novembro	CONSEGI 2012	40
21	Berival de Oliveira Ferreira	Novembro	CONSEGI 2012	40
22	Sérgio Augusto Correia Goes	Novembro	Capacitação em Siconv	-
23	Gustavo André Costa de França	Novembro	Licitações e contratos e sistema de registro de preços	16
24	Sérgio Augusto Correia Goes	Novembro	Licitações e contratos e sistema de registro de preços	16
25	Marcos Antônio de Araújo Bezerra	Novembro	Licitações e contratos e sistema de registro de preços	16
26	Luiz Batista da Silva Junior	Novembro	Licitações e contratos e sistema de registro de preços	16
27	Márcia Cristina dos Prazeres Soares	Novembro	Licitações e contratos e sistema de registro de preços	16
28	Claudia Cseko Nolasco de Carvalho	Novembro	Doutorado em ciência, Tecnologia e inovação em agropecuária	1320
29	Hugo Luiz Costa Santos	Novembro	MBA em infraestrutura de transportes e rodovias	240
TOTAL				2930

Tabela 26 - Servidores capacitados em 2012

Cabe esclarecer que oportunidade de capacitação equivale ao número de vagas disponibilizadas em eventos de capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos. Portanto, conforme esse entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação no ano de 2012.

Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
304.553,28	215.846,78	198.942,66	0,00	16.904,12	198.942,66	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	0	198.942,66

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação 2103 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário – objetiva primordialmente a formulação, o desenvolvimento, e o controle das políticas desenvolvidas pelas Unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nesse sentido, as despesas desta ação se concentraram, sobretudo, no deslocamento de técnicos da SR-22 para participação em eventos e reuniões que debateram as políticas públicas adequadas para o desenvolvimento rural sustentável. O detalhamento da execução orçamentária da ação é apresentado no quadro abaixo.

Essa ação não apresenta definição de meta física a ser cumprida. Não havia previsão orçamentária para esta ação em 2012. Contudo, como pode ser visto no quadro abaixo, foi provisionado o montante de R\$ 304.553,28 (trezentos e quatro mil quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos), sendo empenhado a quantia de R\$215.553,28 (duzentos e quinze mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos), que representa 70,87% da provisão. O valor

efetivamente pago totalizou R\$198,942,66 (cento e noventa e oito mil novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos), equivalente a 65,32% da provisão.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	64.418,28	63.008,53	63.008,53		63.008,53	1.409,75
339030	37.400,00	27.297,14	10.393,02	16.904,12	10.393,02	10.102,86
339033	40.800,00	20.800,00	20.800,00		20.800,00	20.000,00
339037	146.530,00	102.741,11	102.741,11		102.741,11	43.788,89
339039	15.405,00	2.000,00	2.000,00		2.000,00	13.405,00

Tabela 27 - ED 2103

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ¹⁰

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes¹¹

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital ¹²

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência¹³

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

4.2.2.4 Análise Crítica¹⁴

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

¹⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.2.3 Programação de Despesas

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classifica-ção da ação	Despesas Correntes		
		Conce-dente	Rece-bedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos		373051	492012112121202103	0,00	0,00	304.553,28
			373051	492012112221202000	0,00	0,00	1.474.302,11
			373051	492012112520662105	0,00	0,00	21.040,00
			373051	4920121127203420T1	0,00	0,00	33.084,75
			373051	492012112282120457	0,00	0,00	39.056,30
			373051	492012136320668370	0,00	0,00	1.470,80
			373051	492012142220298402	0,00	0,00	38.378,58
			373051	492012160620124470	0,00	0,00	3.348.261,43
			373051	4920121631206620S7	0,00	0,00	254.440,00
			373051	492012163120662109	0,00	0,00	13.947,69
			373051	492012163120664304	0,00	0,00	11.719,49
			373051	492012163120664358	0,00	0,00	28.200,00
			373051	492012163120668374	0,00	0,00	89.692,94
			373051	492012163120668384	0,00	0,00	87.293,00
			373051	492012163120668387	0,00	0,00	137.499,70
			373051	492012163120668396	0,00	0,00	22.682,00
			373051	492012163120668398	0,00	0,00	36.203,00
			373051	492012169120664320	0,00	0,00	35.558,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classifica-ção da ação	Despesas de Capital		
		Conce-dente	Rece-bedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos		373051	492012112221202000	368.062,61	0,00	0,00
			373051	492012163120660427	0,00	30.008120,00	0,00
			373051	492012163120664460	0,00	1.142.694,19	0,00
			373051	492012163120668396	2.350,00	0,00	0,00
			373051	492012169120664320	179.423,04	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários¹⁵

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	-	-	-	-
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	-	-	-	-

Fonte:

¹⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários¹⁶

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								

¹⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	2.124.319,96	4.567.306,98	1.537.595,38	1.118.598,51
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	179.423,04	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	3.214.339,05	0,00	0,00
d) Pregão	1.944.896,92	1.352.967,93	1.537.595,38	1.118.598,51
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	3.551.855,34	5.096.199,31	361.104,83	398.259,56
g) Dispensa	3.420.869,54	4.979.732,94	242.739,53	290.473,69
h) Inexigibilidade	130.985,80	116.466,37	121.365,30	107.785,87
3. Regime de Execução Especial	41.053,33	48.987,90	41.053,33	48.464,93
i) Suprimento de Fundos	41.053,33	48.987,90	41.051,32	48.464,93
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	7.504.306,12	7.432.221,91	7.504.306,12	7.432.221,91
j) Pagamento em Folha	6.909.515,03	6.816.737,66	6.909.515,03	6.816.737,66
k) Diárias	594.791,09	615.484,25	594.791,09	615.484,25
5. Outros	8.398.053,80	23.974.749,07	1.923.003,80	16.052.154,05
6. Total (1+2+3+4+5)	21.619.588,55	41.119.465,17	11.367.063,46	25.049.698,96

Fonte: Siafi Gerencial.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
339039 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	3.835.669,11	512.566,81	635.766,13	456.662,03	3.229.902,98	55.904,78	626.708,54	456.662,03
339037 – Locação de mão de obra	980.053,52	770.824,35	953.271,76	703.668,85	26.781,76	67.155,50	953.271,76	703.668,85
339014 – Diárias - Pessoa civil	594.791,09	615.484,25	594.791,09	615.484,25	0,00	0,00	594.791,09	615.484,25
Demais elementos do grupo	462.459,57	5.506.511,76	399.698,09	5.353.823,36	62.761,48	152.688,40	399.698,09	5.317.170,20
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
449052 – Equipamentos e material permanente	368.062,61	30.462,27	71.512,36	7.408,00	296.550,25	23.054,27	71.512,36	7.408,00
449051 – Obras e instalações	179.423,04	7.876.289,25	0,00	0,00	179.423,04	7.876.289,25	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
459066 - Concessão de empréstimos e financ.	6.700.300,00	16.051.800,00	4.072.400,00	8.634.100,00	2.627.900,0	7.417.700,00	225.250,00	8.634.100,00
459061 – Aquisição de imóveis	994.523,49	2.232.343,57	994.523,49	1.882.983,72	0,00	349.359,85	994.523,49	1.882.983,72
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Por não figurar na LOA – Lei Orçamentária Anual – a movimentação dos créditos orçamentários da SR-22 é realizada, via de regra, exclusivamente por movimentação interna de recebimento de crédito. Os créditos são recebidos através de provisão cuja Unidade Gestora concedente é a Sede desta Autarquia em Brasília.

A provisão recebida é oriunda do Plano de Compromissos (PC) definido pela Diretoria Colegiada desta Autarquia e detalhada no âmbito das Superintendências Regionais.

A primeira versão aprovada do Plano de Compromissos 2012 (PC2012) do Incra reservou à Superintendência Regional de Alagoas (SR-22) o orçamento geral de R\$70.783.620,00 (setenta milhões setecentos e oitenta e três mil seiscentos e vinte reais), uma das maiores previsões orçamentárias dos últimos exercícios. A última versão do Plano de Compromissos, ajustado ao Decreto n° 7680/2012, reduziu o valor para R\$42.186.428,00 (quarenta e dois milhões cento e oitenta e seis mil quatrocentos e vinte e oito reais). O gráfico abaixo detalha essa última programação, já com o impacto orçamentário do Decreto.

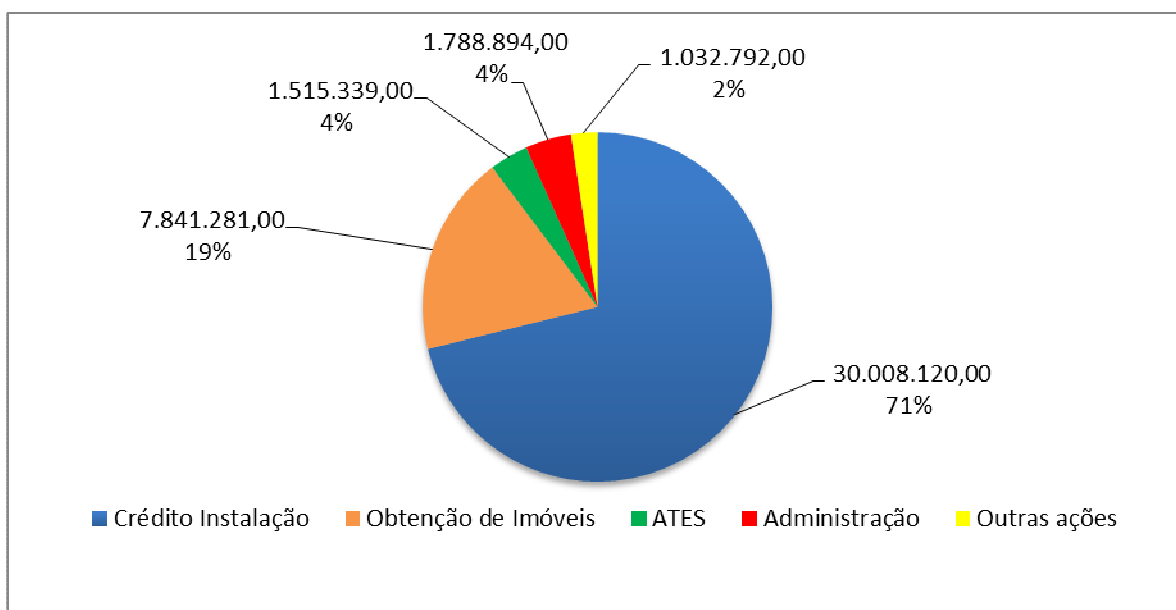


Figura V – PC ajustado ao Decreto nº 7680/2012 X Crédito empenhado.

Percebe-se que a ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas – concentrava 71% do orçamento programado da SR-22 em 2012. Em escala descendente, apareciam as ações 4460 – Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária -, 4470 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária – e 2000 –

Administração da Unidade -, com respectivamente 19%, 4% e 4% do orçamento programado da SR-22. Às demais ações da Superintendência foram reservados apenas 2% do orçamento.

De todo o montante programado, 89,8% dos créditos foram provisionados, o que equivale a R\$37.878.032,91 (trinta e sete milhões oitocentos e setenta e oito mil trinta e dois reais e noventa e um centavos) e apenas 33,4% foi empenhado, equivalente a R\$14.115.282,43 (quatorze milhões cento e quinze mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos). O gráfico abaixo compara a previsão orçamentária do Plano de Compromissos 2012 com os valores empenhados no exercício.

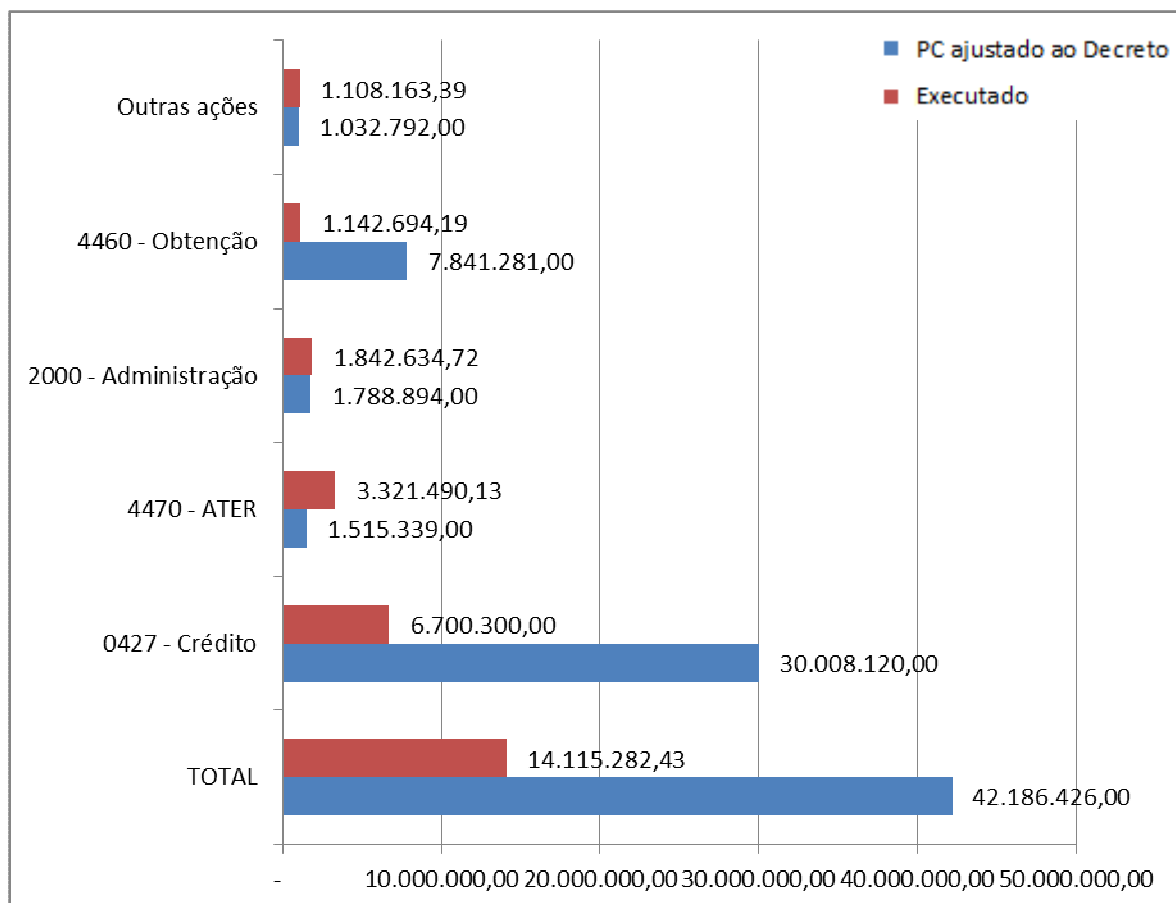


Figura VI – PC ajustado ao Decreto nº 7680/2012 X Crédito empenhado.

A análise das despesas por categoria econômica nos revela o efeito da despesa sobre a economia. As despesas correntes desta SR-22 em 2012 foram necessárias para movimentar sua máquina administrativa, no intuito de viabilizar o alcance das metas das diversas ações.

Já as despesas de capital auxiliaram na formação ou aquisição de bens de capital, visando à ampliação de atendimento aos beneficiários da Reforma Agrária em Alagoas. Destacamos os investimentos da ação 2000 (Administração da Unidade) e as inversões financeiras das ações 4460 (Obtenção) e 0427 (Crédito).

A execução orçamentária dos créditos provisionados seguiu a tendência histórica de execução orçamentária desta Superintendência, não apresentando nenhuma novidade significativa tanto na execução dos créditos correntes, quanto nos de capital.

As despesas correntes se concentraram no grupo de despesa “Outras Despesas Correntes (3)”: despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, serviços de terceiro, entre outros. Os elementos 339039 (Outros Serviços de Terceiros - PJ), 339037 (Locação de mão de obra) e 339014 (Diárias) constituem os 3 principais elementos do grupo, de acordo com o valor de montante empenhado.

As despesas de capital se concentraram nos grupos de despesa Investimentos (4) e Inversões Financeiras (5). Nesse último grupo, os únicos elementos aplicados foram: 459066 (Concessão de empréstimos) e 459061 (Aquisição de imóveis), através das ações 0427 (Crédito Instalação) e 4460 (Obtenção), respectivamente.

No grupo Investimentos, dois elementos foram executados. O principal deles, 449052 (Equipamentos e material permanente) foi aplicado através da ação 2000 (Administração da Unidade), para renovação dos móveis desta Superintendência Regional. O outro elemento, 449051 (Obras e instalações), foi aplicado através da ação 4320 (Terra Sol).

Resta ainda destacar alguns eventos que prejudicam a boa e regular execução orçamentária. São exemplos o número insuficiente de servidores e o contingenciamento de créditos orçamentários e de recursos financeiros do exercício.

O número de servidores lotados na SR-22 se mostra insuficiente há alguns anos, urgindo um concurso público com número significativo de vagas destinadas a SR. Há insuficiência tanto na área finalística quanto na área meio (administração, planejamento e controle). Tal fato prejudica, desde a formalização de convênios e contratos até a fiscalização da execução e da conclusão dos mesmos.

O contingenciamento orçamentário-financeiro é prática comumente realizada pelo governo federal. Seu impacto no âmbito dessa Superintendência não é positivo, uma vez que provoca o adiamento da execução das ações, concentrando a execução no final do exercício, o que acarreta elevação dos valores inscritos em restos a pagar.

O contingenciamento é um aspecto dos mais nocivos no processo de planejamento e orçamento, uma vez que os órgãos públicos não conseguem saber com clareza quando terão os recursos e quais serão os recursos disponíveis. Compromete-se, dessa forma, uma das principais “virtudes” do orçamento público, qual seja, a sua utilização como um instrumento de orientação para

os agentes públicos e privados. O gráfico abaixo compara o Plano de Compromissos 2012 antes e depois do Decreto n° 7680/2012, que contingenciou créditos orçamentários desta Autarquia.

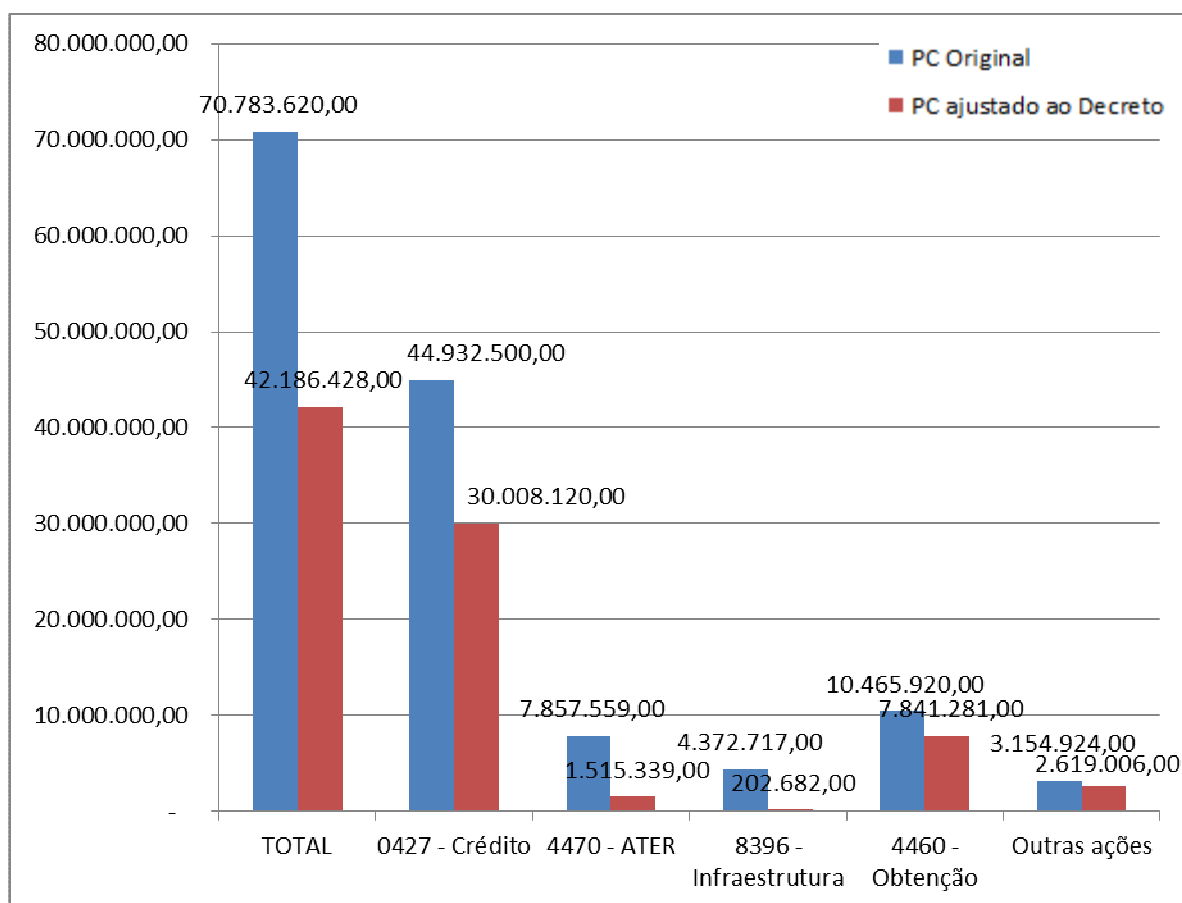


Figura VII – PC Original X PC ajustado ao Decreto n° 7680/2012.

O impacto orçamentário do referido decreto resultou na redução de R\$28.597.192,00 (vinte e oito milhões quinhentos e noventa e sete mil cento e noventa e dois reais), equivalente a 40,4% do valor inicialmente programado. O valor contingenciado prejudica a oferta de serviços públicos para a sociedade, além de dificultar uma estabilidade e uma previsibilidade dos dispêndios governamentais nas diversas políticas públicas.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos¹⁷

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
Razões e Justificativas:					
Fonte:					

5.1.2 Análise Crítica¹⁸

¹⁷ Não houve ocorrência no exercício.

¹⁸ Não houve ocorrência no exercício.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	36.653,16	0,00	0,00	36.653,16
2010	5.606,55	0,00	0,00	5.606,55
2009	382.310,42	0,00	382.256,56	53,86
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	16.033.113,05	632,97	131.762,31	15.900.717,77
2010	33.572.599,05	1.030.566,15	21.740.980,56	10.016.893,01
2009	46.396.632,85	28.444.712,50	17.951.920,35	0,00

Fonte: SIAFI2011 e 2012.

5.2.2 Análise Crítica

Não há uma estratégia clara para pagamento de Restos a Pagar por parte da UJ. A Divisão de Administração esclarece as razões e circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro:

- Os valores de crédito instalação inscritos em RP, segundo o Setor de Crédito, estão aguardando regularização de pendências (documentação dos beneficiários, atas, abertura de contas correntes, etc) junto às Associações dos Projetos de Assentamentos.
- Os valores de obras de infraestrutura de 2010 aguardam conclusão das obras de construção e reconstrução de pontes e estradas vicinais (obras emergenciais 2010).
- Os valores de contratos administrativos deverão ser liquidados nos próximos meses com a quitação das faturas/notas fiscais ainda pendentes de pagamento, emitidas em dezembro/2011.

A permanência de valores inscritos em RP sem perspectiva de pagamento onera demasiadamente o orçamento do exercício corrente, prejudicando a obtenção de recursos financeiros.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.5.3, ele está apresentado no anexo IV deste Relatório de Gestão.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
CNPJ:	00.375.972/0023-76					
UG/GESTÃO:	373051					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	36.653,16	6.230.690,75	6.731.746,17
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	36.653,16	6.230.690,75	6.731.746,17

Fonte: Grupo de Trabalho de Execução.

5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
CNPJ: 00.375.972/0023-76		UG/GESTÃO: 373051			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	0	79.762,50	0	100%
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	0	-	79.762,50	-	-

Fonte: Grupo de Trabalho de Execução.

5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/AL					
CNPJ: 00.375972/0023-76		UG/GESTÃO: 373051			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	10	0	0
		Montante Repassado	36.653,16	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	36.653,16	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	27	0	0
		Montante Repassado	6.230.690,75	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	23	0	0
		Montante Repassado	6.731.746,17	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	133.565,33	0	0
Fonte: Grupo de Trabalho e Execução.					

5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/AL					
CNPJ: 00.375972/0023-76			UG/GESTÃO: 373051		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			19.911.222,14	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	0	0
		Montante Repassado (R\$)		79.762,50	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	10	0
			Montante Repassado (R\$)	4.957.138,67	0
2011	Quantidade de contas prestadas			7.201.083,79	0
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	27	0
			Montante repassado (R\$)	6.230.690,75	0
2010	Quantidade de Contas Prestadas			6.731.746,17	0
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	2	0
			Quantidade de TCE	2	0
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	4	0
			Montante Repassado	1.675.001,20	0
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	10	0
			Montante Repassado	6.101.665,55	0
Fonte: Grupo de Trabalho e Execução.					

5.3.6 Análise Crítica

A Superintendência Regional do Incra em Alagoas não figurou como concedente de transferências de recursos voluntários a outras entidades nos últimos 3 exercícios. Também não há previsão de vigência de convênio no exercício de 2013. Tal fato resulta na considerável diminuição dos montantes repassados através de instrumentos de transferência, como pode ser observado através de análise do Quadro A.5.4.

Destacamos os esforços empreendidos pelo Grupo de Trabalho e Execução (GT) na análise de estoque de convênios. Os quadros acima revelam a contribuição significativa do referido grupo no trabalho de apuração dos atos passíveis de instauração de Tomada de Contas Especial, em relação às transferências voluntárias concedidas em exercícios anteriores.

A insuficiência no quadro de pessoal é um entrave para um melhor desempenho na análise de prestação de contas de convênios. Esse problema gera indevida acumulação de cargos, sobrecarregado os servidores e dificultando a atuação eficiente da administração pública. Exemplificando: o Presidente do GT incorpora em sua pasta de trabalho a função de Presidente da CP-TCE e de Chefia da Divisão de Administração.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
373051	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS	0,00	0,00	40.599,17	40.599,17
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0,00	0,00	40.599,17	40.599,17

Fonte: SIAFI2012

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B¹⁹

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1			Nome da UG					
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização para a CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
				Total Utilizado pela UG				
Código da UG 2			Nome da UG					
				Total Utilizado pela UG				
				Total Utilizado pela UJ				

Fonte:

¹⁹ Não houve ocorrência no exercício.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	373051	Limite de Utilização da UG	80.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Adilson Simões Castro	436.154.144-20	800,00	0,00	3.171,23	3.171,23
Alexandre Luís de Bulhões Rocha	034.323.284-78	800,00	0,00	347,45	347,45
Anabela Fernandes Fagundes	160.957.822-87	800,00	0,00	1.478,11	1.478,11
Ana Maria Tenório Alves	636.232.004-25	800,00	0,00	166,25	166,25
Ana Patrícia Sandes Costa	032.701.394-03	800,00	0,00	290,33	290,33
Aparecido Antonio	864.713.768-04	800,00	0,00	2.356,55	2.356,55
Arnaldo Firmino dos Santos	690.234.418-34	800,00	0,00	1.576,48	1576,48
Denis Kleber S Souza	803.480.174-72	800,00	0,00	769,09	769,09
Elias de Medeiros Lima Júnior	643.976.614-72	800,00	0,00	1.699,34	1.699,34
Fábio Leite Araújo	022.803.384-59	800,00	0,00	220,00	220,00
Fábio de Oliveira Barros	022.803.384-59	800,00	0,00	2.090,06	2.090,06
Florentino Costa Filho	060.561,304-44	800,00	0,00	0,01	0,01
Hugo Luiz Costa Santos	029.350.924-73	800,00	0,00	2.043,91	2.043,91
José Everaldo Morais de Lima	068.233.784-68	800,00	0,00	774,80	774,80
José Monteiro	087.910.074-53	800,00	0,00	1.500,62	1.500,62
Louredo Barbosa Duarte	168.631.434-53	800,00	0,00	5.702,40	5.702,40
Luiz Augusto Xavier Melo	099.769.572-20	800,00	0,00	664,91	664,91
Luiz Batista da Silva Júnior	056.093.144-10	800,00	0,00	1.188,54	1.188,54
Marcos Antônio de Araújo	949.901.157-91	800,00	0,00	4.658,01	4.568,01

Bezerra					
Neider Silveira Jatobá	037.332.624-68	800,00	0,00	983,61	983,61
Paulo de Jesus Carvalho Brito	099.227.174-68	800,00	0,00	4.316,01	4.316,01
Rosane Maria Medeiros Simões	240.588.074-15	800,00	0,00	1.487,43	1.487,43
Sérgio Roberto de Melo Souto	793.311.144-00	800,00	0,00	477,18	477,18
Suzana dos Santos Teixeira	570.585.783-34	800,00	0,00	1.274,10	1.274,10
Vidal Pires Ramos	110.177.754-00	800,00	0,00	1.362,75	1.362,75
Total Utilizado pela UJ			0,00	40.599,17	40.599,17

Fonte: SIAFI2012, AUTO-ATENDIMENTO BANCO DO BRASIL S/A.

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	25	40.599,17	40.599,17
2011	-	-	-	-	21	41.583,98	41.583,98
2010	-	-	1	712,00	23	78.583,62	78.965,62

Fonte: SIAFI 2010/2011/2012 E AUTO-ATENDIMENTO BANCO DO BRASIL S/A.

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	78	40.599,17	84	41.583,98	116	78.965,62

Fonte: SIAFI2012.

5.4.1.6 Análise Crítica

Os recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos CPGF na Superintendência Regional de Alagoas destinam-se em 99% dos casos a aquisição de combustível para abastecimento das viaturas em viagens aos municípios do estado de Alagoas. Com a contratação de Postos de Combustíveis em alguns municípios alagoanos, objetivamos eliminar ou reduzir a utilização do Suprimento de Fundos a partir do exercício 2013.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ²⁰

5.6 Gestão de Precatórios²¹

²⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

²¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		79	1	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	79	1	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	77	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	2	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)	-	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	6	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	85	1	4

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: Extração SIAPE fev/13.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	12	11	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	11	3	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	4	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	-	6	0	0
1.2.5. Aposentados	-	0	0	0
2. Funções Gratificadas	3	3	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	3	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	15	14	4	3

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS.

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	4	19	17	22	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	19	17	22	17
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	2	3	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	2	3	0	1
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	4	21	20	22	18

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	3	0	36	40	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	0	36	40	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	6	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	3	0	36	46	0	0	0
<u>LEGENDA</u> <u>Nível de Escolaridade</u> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2010	4.561.188,97	-	413.710,60	129.460,88	715.448,84	530.714,43	-	5.255,11	27.811,14	6.383.589,97
	2011	4.649.721,73	-	416.856,81	128.395,12	510.395,78	637.684,42	-	0,00	23.347,92	6.366.401,78
	2012	4.656.622,53	177.457,69	433.662,81	127.474,07	492.001,11	645.272,83	-	32.446,58	23.347,92	6.588.285,54
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											

Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2010	-	317.333,26	-	-	157.790,94	-	-	-	-	475.124,20
	2011	-	316.838,64	-	-	108.352,04	-	-	-	-	425.190,68
	2012	-	226.385,96	-	-	80.950,20	-	-	-	-	307.336,16
	2012	-	226.385,96	-	-	80.950,20	-	-	-	-	307.336,16
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	-	15.156,34	-	-	9.091,29	-	-	-	-	24.247,63
	2011	-	15.114,24	-	-	10.030,96	-	-	-	-	25.145,20
	2012	-	13.893,33	-	-	-	-	-	-	-	13.893,33
	2012	-	13.893,33	-	-	-	-	-	-	-	13.893,33

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2010	R\$ 231.501,67
2011	R\$ 158.296,25
2012	R\$ 53.719,50

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	32	3
1.1 Voluntária	30	3
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	2	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	24	0
2.1 Voluntária	24	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	56	3

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	6	0
1.1. Integral	4	0
1.2. Proporcional	2	0
2. Em Atividade	4	0
3. Total (1+2)	10	0

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No que diz respeito à questão de acumulação indevida de cargos, funções e empregos público, esclarecemos que o INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, pontuamos:

a) Não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este Órgão tem recebido candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto à acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

d) Quanto à existência e ao quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do INCRA, podemos afirmar que este Órgão não dispõe destes dados. Porém, frisamos que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGEP/MP efetuam cruzamento de dados e constatarem a acumulação indevida de servidor desta Autarquia as providências visando sanar a irregularidade é imediatamente adotada, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

No exercício de 2012, não foram feitas notificações, visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela SEGEP/MP.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Apesar de termos a ciência da obrigação de cadastrarmos os processos no SISAC, nenhum processo foi cadastrado até hoje. Infelizmente, a SR-22/AL está com o quantitativo de pessoal insuficiente. No Setor de Recursos Humanos, apenas um servidor efetivo está lotado. Ficou acertado que a Servidora Mirella Barreto seria relotada para o Setor de Recursos Humanos, o que de fato aconteceu em novembro de 2012. No entanto, o servidor Sergio Góes está sendo relotado para a setorial de Contabilidade.

Ressalta-se ainda, que não houve treinamento e que por falta de recursos não conseguimos trazer servidores de outras superintendências para sanar as pendências até o presente momento. Informamos ainda que está previsto para abril de 2013 a formação de um grupo de trabalho com dois colegas de outra Superintendência, para lançar os processos no SISAC, assim como dar encaminhamento a diversos processos de abono de permanência, averbação de tempo de serviço, aposentadoria, exercício anteriores, entre outros.

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	2	0	0	0
Concessão de pensão civil	1	2	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	3	2	0	0

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	1	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	1	0	0	0

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	0	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

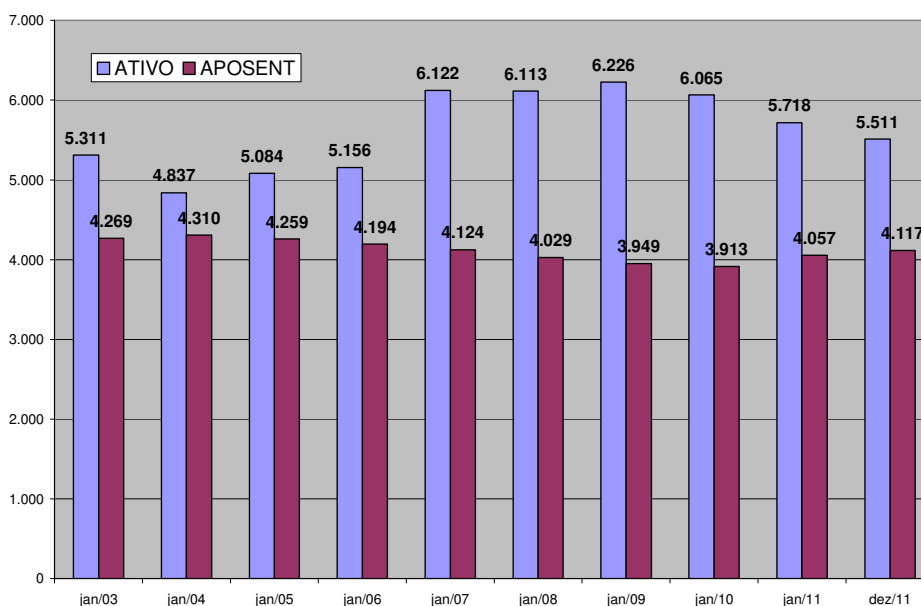
Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

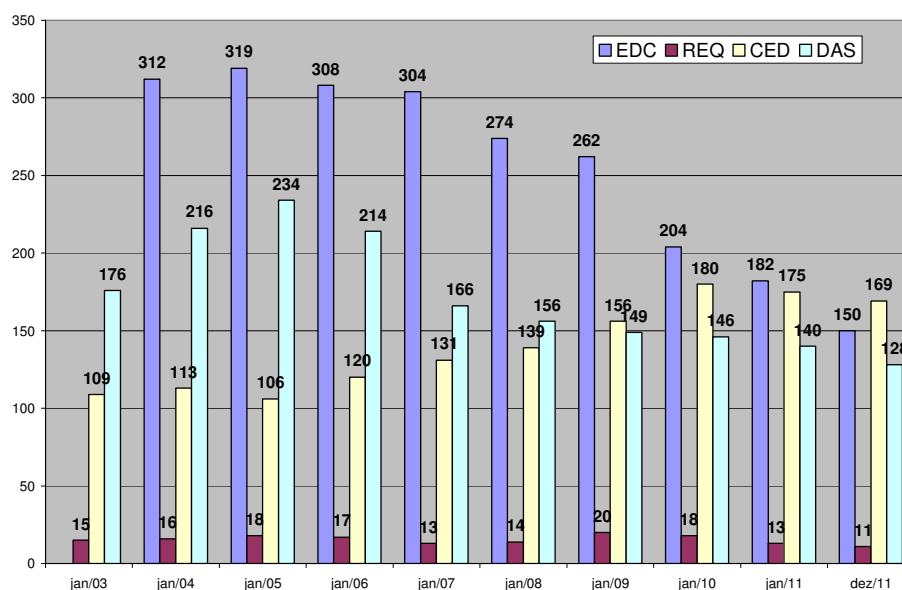
Avaliação apresentada pela Diretoria de Gestão Administrativa aponta que não são utilizados indicadores gerenciais relativos à absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Com relação à rotatividade é efetuado acompanhamento por parte da Diretoria de Gestão Administrativa dos egressos de servidores que ingressaram no INCRA em razão da realização de concursos públicos realizados em 2004, 2005 e 2010. Quanto à disciplina é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório. No tocante ao desempenho funcional os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que o primeiro interstício de avaliação para fins de concessão da GDARA e da GDAPA corresponde ao período de 01/07/11 a 29/02/12, portanto, os servidores serão avaliados no mês de março/12, observando o disposto no Decreto nº 7.133/10.

Periodicamente a Diretoria de Gestão Administrativa elabora relatórios gerenciais para avaliação da força de trabalho que compõe o Quadro de Pessoal do INCRA. Os últimos demonstrativos elaborados abordaram os seguintes temas:

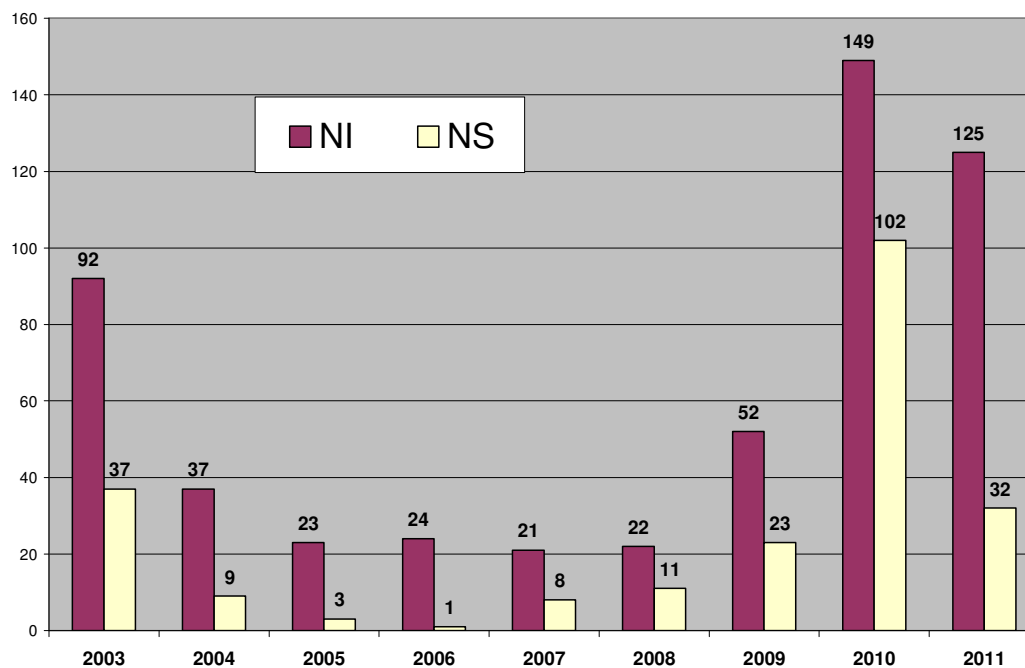
a)ATIVOS X APOSENTADOS (2003 A 2011).



b)OUTRAS SITUAÇÕES FUNCIONAIS (2003 A 2011):

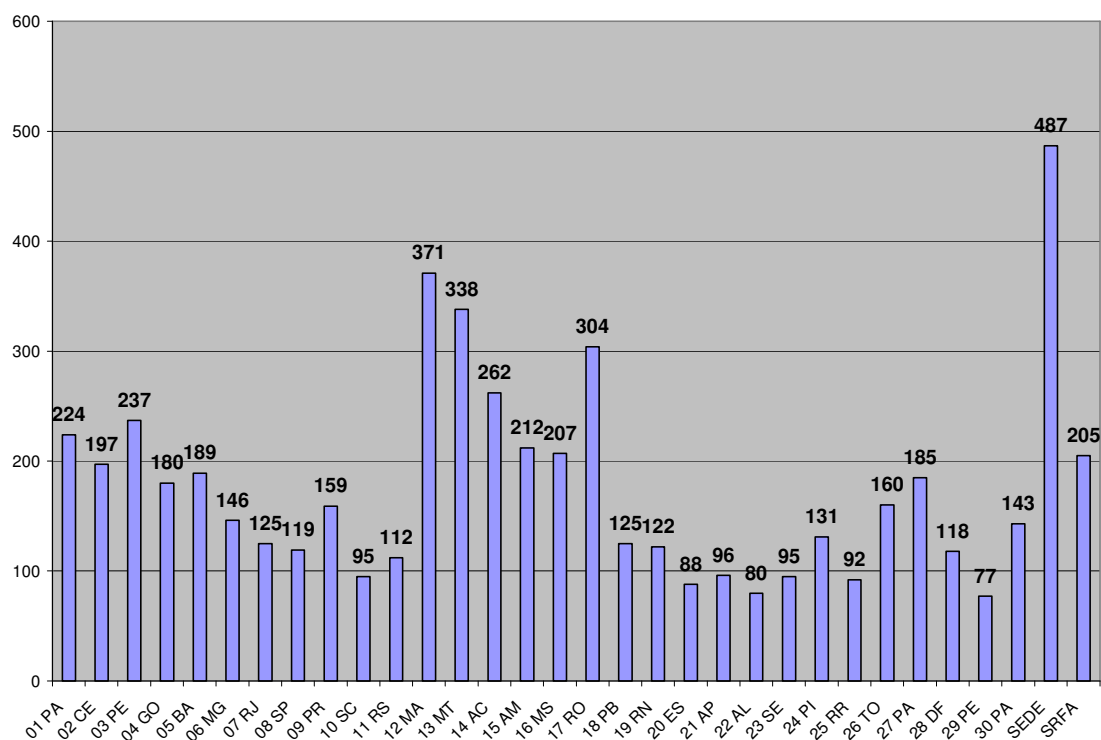


c)APOSENTADORIAS (2003 A 2011)

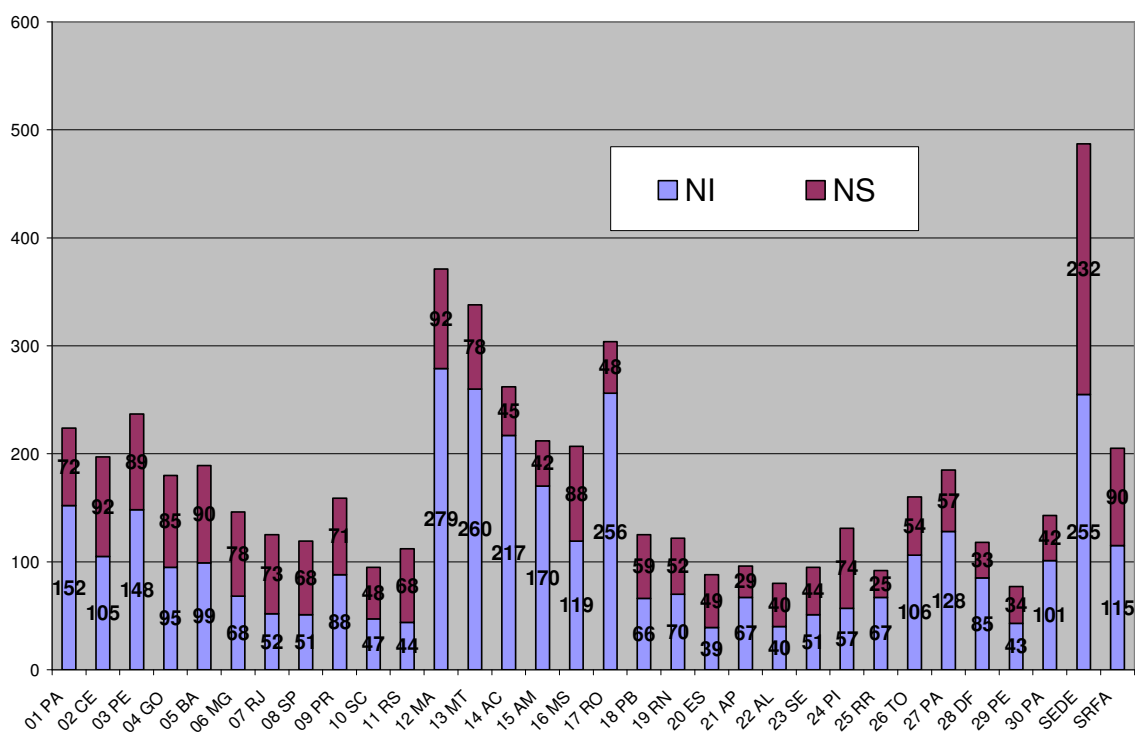


d)DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR UNIDADE:

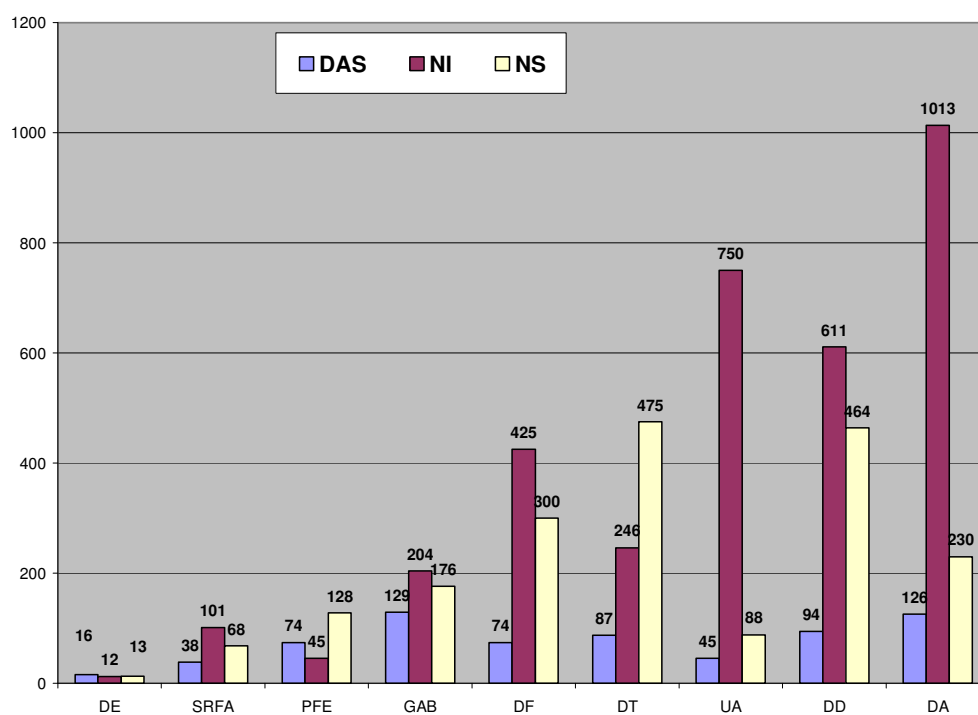
d.1)Total por Unidade



d.2)Total por Unidade/Nível

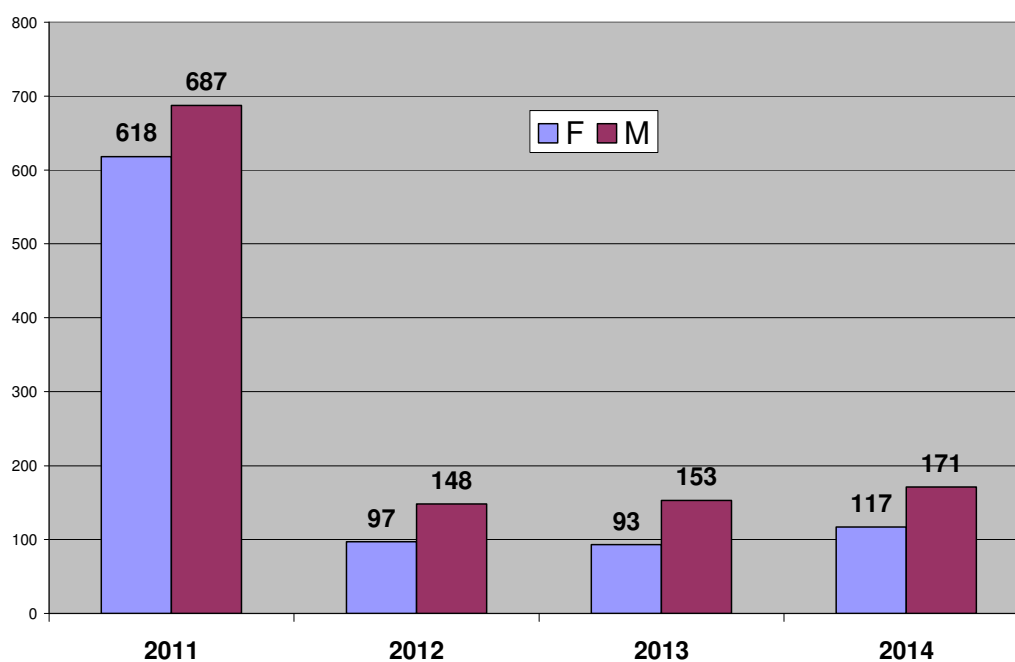


e)ÁREA DE ATUAÇÃO:

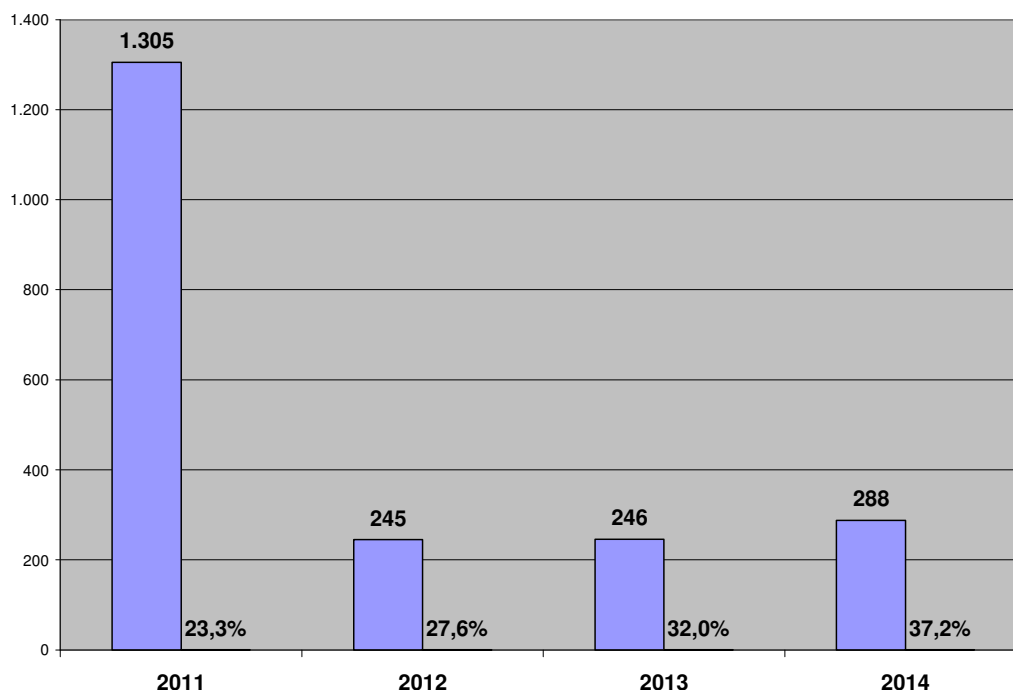


f)PERSPECTIVAS DE APOSENTADORIA:

f.1)Quantitativo de servidores que completaram idade exigida para aposentadoria, por sexo/exercício:



f.1)Quantitativo de servidores que completaram idade exigida para aposentadoria, por exercício com percentual acumulado em relação à força de trabalho total:



h)EGRESSO DE NOVOS SERVIDORES:

CARGO	VAGAS	INGRESSOS	EGRESSOS	MANTIDOS	EGRESSOS/ INGRESSOS
ARDA - ENGENHARIA CIVIL	37	33	24	9	72,73%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - ANÁLISE DE SISTEMAS	47	37	24	13	64,86%
ENGENHEIRO	28	28	14	14	50,00%
CONTADOR	66	51	25	26	49,02%
ANALISTA ADMINISTRATIVO	132	123	56	67	45,53%
TECNICO ADMINISTRATIVO	125	108	45	63	41,67%
ADMINISTRADOR	45	44	16	28	36,36%
ARDA - ARQUITETURA	8	6	2	4	33,33%
ESTATISTICO	9	6	2	4	33,33%
ARDA - ANTROPOLOGIA	42	38	11	27	28,95%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - JORNALISMO	45	42	12	30	28,57%
ECONOMISTA	34	33	9	24	27,27%
FISCAL DE CADASTRO E TRIBUTACAO RURAL	46	46	11	35	23,91%
ARDA - ANALISTA REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	475	469	102	367	21,75%
ARDA - ENGENHARIA FLORESTAL	53	47	10	37	21,28%
TECNICO REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	237	184	39	145	21,20%
TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL	31	29	6	23	20,69%
ORIENTADOR DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	30	30	6	24	20,00%
ENGENHEIRO AGRONOMO	602	597	84	513	14,07%
ARDA - ENGENHARIA DE AGRIMENSURA	39	23	3	20	13,04%
ASSISTENTE SOCIAL	30	31	4	27	12,90%
GEOGRAFO	25	26	3	23	11,54%

Fica claramente demonstrada a insuficiência de recursos humanos. Em decorrência, ocorre a priorização para as unidades finalísticas em detrimento da área meio.

No decorrer do exercício seguinte, deverá ocorrer a nomeação dos candidatos classificados no concurso público realizado em 2010 para o provimento de 550 (quinhentas e cinquenta) vagas, sendo que este Instituto já obteve autorização para a nomeação de 150 (cento e cinquenta) candidatos, bem como já encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a devida solicitação de autorização para a nomeação dos demais 400 (quatrocentos) candidatos. Contudo, de acordo com o edital do referido concurso, há apenas 02 vagas destinadas à Superintendência Regional do Incra em Alagoas: uma para antropólogo e outra para engenheiro civil.

Assim, a Diretoria de Gestão Administrativa considera que a implementação de novos estudos e indicadores só será possível com o ingresso de novos servidores. O contingente disponível para atividades relativas à gestão administrativa não atende satisfatoriamente a demanda. Em decorrência são priorizadas atividades relativas à implantação em folha de pagamento de vantagens decorrentes de decisões judiciais, prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono permanência, licenças/afastamentos diversos, participação em eventos de treinamento externos, manutenção do cadastro funcional (SIAPEcad e SIAPE), avaliação de estágio probatório e progressão), coordenação e acompanhamento de eventos de capacitação e implementação de benefícios (auxílio-transporte, alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar).

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão²²

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte:

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público²³

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página

²² Não se aplica.

²³ Não se aplica.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados²⁴

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	

Fonte:

²⁴ Não se aplica.

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária													
UG/Gestão: 37.30.51 / 37.201					CNPJ: 00.375.972/0023-76								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	8.000/2009	01.873.815/0001-48	01/09/2009	28/02/2013	8	4	0	4	0	0	P
2010	L	O	16.000/2010	01.182.827/0001-26	01/12/2010	30/12/2013	6	6	0	0	0	0	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Divisão de Administração.

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária													
UG/Gestão: 37.30.51 / 37.201					CNPJ: 00.375.972/0023-76								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	7.000/2010	10.878.081/0001-80	12/07/10	13/07/13	2	2	4	4	0	0	P
2010	3	O	3.000/2010	01.182.827/0001-26	03/05/10	02/05/13	0	0	5	3	0	2	P
2011	3	O	3.000/2011	01.182.827/0001-26	24/09/11	23/09/13	0	0	16	16	0	0	P
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													

12. Outras

Fonte: Divisão de Administração.

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3	3	3	3	R\$ 55.722,87
1.1 Área Fim	1	1	1	1	R\$ 18.574,29
1.2 Área Meio	2	2	2	2	R\$ 37.148,58
2. Nível Médio	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	R\$ 0,00
3. Total (1+2)	3	3	3	3	R\$ 55.722,87

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O decreto nº 6.403/2008, vinculado à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, institui a Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

A importância e impacto da frota de nossa Autarquia se revelam no auxílio dos serviços administrativos e da operacionalidade da unidade. Possuímos 18 (dezoito) veículos de transporte institucional, incluindo ônibus e caminhão. Nossa frota apresenta média anual de 45.000 quilômetros rodados por ano. A idade média de nossa frota é de sete anos, urgindo sua renovação, através da substituição por novas viaturas.

O gasto de manutenção da frota é na ordem de: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), no tocante à aquisição de peças, e R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), no que tange à prestação de serviços. Soma-se a esses valores, a quantia de R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais), relativos ao seguro obrigatório dos veículos.

Não locamos veículos de terceiros.

Destacamos ainda que os responsáveis pela manutenção da frota são os senhores Luiz Augusto Xavier e Louredo Barbosa Duarte, além da senhora Claudemira de Oliveira Silva.

O plano de substituição de nossa frota é adquirir 10 (dez) viaturas novas esse ano, baseando-se em nossa estrutura de controle interno. Tal estrutura visa assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, se materializando através de planilha de controle que relaciona o tempo de vida, a idade das viaturas, o consumo de combustíveis, a manutenção das viaturas etc.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AL	2	2
	Maceió	2	2
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Divisão de Administração.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AL	1	1
	Maceió	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Divisão de Administração.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373051	278500255.500-4	3	4	200.000,00	02/06/2011	745.821,42	-	-
373051	278500117.500-3	3	4	360.000,66	02/06/2011	1.060.322,23	-	1.250,00
373051	278500029.500-5	3	4	410.450,10	02/06/2011	787.392,41	-	1.000,00
373051	278500133.500-0	3	4	55.994,48	02/06/2011	167.376,54	-	1.000,00
Total							-	3.250,00
Fonte: Divisão de Administração, SPIUNET.								

Análise Crítica

A Divisão de Administração apresenta o seguinte detalhamento sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade:

- Contrato de Cessão de Uso Gratuito entre o INCRA e a Secretaria de Patrimônio da União-SPU: imóvel situado à Praça Visconde de Sinimbu, nº 105, Centro - Maceió/AL;
- Contrato de Cessão, sob a forma de utilização gratuita do Patrimônio Nacional, andares 4º, 5º, 11º e 12º do Edifício Walmap, situado à Rua Senador Mendonça, nº 148, Centro - Maceió/AL;
- Imóvel locado que serve de garagem para os veículos do órgão, situado na Rua Barão de Jaraguá, Nº 230, Bairro: Jaraguá, na Cidade de Maceió, no Estado de Alagoas, com área locável de 1000 m².

A Superintendência Regional do INCRA em Alagoas dispõe de dois prédios onde a sede está situada na Rua do Imperador, nº 105, Centro, Maceió-AL e o outro prédio situado na Rua do Livramento, 148, no Edifício Walmap, Centro, Maceió-AL. Os trabalhos da Gestão (Superintendência), o Setor Jurídico, os Setores de Ordenamento e os Setores de Desenvolvimento estão atrelados ao prédio da Sede.

Por absoluta falta de espaço, no outro prédio estão situados os Setores da Administração e os Setores de Obtenção. Assim, o INCRA, em Maceió, encontra-se fisicamente dividido. Porém, nestes dois prédios não há disponibilidade de garagem para estacionamento e guarda dos veículos oficiais.

Dessa forma, buscando-se melhorar alguns pontos que comprometem o acompanhamento, controle e gerenciamento das metas estabelecidas e que causam grandes dificuldades e prejuízos ao desempenho operacional, ocasionando perda de eficiência e de eficácia na condução das atribuições regimentais, esta Autarquia providenciou junto à Secretária do Patrimônio da União – SPU se havia imóvel disponível para instalação desta Autarquia, ou seja, prédio único com suporte de garagem para guarda dos seus veículos oficiais, recebendo resposta negativa da SPU.

Em decorrência da negatividade exposta pela SPU, surgiu à necessidade da locação de um imóvel para instalação da garagem para guarda dos veículos oficiais desta Autarquia, a serem prestados de forma indireta e contínua, de conformidade com o contrato a ser celebrado, bem como com as demais normas e legislação pertinente.

A contratação foi fundamental ao para a conservação do patrimônio público (veículos), como também para o atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de

instalação e localização condicionaram a escolha do local, respeitando a compatibilidade do preço com o valor de mercado.

Diante disso, a locação do imóvel foi fundamental para a conservação do ativo do patrimônio público, para proporcionar condições básicas de segurança ao ativo do patrimônio e ao público em geral com ambiente adequado ao seu atendimento, e para que não houvesse vandalismo, roubo, depreciação dos ativos da entidade, comprometendo as condições de trabalho (segurança) bem como a imagem institucional perante a sociedade, estando presente, neste caso, o interesse público e a necessidade de melhoria e sustentação das atividades da Autarquia.

A tabela abaixo apresenta a atual frota de veículos de propriedade do INCRA/AL:

Nº ORDEM	TIPO	VEÍCULOS /	QUANT.
1	VEÍCULOS LEVES (INCRA)	PALIO	03
2	VEÍCULOS MÉDIOS (INCRA)	RANGER	04
3	VEÍCULOS MÉDIOS (INCRA)	MITSUBISHI	15
4	VEÍCULO GRANDE (INCRA)	CAMINHÃO	01
5	VEÍCULO GRANDE (INCRA)	ÔNIBUS	01

Em relação à negatividade das despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão, temos as seguintes narrativas a ser expostas:

I. A antiga Administradora não inseriu em seu orçamento uma proposta de planejamento para manutenção e conservação. Porém, quando a nova chefia de Divisão assumiu a Administração foi realizado uma revisão no orçamento, incluindo essa despesa.

II. Problema de contingenciamento orçamentário que afetou esta SR-22;

III. O valor da manutenção de veículos, exposto em quadro acima, foi executado no intuito de não parar a unidade, buscando a segurança operacional e administrativa.

Para o exercício de 2013, foi orçado o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para manutenção e conservação dos prédios. Há pretensão da Divisão Administrativa, juntamente com o Setor de Engenharia e Jurídico, da realização de um processo licitatório com intuito de sanar essa lacuna, exposta em relatório anterior.

Outro fator relevante é que foi criado um Grupo de Trabalho com finalidade de localizar/adquirir um prédio para suportar a Unidade Administrativa e a Unidade Operacional do INCRA/AL. Assim visamos possuir um prédio único capaz de suportar todas as unidades do Incra.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

☒	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
☒	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
☒	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
☒	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
☒	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
☒	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
☒	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: <u>http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/plano-diretor-de-tecnologia</u>
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
☒	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
☒	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☒	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise Crítica

A Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, baseada em informações divulgadas pela Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação - DET. Informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à referida Coordenação, na Sede do Incra em Brasília.

9. Gestão do Uso de Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
	Sim ()			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X			

☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Campanha educativa promovida pelo Incra Nacional e incentivada pela Regional, intitulada de “Recincra”, com o subtema “Reduzir, reutilizar e reciclar”, incentivando a sustentabilidade ambiental, através de mudanças na rotina, como por exemplo a utilização de copo permanente, em substituição aos copos descartáveis. A campanha se deu através de e-mail corporativo.				
Considerações Gerais: Perdura nesta Superintendência Regional, a adoção parcial de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços e obras. Dificultam a mudança desse quadro na Superintendência, sua deficiência de pessoal agravada pela ausência de cursos de capacitação sobre o tema de sustentabilidade ambiental no setor público. Embora, não tenhamos implementado integralmente os critérios de sustentabilidade ambiental em nossas aquisições, ressaltamos os esforços de ações como o apoio à promoção de campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os nossos servidores, exemplificado pela campanha “Recincra”, apresentada no item 13 deste questionário.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	680	587	614	8.031,19	6.559,23	5.544,42
Água	905	850	920	15.040,25	12.300,40	15.948,30
Energia Elétrica	134.544	138.544	142.440	68.955,06	82.062,05	67.086,85
			Total	92.026,50	100.921,68	88.579,57

Fonte: Divisão de Administração.

10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					4144
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Processo
001	TC-013.830/2003-5	3.568/2010-TCU-1ª	1.6.11		54360.000421/2007-55
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					4144
Descrição da Deliberação:					
1.6. Determinar que: (...) 1.6.11. A Superintendência Regional do INCRA em Alagoas instaure e encaminhe ao Tribunal, caso ainda se encontrem inadimplentes, no prazo de 120 (noventa) dias da ciência, a tomada de contas especial do Convênio 429917. (Instrução da Unidade Técnica às fls. 961/1.077, parágrafos V1.3.46.9 a VI.3.46.13.d).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
CP-TCE					
Síntese da providência adotada:					
No âmbito da SR foi aberto o processo de TCE sob o nº 54360.000421/2007-55 onde a CP-TCE elaborou o Relatório do Tomador de Contas sob o nº 02/2011 de 16MAI2011 . A Auditoria do INCRA/BRASILILA enviou para CGU em 22/09/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Concluído a Solicitação pelo Douto Tribunal					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Há alguns <u>pontos negativos</u> em nosso trabalho como: O Decreto nº 7.446/11 que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e recebimento de obras e serviços vinculado aos convênios pendentes e vigentes, falta de contingente de servidores na setorial contábil capacitados para analisar prestação de contas de convênio, as demandas de solicitações dos Órgãos competentes a exemplo CGU, TCU, DAC, no qual as análises são paralisadas para atender as solicitações e como também: análises de vários processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, atrelados (análises jurídica/administrativa) com o objetivo de fornecer parecer contábil à Douta Procuradoria e à Administração e as análises dos processos de TCE. O Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Chefe da Divisão Administrativa, Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e responsável pela Setorial Contábil. Como também, os membros da Comissão de CP-TCE não têm dedicação exclusiva acumulando atividades no setor de planejamento e controle. <u>Pontos positivos</u>: têm a excelente evolução administrativa e de controle dos processos vinculados ao GT e a sinergia					

laboral de toda nossa equipe: Ordenador, Chefes de Divisão, Administrador, Membros de GT, Asseguradores e responsáveis pelos convênios. Atrelados a esses pontos acrescentamos: a homologação do cronograma de execução 2012 destes convênios, ou seja, a conclusão deste estoque; e a constituição da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Execução Física de Convênios no SICONV (faltando a publicação) . Destacamos ainda o esforço da CP-TCE no cumprimento de suas tarefas.

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária				4144	
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC-020.850/2010-7	6185/2011 - 1ª Câmara	9.3.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária				4144	
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Alagoas que, em atendimento ao disposto na Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 e pela Portaria STN 664/2010, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Gabinete					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Gestão oficializou através dos memorandos nº 258 e 275/2011/INCRA/SR-22/GABINETE em 27/10/2011 o Presidente com intuito do cumprimento dessa demanda, em resposta a análise da Divisão de Desenvolvimento. Porém, estamos aguardando posicionamento da Divisão Administrativa em relação ao lançamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ou seja, qual será o procedimento da Coordenação da Contabilidade para essa demanda.					
Em resposta, através do e-mail da Ilustríssima Conceição do Setor de Contabilidade de Brasília, foi informado que, no âmbito desta Autarquia, está sendo elaborado o Sistema de Cobrança do Crédito – SICCI -, cuja implantação ainda não tem data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão em curto prazo para sua operacionalização. A informação provavelmente será repassada a todas as SRs.					
De modo que a CGU recomendou que deveríamos oficializar a Sede solicitando o plano de estruturação e operacionalização do programa, isto é, por recomendação da CGU, devemos criar um plano de ação, juntamente com a sede do INCRA, para registrar contabilmente uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. Lembrando que todas as articulações contábeis de grande relevância partirão do INCRA/SEDE com intuito de delinear os procedimentos para SR, com o objetivo de orientação e execução desses lançamentos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O INCRA ampliou em cinco anos os prazos de financiamento e de carência para pagamento das modalidades do Crédito Instalação, concedido a assentados visando à estruturação das áreas de reforma agrária e ao desenvolvimento de atividades produtivas. Agora, os beneficiários terão 25 anos para quitar as dívidas, com carência de oito anos para começarem a pagar as prestações, a contar da data da comprovação da aplicação dos recursos. A medida, constante na Instrução Normativa nº 69, publicada no Diário Oficial da União, permitirá que as famílias assentadas se preparem melhor financeiramente para a quitação das prestações referentes ao crédito recebido. O pagamento é feito em 17 parcelas anuais e sucessivas. De acordo com o antigo normativo, os assentados teriam que iniciar o pagamento a partir do terceiro ano da aplicação dos recursos, um tempo exíguo para que essas famílias estivessem em condição de renda favorável. Para os créditos concedidos até 31 de dezembro de 2010, o prazo de carência foi prorrogado até 31 de dezembro de 2015, data limite para o pagamento da primeira parcela.					

Em resposta a DDI-2 através do memorando nº 175/2011, que esta sendo construído um sistema de concessão de créditos, que permitirá controle de toda a movimentação desse fluxo financeiro juntamente com os direitos a receber. Porém, pertinente à criação da provisão descentralizamos essa demanda de Brasília com intuito de dirimir esse trabalho. No entanto, não houve análise deste posicionamento. Fator Positivo: a resposta da DD em tempo hábil e a criação do novo normativo referente ao Crédito Instalação. Fator negativo: a morosidade na criação do sistema em relação à análise do Crédito Instalação e cobrança, referente ao provisionamento e lançamento da provisão para devedores duvidosos.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	TC-020.850/2010-7	6185/2011 - 1ª Câmara	9.3.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					4144
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Alagoas que, no prazo de 180 dias, elabore plano de ação contendo cronograma das medidas que irá adotar para a correção das seguintes falhas: - ausência de análise de prestações de contas de transferências concedidas nos prazos previstos (art. 31 da Instrução Normativa STN 1/97); - acompanhamento inadequado dos prazos de apresentação de prestação de contas das transferências concedidas (§5º do art. 28 da Instrução Normativa STN 1/97); - não realização de fiscalizações periódicas da execução de todos os convênios firmados (art. 23 da Instrução Normativa STN 1/97); - necessidade de efetivação da inscrição dos responsáveis por convênios em situação de inadimplência no Cadin (§1º do art. 5º da Instrução Normativa STN 1/97); - falta de efetividade no acompanhamento permanente dos convênios, permitindo a liberação de parcelas e a celebração de convênios com entidades que apresentam pendências de comprovação de parcelas de convênios anteriormente firmados; - ausência de documentação do fluxo operacional da área de convênios; - necessidade de aperfeiçoamento dos controles relacionados à abertura e conclusão de processos de tomada de contas especial;					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi instituído um Grupo de Trabalho e Execução Alagoas, substituindo o Grupo de Trabalho Regional, com objetivo de sanar e regularizar o que foi determinado no acórdão Nº 578/2010 – PLENÁRIO/TCU – CONVÊNIOS VENCIDOS – SR-22/AL, instrumentos de convênios, em atendimento às disposições contidas no acórdão supracitado cujo objetivo e zerar os estoques de convênios vencidos em nossa SR onde elaboramos um plano de ação com medidas adotadas para sanar as seguintes falhas: I.Em relação à ausência de análise de prestações de contas de transferências concedidas nos prazos previstos (art. 31 da Instrução Normativa STN 1/97) - o GTE criou uma metodologia de trabalho entre o Setor Técnica e a Setorial Contábil onde buscou fazer com que houvesse uma sintonia entre as análises técnicas e contábeis, com isso não acarretando essa falha exposta pelo Douto Tribunal; II.Acompanhamento inadequado dos prazos de apresentação de prestação de contas das transferências concedidas (§5º do art. 28 da Instrução Normativa STN 1/97) - o GTE criou a metodologia de cobrar e notificar os convenientes que não apresentaram suas prestações de contas, buscando com isso alinhamento entre conveniente e o concedente, ou seja, prestação de contas entregue teremos análise técnica vinculada o que foi realizado na parte técnica com o nexo de causalidade com a prestação de contas; III.Em relação a não realização de fiscalizações periódicas da execução de todos os convênios firmados (art. 23 da Instrução Normativa STN 1/97) – o GTE juntamente com a equipe buscou uma metodologia de que todos os convênios					

vencidos e vigentes fossem fiscalizados.

IV.Em relação à necessidade de efetivação da inscrição dos responsáveis por convênios em situação de inadimplência no Cadin (§1º do art. 5º da Instrução Normativa STN 1/97) – O GTE informa que NÃO HÁ NENHUM SERVIDOR CAPACITADO POR ESSA DEMANDA, solicitamos treinamento a Brasília conforme demonstrado e descrito no Memorando nº 258/2011/INCRA/SR – 22 e 048/2012/INCRA/SR – 22/GABINETE. Respondendo como Presidente da CP-TCE em relação essa efetivação a comissão envia os processos para Brasília e essa efetiva a inscrição os responsáveis no CADIM.

V.Em relação à falta de efetividade no acompanhamento permanente dos convênios, permitindo a liberação de parcelas e a celebração de convênios com entidades que apresentam pendências de comprovação de parcelas de convênios anteriormente firmados – O GTE foi criado com objetivo de ser efetivo no acompanhamento permanente dos convênios para que não houvesse pendências exposta neste item.

VI.Em relação à ausência de documentação do fluxo operacional da área de convênios – O GTE foi criado com objetivo sanar as falhas de apresentação de documentação e fluxo operacional na área de convênios;

VII.Em relação à necessidade de aperfeiçoamento dos controles relacionados à abertura e conclusão de processos de tomada de contas especial - Foi criado um Grupo de Trabalho e Execução Alagoas, com objetivo de sanar e regularizar o que foi determinado no acórdão Nº 578/2010 – PLENÁRIO/TCU – **CONVÊNIOS VENCIDOS** – SR-22/AL, instrumentos de convênios, em atendimento às disposições contidas no acórdão supracitado cujo objetivo e zerar os estoques de convênios vencidos em nossa. Porém, informando como Presidente da CP – TCE os convênios que estava no estoque (abertos e análises) pela Comissão era os mesmos convênios enquadrados no acórdão. Diante disso, os convênios que estava na pasta da CP-TCE passaram e foram transferidos para GTE para análise e execução onde o GTE buscou e está buscando uma solução de cunho administrativo, ou seja, exaurir todas as medidas de exceções com objetivo de regularizar as situações acerca dos convênios. Caso não obtivesse êxito nessa demanda os processos serão reativos/reabertos ou instaurados. Reforçando que CP – TCE não tem dedicação exclusiva. Fato já relatado a Gestão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Todavia, há alguns pontos negativos em nosso trabalho a ser comentado como:

a)Processos não localizados (fato descrito na ação de cada processo, ou seja, no relatório dos convênios);

b)O Decreto nº 7.446/11 que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas á fiscalização e recebimento de obras e serviços vinculado aos convênios pendentes e vigentes, falta de contingente de servidores.

c) Como também: análises de vários processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, atrelados análises jurídica/administrativos com o objetivo de fornecer parecer contábil a Doute Procuradoria e a Administração e as análises dos processos de TCE.

d)Presidente do GT Regional incorpora em sua pasta de trabalho as seguintes atribuições: Chefe da Divisão Administrativa, Presidente da CP – TCE, Assistente Técnico da Procuradoria Jurídica e Presidente do Grupo de Trabalho Regional de Alagoas – Convênios e responsável pela Setorial Contábil.

e)E uns dos fatos relevante nessa negatividade é a parada das análises dos convênios (Contábeis), devido a PESSOA QUE ESTÁ ME AUXILIANDO, PAROU DE ANALISAR OS CONVÊNIOS PARA QUE PUDESSE ME AJUDAR NAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS DA SUPERINTENDÊNCIA. Ao ser convidado pela Superintendente para assumir a administração da Autarquia, e quando eu assumi, encontrei a administração com varias lacunas de cunho administrativo, fatos relatados em relatórios da CGU. Onde estamos buscando sanar essas lacunas.

Entretanto, como pontos positivos têm a excelente evolução da administrativa e controle dos processos vinculados ao grupo e a sinergia laboral de toda nossa equipe: Ordenador, Chefes de Divisão, Administrador, Membros de GT, Asseguradores e responsáveis pelos convênios.

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109238	1.1.2.10	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Pagamento por serviço acima do preço de mercado, no valor total de R\$ 293.280,00, relativo ao Contrato CRT/AL nº 14.000/2010.			
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Que o INCRA exija de seus técnicos a análise de preços da planilha orçamentária da contratada e faça constar no processo a emissão do parecer correspondente sobre a compatibilidade dos preços praticados na região.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Síntese da providência adotada:			
Os valores que foram encontrados tidos como pagos acima dos valores de mercado já foram devolvidos a União Federal através de GRU no montante de R\$ 138.777,00 (cento e trinta e oito mil, setecentos e setenta e sete reais) conforme consta do processo administrativo com cópia encaminhada por esta UJ através da certificação nº 201109238 contendo cópia da GRU e extrato de pagamento nos valores acima mencionados, recebido por esta Regional em 31-10-2011, encaminhado através do ofício nº 1.308/2011 deste gabinete de 31 de outubro de 2011.			
PRAZO DE ATENDIMENTO: Imediato.			
Síntese dos resultados obtidos			
Metodologia de conscientização do procedimento a ser traçado pelos Setores Competentes para tal feito.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.			

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109238	1.1.2.3	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Descrição da Recomendação:			
Execução dos serviços das pontes objetos do Contrato CRT/AL nº 13.000/2010 realizada sem o projeto revisado, comprometendo a solidez e segurança da obra.			
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Realizar a comprovação de que as obras foram realizadas de acordo com os projetos 'as built' e, caso não seja apresentada a documentação, ou esta seja insuficiente para comprovação das despesas realizadas, apurar a responsabilidade pelos prejuízos causados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete/Setor de Engenharia			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
As pontes objeto do contrato acima mencionado foram executadas conforme projetos iniciais e já estão em plena trafegabilidade, excetuando as rampas de acesso da ponte do Projeto de Assentamento Santa Maria. Pois a mesma teve que ser realocada para um novo ponto de acesso, após novos estudos, ponto este de melhor acesso para as famílias de assentados e moradores da região conforme fotos abaixo identificadas. Vale lembrar que boa parte delas só terminou no final de 2011 e início do ano de 2012 devido não só a estes novos estudos e procedimentos como também as chuvas que caíram em 2011 e se estenderem até final de outubro de 2011 e, como para montagem dependiam de toda uma logística de transporte horizontal e vertical com equipamentos pesados não só para o transporte do canteiro de obras com carretas por conta dos tamanhos das vigas e plataformas até sua instalação como também para içamentos destas peças, com utilização de guindastes e demorou-se mais do que o planejado, devido a grande demanda de construção que se abateu sobre o estado depois das enchentes para a construção de casas, estradas e pontes em várias localidades, faltando equipamentos deste porte para locação. Entretanto nenhum prejuízo há mais ocorreu para a administração pública, a não ser o do tempo que se levou, mas que era necessário para a perfeita execução dos serviços contratados, desta forma atendemos a solicitação da comunidade e pedimos para que a mesma tivesse um pouco mais de paciência devido à paralisação temporária dos transeuntes daquelas regiões, fora outras situações menores que apareceram durante a reconstrução das mesmas e desses locais, mas que foram contornados e, visto que as áreas atingidas pelas chuvas e que além das famílias não só de assentados como de agricultores daquelas regiões foram surpreendidas por aquela catástrofe inesperada, ficaram satisfeitas com as providências. Passado este tempo agora elas estão sendo atendidas com o término destas pontes através de uma melhor trafegabilidade já sentida, inclusive, neste inverno, que mesmo não atingindo a média pluviométrica dos últimos anos nestas áreas onde elas foram construídas resistiram e atenderam a demanda necessária. Foram feitas as cabeceiras conforme projetado e atendidas às especificações técnicas. Outra providência que foi tomada foi à colocação de três passagens molhadas com base em concreto, manilhas de Ø100 cm e tabuleiro de concreto nos projetos de assentamentos PA. Serra Preta (01) e PA Limão (02) que após as fortes chuvas de 2011 destruíram sobremaneira estes locais e sem estas soluções a trafegabilidade seria sempre prejudicada nos períodos invernosos deste ano e dos anos vindouros. O solo estava bastante encharcado. As providências que estão sendo tomadas para a finalização das rampas de acesso da ponte do Projeto de Santa Maria e fazer o recebimento da mesma garantindo àquelas famílias o direito de ir e vir mesmo com condições climáticas			

desfavoráveis. Para tanto prorrogamos o prazo para finalização da mesma até 30 de outubro de 2012, com aditivo de prazo, e durante este período de inverno mesmo com pouca chuva não poderíamos executar ficando acordada com a empresa executante no contrato 13.000/2010 a finalização da mesma, neste período o que após a finalização iremos encaminhar para esta CGU/AL verificar tal finalização. Encerrando assim esta página de muito trabalho e empenho desta equipe que faz a SR-22/AL que não mediu esforços mesmo dependendo de tão poucos profissionais no desenrolar de todo o processo construtivo. Perdura a conclusão da ponte do projeto de assentamento Santa Maria; as demais já estão executadas, entregues e em plena trafegabilidade.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201109238	1.1.2.3	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:

Execução dos serviços das pontes objetos do Contrato CRT/AL nº 13.000/2010 realizada sem o projeto revisado, comprometendo a solidez e segurança da obra.

RECOMENDAÇÃO Nº 002: Aprimorar os mecanismos de controle e acompanhamento relativos à contratação e execução da obra.

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete/Setor de Engenharia	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi alterada a comissão de licitação onde foram substituídas as comissões de licitação de obras e de pregão. Com relação a novos concursos o INCRA finalizou o concurso para engenheiro civil em novembro de 2011 e após as homologações necessárias foram convocados para Alagoas desde o início de 2012, quatro dos cinco classificados e, assim dividir as obrigações com o quadro desta superintendência. Entretanto, vale salientar que nenhum dos quatro classificados aceitou a nomeação, estamos na expectativa do quinto ser nomeado e que o mesmo tome posse assumindo assim conosco estas responsabilidade de gerir bem o orçamento público disponibilizado para esta Superintendência. E enquanto não houver esta nomeação continuaremos a dividir estas muitas tarefas que a infraestrutura tem e necessita. Lembrando que por algumas vezes nossos técnicos foram acompanhar serviços em outras superintendências determinados pelo INCRA sede com portarias nomeando diretamente sem o aviso prévio a esta SR. E estas convocações acontecerem também para fazerem parte de levantamentos de convênios ou outros procedimentos exigidos pelos órgãos de controle e, como muitas superintendências ainda não tem corpo técnico suficiente temos que aceitar e liberar, deixando as vezes nossos trabalhos em “stand by”, mas sabendo da importância de atender estas demandas de fiscalizações tanto aqui, existente não só destes contratos como também dos novos e das novas obras a serem licitadas, como também nos das outras superintendências. Mas apesar das dificuldades encontradas devido ao escasso corpo técnico, estamos enfrentando-as na medida do possível, com determinação e profissionalismo, com a equipe de 02 engenheiros e 02 técnicos já mencionados, acompanhando estas fiscalizações.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201109238	1.1.2.4	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:

Pagamento por serviços não executados ou não comprovados no montante de R\$ 996.842,72, referente ao Contrato nº 13.000/2010.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Instar a empresa contratada a realizar a comprovação da execução dos serviços citados no campo fato da despesa realizada. Caso não sejam apresentada a documentação ou esta seja insuficiente para comprovação das despesas realizadas, estabelecer cronograma para conclusão, pela empresa contratada, dos itens pendentes de execução e apurar a responsabilidade pela autorização de pagamento de serviços não executados.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete/Setor de Engenharia	

Justificativa para o seu não cumprimento:

As pontes objeto do contrato acima mencionado foram executadas conforme projetos iniciais e já estão em plena trafegabilidade, excetuando as rampas de acesso da ponte do Projeto de Assentamento Santa Maria. Pois a mesma teve que ser realocada para um novo ponto de acesso, após novos estudos, ponto este de melhor acesso para as famílias de assentados e moradores da região conforme fotos abaixo identificadas. Vale lembrar que boa parte delas só terminou no final de 2011 e início do ano de 2012 devido não só a estes novos estudos e procedimentos como também as chuvas que caíram em 2011 e se estenderam até final de outubro de 2011 e, como para montagem dependiam de toda uma logística de transporte horizontal e vertical com equipamentos pesados não só para o transporte do canteiro de obras com carretas por conta dos tamanhos das vigas e plataformas até sua instalação como também para içamentos destas peças, com utilização de guindastes e demorou-se mais do que o planejado, devido a grande demanda de construção que se abateu sobre o estado depois das enchentes para a construção de casas, estradas e pontes em várias localidades, faltando equipamentos deste porte para locação. Entretanto nenhum prejuízo há mais ocorreu para a administração pública, a não ser o do tempo que se levou, mas que era necessário para a perfeita execução dos serviços contratados, desta forma atendemos a solicitação da comunidade e pedimos para que a mesma tivesse um pouco mais de paciência devido à paralisação temporária dos transeuntes daquelas regiões, fora outras situações menores que apareceram durante a reconstrução das mesmas e desses locais, mas que foram contornados e, visto que as áreas atingidas pelas chuvas e que além das famílias não só de assentados como de agricultores daquelas regiões foram surpreendidas por aquela catástrofe inesperada, ficaram satisfeitas com as providências. Passado este tempo agora elas estão sendo atendidas com o término destas pontes através de uma melhor trafegabilidade já sentida, inclusive, neste inverno, que mesmo não atingindo a média pluviométrica dos últimos anos nestas áreas onde elas foram construídas resistiram e atenderam a demanda necessária. Foram feitas as cabeceiras conforme projetado e atendidas às especificações técnicas. Outra providência que foi tomada foi à colocação de três passagens molhadas com base em concreto, manilhas de Ø100 cm e tabuleiro de concreto nos projetos de assentamentos PA. Serra Preta (01) e PA Limão (02) que após as fortes chuvas de 2011 destruíram sobremaneira estes locais e sem estas soluções a trafegabilidade seria sempre prejudicada nos períodos invernosos deste ano e dos anos vindouros. O solo estava bastante encharcado.

As providências que estão sendo tomadas para a finalização das rampas de acesso da ponte do Projeto de Santa Maria e fazer o recebimento da mesma garantindo àquelas famílias o direito de ir e vir mesmo com condições climáticas

desfavoráveis. Para tanto prorrogamos o prazo para finalização da mesma até 30 de outubro de 2012, com aditivo de prazo, e durante este período de inverno mesmo com pouca chuva não poderíamos executar ficando acordada com a empresa executante no contrato 13.000/2010 a finalização da mesma neste período, o que após a finalização iremos encaminhar para esta CGU/AL verificar tal finalização. Encerrando assim esta página de muito trabalho e empenho desta equipe que faz a SR-22/AL que não mediu esforços mesmo dependendo de tão poucos profissionais no desenrolar de todo o processo construtivo.

Para a conclusão da ponte do projeto de assentamento Santa Maria, falta apenas as rampas de acesso, devido as chuvas que ocorreram na região, impedimento equipamento pesado para retirada de material e transporte e compactação do mesmo nas cabeceiras. As demais já estão executadas, recebidas e em plena trafegabilidade.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201109238	1.1.2.5	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
4. Item 1.1.2.5 Falhas da definição do objeto, não exigência de prestação de garantia e deficiência no acompanhamento da execução do Contrato nº 13/2010. RECOMENDAÇÃO Nº 001: Exigir da contratada a elaboração do diário de obra, a garantia contratual, demonstrativo de composição do BDI, memórias de cálculo da planilha orçamentária e das medições realizadas, a fim de garantir o adequado acompanhamento contratual em cumprimento ao disposto em artigos da Lei nº 8.666/93, além de possibilitar a verificação da efetiva prestação do serviço. RECOMENDAÇÃO Nº 002: Aprimorar os mecanismos de controle e acompanhamento relativo à contratação e execução da obra.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete/Setor de Engenharia			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
As estradas vicinais objeto do contrato 11.000/2010 mencionado foram executadas conforme projetos iniciais e já estão em plena trafegabilidade, estamos acostando a este plano de providencias algumas planilhas com localização das manilhas, e fotos de suas execuções e suas finalizações, excetuando parte da estrada de acesso do Projeto de Assentamento Serrana, que devido à chuva e também da falta de jazida próxima que garantisse uma boa aderência e conformidade do material, e após alguns estudos na região encontramos material de excelente qualidade na jazida do projeto de assentamento Santa Maria que tinha sido bastante utilizado já nas estradas dos projetos de assentamento Chico Mendes, Serrana, Limão, e outras localidades onde a prefeitura também utilizou visto ser ela de excelente qualidade, mas que demonstrou na sua utilização um esgotamento e graças aos esforços dessa equipe que diuturnamente se preocupou em não estagnar, estacionar, paralisar a obra e com isso causar mais dano aos agricultores que sofreram bastante com as chuvas de 2010 e novamente em 2011, conseguimos encontrar um novo veio e a partir daí extrair toda a matéria prima necessária para a execução da estrada vicinal de serrana, entretanto algumas obras como a colocação de manilhas, sarjetas, finalizações das pontes serrana 01, 02 e 03, atrasaram sobremaneira a conclusão da mesma, mas que em contato com a empresa Mult Construções a empresa está com novo cronograma para recomeçar assim que as quadra invernos			

acabar e recomçar os serviços e finalizar esta estrada vicinal. As demais estradas como as de cavaco, serra preta-gordo, Chico Mendes e limão tiveram as obras de drenagem finalizadas, as terraplanagens também finalizadas e algumas obras especiais também executadas para que tivesse uma durabilidade maior.

Após novos estudos, os primeiros tinham sido feito logo após a tragédia das enchentes do ano de 2010 e posteriormente com as chuvas intensas de 2011, verificou-se a necessidade de aumentar as obras de artes correntes e melhor alocação das obras de artes especiais para garantir uma maior durabilidade nestas estradas vicinais e daí foram implementadas conforme fotos em anexo várias áreas com sarjetas laterais e passagens molhadas que garantiram já nesse inverno que apesar de não ter uma curva pluviométrica dos últimos anos já serviu para garantir a solidez e a drenagem tão necessária para que não houvesse nenhum risco aos moradores daquelas regiões. E garantir um melhor acesso para as famílias de assentados e moradores da região conforme fotos abaixo identificadas. Vale lembrar que boa parte delas só terminou no final de 2011 e início do ano de 2012 devido não só a estes novos estudos e procedimentos como também as chuvas que caíram em 2011 e se estenderam até final de outubro de 2011 e, como para melhor abaulamento ou simples drenagem dependiam de toda uma logística de máquinas e equipamentos: Motos niveladores, retro escavadeiras, tratores e escavadeiras para as jazidas não só para o transporte dessas máquinas até o canteiro de obras com carretas por conta dos tamanhos e pesos desses equipamentos, até sua operação e demorou-se mais do que o planejado, devido a grande demanda de construção que se abateu sobre o estado depois das enchentes para a construção de casas, estradas e pontes em várias localidades. Entretanto nenhum prejuízo há mais ocorreu para a administração pública, a não ser o do tempo que se levou, mas que era necessário para a perfeita execução dos serviços contratados, como também a solicitação da comunidade para que a mesma tivesse um pouco mais de paciência devido à paralisação temporária dos transeuntes daquelas regiões, fora outros problemas ocasionados por esta situação de reconstrução das mesmas e desses locais com dificuldade de acesso, visto que as áreas atingidas pelas chuvas e as famílias não só de assentados como de agricultores daquelas regiões foram surpreendidas por aquela catástrofe inesperada. Mas passado este tempo agora elas estão sendo atendidas com o término destas estradas através de uma melhor trafegabilidade já sentida, inclusive, neste inverno. Que se levando em conta mesmo não atingindo a média pluviométrica dos últimos anos nestas áreas onde foram reconstruídas as estradas vicinais, elas resistiram e atenderam a demanda necessária. Outra providência que foi tomada foi à colocação de três passagens molhadas com base em concreto, manilhas de Ø100 cm e tabuleiro de concreto nos projetos de assentamentos PA. Serra Preta (01) e PA Limão (02) que após as fortes chuvas de 2011 destruíram sobremaneira estes locais e sem estas soluções a trafegabilidade seria sempre prejudicada nos períodos invernosos. Foram apresentadas as garantias para execução, boletins, medições, locações das manilhas e os levantamentos do material a ser colocado no solo, teste de solos dentre outros elementos que melhor deixem claro os serviços que foram executados.

As providências estão sendo tomadas para a finalização da estrada vicinal de acesso ao Projeto de assentamento Serrana e fazer o recebimento da mesma garantindo àquelas famílias o direito de ir e vir mesmo com condições climáticas desfavoráveis. Para tanto prorrogamos o prazo para finalização da mesma até 30 de outubro de 2012, com aditivo de prazo, e durante este período de inverno mesmo com pouca chuva não poderíamos executar ficando acordada com a empresa executante no contrato 13.000/2010 a finalização da mesma neste período, e caso haja algum outro impedimento fecharemos novo aditivo, e que após a finalização iremos encaminhar para esta CGU/AL verificar tal finalização. Encerrando assim esta página de muito trabalho e empenho desta equipe que faz a SR-22/AL que não mediu esforços mesmo dependendo de tão poucos profissionais no desenrolar de todo o processo.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

05	201109238	1.1.2.7	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Pagamentos por serviços não executados ou não comprovados, no montante de R\$ 3.153.568,80, referentes ao Contrato nº 11.000/2010.			
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Realizar a comprovação da despesa realizada. Caso não seja apresentada a documentação ou esta seja insuficiente para comprovação das despesas realizadas, estabelecer cronograma para conclusão, pela empresa contratada, dos itens pendentes de execução e apurar a responsabilidade pela autorização de pagamento de serviços não executados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
As estradas vicinais objeto do contrato 11.000/2010 mencionado foram executadas conforme projetos iniciais e já estão em plena trafegabilidade, estamos acostando a este plano de providencias algumas planilhas com localização das manilhas, e fotos de suas execuções e suas finalizações, excetuando parte da estrada de acesso do Projeto de Assentamento Serrana, que devido à chuva e também da falta de jazida próxima que garantisse uma boa aderência e conformidade do material, e após alguns estudos na região encontramos material de excelente qualidade na jazida do projeto de assentamento Santa Maria que tinha sido bastante utilizado já nas estradas dos projetos de assentamento Chico Mendes, Serrana, Limão, e outras localidades onde a prefeitura também utilizou visto ser ela de excelente qualidade, mas que demonstrou na sua utilização um esgotamento e graças aos esforços dessa equipe que diuturnamente se preocupou em não estagnar, estacionar, paralisar a obra e com isso causar mais dano aos agricultores que sofreram bastante com as chuvas de 2010 e novamente em 2011, conseguimos encontrar um novo veio e a partir daí extrair toda a matéria prima necessária para a execução da estrada vicinal de serrana, entretanto algumas obras como a colocação de manilhas, sarjetas, finalizações das pontes serrana 01, 02 e 03, atrasaram sobremaneira a conclusão da mesma, mas que em contato com a empresa Mult Construções a empresa está com novo cronograma para recomeçar assim que as quadra invernosas acabar e recomeçar os serviços e finalizar esta estrada vicinal. As demais estradas como as de cavaco, serra preta-gordo, Chico Mendes e limão tiveram as obras de drenagem finalizadas, a terraplanagem também finalizada e algumas obras especiais também executadas para que tivesse uma durabilidade maior. Após novos estudos, os primeiros tinham sido feito logo após a tragédia das enchentes do ano de 2010 e posteriormente com as chuvas intensas de 2011, verificou-se a necessidade de aumentar as obras de artes correntes e melhor alocação das obras de artes especiais para garantir uma maior durabilidade nestas estradas vicinais e daí foram implementadas conforme fotos em anexo várias áreas com sarjetas laterais e passagens molhadas que garantiram já nesse inverno que apesar de não ter uma curva pluviométrica dos últimos anos já serviu para demonstrar a solidez da obra como também o funcionamento da drenagem tão necessária para que não houvesse nenhum risco aos moradores daquelas regiões. E garantir um melhor acesso para as famílias de assentados e moradores da região conforme fotos abaixo identificadas. Vale lembrar que boa parte delas só terminou no final de 2011 e início do ano de 2012 devido não só a estes novos estudos e procedimentos como também as chuvas que caíram em 2011 e se estenderem até final de outubro de 2011 e, como para melhor abaulamento ou simples drenagem dependiam de toda uma logística de máquinas e equipamentos: motoniveladores, retroescavadeiras, tratores e escavadeiras para as jazidas não só para o transporte dessas máquinas até o canteiro de obras com carretas por conta dos tamanhos e pesos desses equipamentos, até sua operação e demorou-se mais do que o planejado, devido a grande demanda de construção que se abateu sobre o estado depois das enchentes para a construção de casas, estradas e pontes em várias localidades. Entretanto nenhum prejuízo há mais ocorreu para a administração pública, a não ser o do tempo que se levou, mas que era necessário para a perfeita execução dos serviços contratados, como também a solicitação da comunidade para que a mesma tivesse um pouco mais de paciência devido à paralisação temporária dos transeuntes daquelas regiões, fora outros problemas ocasionados por esta situação de reconstrução das mesmas e desses locais com dificuldade de acesso, visto que as áreas atingidas pelas chuvas e as famílias não só de assentados como de agricultores daquelas regiões foram surpreendidas por aquela catástrofe inesperada. Mas passado este tempo agora elas estão sendo atendidas com o término destas estradas através de uma melhor trafegabilidade já sentida, inclusive, neste inverno. Que se levando em conta mesmo não atingindo a média pluviométrica dos últimos anos nestas áreas onde foram reconstruídas as estradas vicinais, elas resistiram e atenderam a demanda necessária. Outra providência que foi tomada foi à colocação de três passagens molhadas com base em concreto, manilhas de Ø100 cm e tabuleiro			

de concreto nos projetos de assentamentos PA. Serra Preta (01) e PA Limão (02) que após as fortes chuvas de 2011 destruíram sobremaneira estes locais e sem estas soluções a trafegabilidade seria sempre prejudicada nos períodos invernosos.

As providências que estão sendo tomadas para a finalização da estrada vicinal de acesso ao Projeto de assentamento Serrana e fazer o recebimento da mesma garantindo àquelas famílias o direito de ir e vir mesmo com condições climáticas desfavoráveis. Para tanto prorrogamos o prazo para finalização da mesma até 30 de outubro de 2012, com aditivo de prazo, e durante este período de inverno mesmo com pouca chuva não poderíamos executar ficando acordada com a empresa executante no contrato 13.000/2010 a finalização da mesma neste período o que após a finalização iremos encaminhar para esta CGU/AL verificar tal finalização. Encerrando assim esta página de muito trabalho e empenho desta equipe que faz a SR-22/AL que não mediu esforços mesmo dependendo de tão poucos profissionais no desenrolar de todo o processo.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201109238	1.1.2.9	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:

Atesto e pagamento de execução de serviços de baixa qualidade relativos ao Contrato nº 11.000/2010.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Exigir da empresa contratada a recuperação dos trechos danificados.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

As estradas vicinais objeto do contrato 11.000/2010 mencionado foram executadas conforme projetos iniciais e já estão em plena trafegabilidade, estamos acostando a este plano de providencias algumas planilhas com localização das manilhas, e fotos de suas execuções e suas finalizações, excetuando parte da estrada de acesso do Projeto de Assentamento Serrana, que devido a chuva e também da falta de jazida próxima que garantisse uma boa aderência e conformidade do material, e após alguns estudos na região encontramos material de excelente qualidade na jazida do projeto de assentamento Santa Maria que tinha sido bastante utilizado já nas estradas dos projetos de assentamento Chico Mendes, Serrana, Limão, e outras localidades onde a prefeitura também utilizou visto ser ela de excelente qualidade, mas que demonstrou na sua utilização um esgotamento e graças aos esforços dessa equipe que diuturnamente se preocupou em não estagnar, estacionar, paralisar a obra e com isso causar mais dano aos agricultores que sofreram bastante com as chuvas de 2010 e novamente em 2011 conseguimos encontrar um novo veio da jazida com grandes possibilidades de concluir a obra, e a partir daí extrair toda a matéria prima necessária para a execução da estrada vicinal de serrana, entretanto algumas fases da execução da obra: como a colocação de manilhas, sarjetas, finalizações das pontes serrana 01, 02 e 03, atrasaram sobremaneira a conclusão da mesma, mas que em contato com a empresa Mult Construções a empresa está com novo cronograma para recomençar assim que as quadra invernososa acabar e recomençar os serviços e finalizar esta estrada vicinal. As demais estradas como as de cavaco, serra preta-gordo, Chico Mendes e limão tiveram as obras de drenagem finalizadas, a terraplanagem também finalizada e algumas obras especiais também executadas para que tivesse

uma durabilidade maior. Após novos estudos, os primeiros tinham sido feito logo após a tragédia das enchentes do ano de 2010 e posteriormente com as chuvas intensas de 2011, verificou-se a necessidade de aumentar as obras de artes correntes e melhor alocação das obras de artes especiais para garantir uma maior durabilidade nestas estradas vicinais e daí foram implementadas conforme fotos em anexo várias áreas com sarjetas laterais e passagens molhadas que garantiram já nesse inverno que apesar de não ter uma curva pluviométrica dos últimos anos já serviu para garantir a solidez e a drenagem tão necessária para que não houvesse nenhum risco aos moradores daquelas regiões. E garantir um melhor acesso para as famílias de assentados e moradores da região conforme fotos abaixo identificadas. Vale lembrar que boa parte delas só terminou no final de 2011 e início do ano de 2012 devido não só a estes novos estudos e procedimentos como também as chuvas que caíram em 2011 e se estenderam até final de outubro de 2011 e, como para melhor abaulamento ou simples drenagem dependiam de toda uma logística de máquinas e equipamentos: Motoniveladores, retroescavadeiras, tratores e escavadeiras para as jazidas não só para o transporte dessas máquinas até o canteiro de obras com carretas por conta dos tamanhos e pesos desses equipamentos, até sua operação e demorou-se mais do que o planejado, devido a grande demanda de construção que se abateu sobre o estado depois das enchentes para a construção de casas, estradas e pontes em várias localidades. Entretanto nenhum prejuízo há mais ocorreu para a administração pública, a não ser o do tempo que se levou, mas que era necessário para a perfeita execução dos serviços contratados, como também a solicitação da comunidade para que a mesma tivesse um pouco mais de paciência devido à paralisação temporária dos transeuntes daquelas regiões, fora outros problemas ocasionados por esta situação de reconstrução das mesmas e desses locais com dificuldade de acesso, visto que as áreas atingidas pelas chuvas e as famílias não só de assentados como de agricultores daquelas regiões foram surpreendidas por aquela catástrofe inesperada. Mas passado este tempo agora elas estão sendo atendidas com o término destas estradas através de uma melhor trafegabilidade já sentida, inclusive, neste inverno. Que levando-se em conta mesmo não atingindo a média pluviométrica dos últimos anos nestas áreas onde foram reconstruídas as estradas vicinais, elas resistiram e atenderam a demanda necessária. Outra providência que foi tomada foi à colocação de três passagens molhadas com base em concreto, manilhas de Ø100 cm e tabuleiro de concreto nos projetos de assentamentos PA. Serra Preta (01) e PA Limão (02) que após as fortes chuvas de 2011 destruíram sobremaneira estes locais e sem estas soluções a trafegabilidade seria sempre prejudicada nos períodos invernosos.

As providências que estão sendo tomadas para a finalização da estrada vicinal de acesso ao Projeto de assentamento Serrana e fazer o recebimento da mesma garantindo àquelas famílias o direito de ir e vir mesmo com condições climáticas desfavoráveis. Para tanto prorrogamos o prazo para finalização da mesma até 30 de outubro de 2012, com aditivo de prazo, e durante este período de inverno mesmo com pouca chuva não poderíamos executar ficando acordada com a empresa executante no contrato 13.000/2010 a finalização da mesma, neste período o que após a finalização iremos encaminhar para esta CGU/AL verificar tal finalização. Encerrando assim esta página de muito trabalho e empenho desta equipe que faz a SR-22/AL que não mediu esforços mesmo dependendo de tão poucos profissionais no desenrolar de todo o processo.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201109238	1.1.2.9	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			

Atesto e pagamento de execução de serviços de baixa qualidade relativos ao Contrato nº 11.000/2010.

RECOMENDAÇÃO Nº 002: Realizar vistoria e avaliação dos serviços de reparo a serem executados, atestando a adequabilidade da execução dos mesmos, e caso os reparos não sejam realizados a contento, apurar responsabilidades pelo atesto e pagamento de serviços de má qualidade, e adotar medidas para devolução dos recursos pagos indevidamente.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Gabinete

Justificativa para o seu não cumprimento:

As estradas vicinais objeto do contrato 11.000/2010 mencionado foram executadas conforme projetos iniciais e já estão em plena trafegabilidade, estamos acostando a este plano de providências algumas planilhas com localização das manilhas, e fotos de suas execuções e suas finalizações, excetuando parte da estrada de acesso do Projeto de Assentamento Serrana, que devido a chuva e também da falta de jazida próxima que garantisse uma boa aderência e conformidade do material, e após alguns estudos na região encontramos material de excelente qualidade na jazida do projeto de assentamento Santa Maria que tinha sido bastante utilizado já nas estradas dos projetos de assentamento Chico Mendes, Serrana, Limão, e outras localidades onde a prefeitura também utilizou visto ser ela de excelente qualidade, mas que demonstrou na sua utilização um esgotamento e graças aos esforços dessa equipe que diuturnamente se preocupou em não estagnar, estacionar, paralisar a obra e com isso causar mais dano aos agricultores que sofreram bastante com as chuvas de 2010 e novamente em 2011, conseguimos encontrar um novo veio e a partir daí extrair toda a matéria prima necessária para a execução da estrada vicinal de serrana, entretanto algumas obras como a colocação de manilhas, sarjetas, finalizações das pontes serrana 01, 02 e 03, atrasaram sobremaneira a conclusão da mesma, mas que em contato com a empresa Mult Construções a empresa está com novo cronograma para recomeçar assim que as quadra invernosas acabar e recomeçar os serviços e finalizar esta estrada vicinal. As demais estradas como as de cavaco, serra preta-gordo, Chico Mendes e limão tiveram as obras de drenagem finalizadas, a terraplanagem também finalizada e algumas obras especiais também executadas para que tivesse uma durabilidade maior. Após novos estudos, os primeiros tinham sido feito logo após a tragédia das enchentes do ano de 2010 e posteriormente com as chuvas intensas de 2011, verificou-se a necessidade de aumentar as obras de artes correntes e melhor alocação das obras de artes especiais para garantir uma maior durabilidade nestas estradas vicinais e daí foram implementadas conforme fotos em anexo várias áreas com sarjetas laterais e passagens molhadas que garantiram já nesse inverno que apesar de não ter uma curva pluviométrica dos últimos anos já serviu para garantir a solidez e a drenagem tão necessária para que não houvesse nenhum risco aos moradores daquelas regiões. E garantir um melhor acesso para as famílias de assentados e moradores da região conforme fotos abaixo identificadas. Vale lembrar que boa parte delas só terminou no final de 2011 e início do ano de 2012 devido não só a estes novos estudos e procedimentos como também as chuvas que caíram em 2011 e se estenderem até final de outubro de 2011 e, como para melhor abaulamento ou simples drenagem dependiam de toda uma logística de máquinas e equipamentos: moto niveladores, retro escavadeiras, tratores e escavadeiras para as jazidas não só para o transporte dessas máquinas até o canteiro de obras com carretas por conta dos tamanhos e pesos desses equipamentos, até sua operação e demorou-se mais do que o planejado, devido a grande demanda de construção que se abateu sobre o estado depois das enchentes para a construção de casas, estradas e pontes em várias localidades. Entretanto nenhum prejuízo há mais ocorreu para a administração pública, a não ser o do tempo que se levou, mas que era necessário para a perfeita execução dos serviços contratados, como também a solicitação da comunidade para que a mesma tivesse um pouco mais de paciência devido à paralisação temporária dos transeuntes daquelas regiões, fora outros problemas ocasionados por esta situação de reconstrução das mesmas e desses locais com dificuldade de acesso, visto que as áreas atingidas pelas chuvas e as famílias não só de assentados como de agricultores daquelas regiões foram surpreendidas por aquela catástrofe inesperada. Mas passado este tempo agora elas estão sendo atendidas com o término destas estradas através de uma melhor trafegabilidade já sentida, inclusive, neste inverno. Que se levando em conta mesmo não atingindo a média pluviométrica dos últimos anos nestas áreas onde foram reconstruídas as estradas vicinais, elas resistiram e atenderam a demanda necessária. Outra providência que foi tomada foi à colocação de três passagens molhadas com base em concreto, manilhas de Ø100 cm e tabuleiro de concreto nos projetos de assentamentos PA. Serra Preta (01) e PA Limão (02) que após as fortes chuvas de 2011 destruíram sobremaneira estes locais e sem estas soluções a trafegabilidade seria sempre prejudicada nos períodos invernosos.

As providências que estão sendo tomadas para a finalização da estrada vicinal de acesso ao Projeto de assentamento Serrana e fazer o recebimento da mesma garantindo àquelas famílias o direito de ir e vir mesmo com condições climáticas desfavoráveis. Para tanto prorrogamos o prazo para finalização da mesma até 30 de outubro de 2012, com aditivo de prazo, e durante este período de inverno mesmo com pouca chuva não poderíamos executar ficando acordada com a

empresa executante no contrato 13.000/2010 a finalização da mesma neste período o que após a finalização iremos encaminhar para esta CGU/AL verificar tal finalização. Encerrando assim esta página de muito trabalho e empenho desta equipe que faz a SR-22/AL que não mediu esforços mesmo dependendo de tão poucos profissionais no desenrolar de todo o processo. Vejamos algumas fotos das estradas e suas melhorias. As adequações, monitoramento e fiscalização estão seguindo o cronograma desde o primeiro plano de providências do ano passado, segue as mesmas providências tomadas com acompanhamento passo a passo da execução das mesmas pelos técnicos desta superintendência e devido a alguns problemas como a finalização de obras de artes correntes e especiais e com a busca por novas jazidas, novos levantamentos e com os prazos solicitados devidos as intempéries ocorridas na região tais obras encontram-se em andamento e algumas já finalizadas, mas devido ao período de quadra invernos prorrogamos o prazo até final de outubro de 2012 e já solicitamos da empresa novo cronograma para finalização das mesmas. Segue abaixo fotos de algumas das estradas vicinais que já estão em franca trafegabilidade.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201109238	2.1.6.1	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Adoção parcial de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras.
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Adotar os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou 45 de 82 obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Há uma projeção da Gestão em criar um Grupo de Trabalho onde participará o Setor de Meio Ambiente, Administração e outros que buscará criar procedimentos, referente os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Então, será instituída uma ordem de serviço que determinará a comissão em adotar os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços em nossa SR.

Assim sendo, o Gabinete oficializou e questionou a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais através do Memo. nº 006/2012/INCRA/SR-22/GABINETE e reiterado pelo Memo. nº 046/2012/INCRA/SR-22/GABINETE. A relevância é que não recebemos qualquer resposta em relação ao solicitados.

A par disso, a Administração hoje em seus processos licitatórios encaminhar os autos para o Setor Ambiental para análise da minuta do Edital, com intuito de emitir uma parecer em relação à disposição sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, tal fato é pautado na INSTRUÇÃO

NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 do MPOG.

De acordo com o Decreto Nº 6.812, de 3 de abril de 2009 que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências.

Art. 86. À Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos para implementar, orientar e acompanhar as ações de gestão ambiental e de monitoramento da utilização dos recursos naturais nos assentamentos; atualizações e revisões necessárias do Plano de Gestão Ambiental do INCRA e articulação institucional com órgãos governamentais e não-governamentais visando à promoção de atividades sustentáveis nos assentamentos.

Art. 87. À Divisão de Gestão Ambiental (DTM-1) compete:

I - subsidiar a proposição de atos normativos visando a orientação, implementação e acompanhamento das ações de gestão ambiental dos assentamentos de reforma agrária;

II - acompanhar, sistematizar e avaliar as ações e atividades das Superintendências Regionais relativas ao licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA;

III - acompanhar e avaliar as ações relativas ao licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária reconhecidos pelo INCRA;

IV - fomentar, acompanhar e avaliar as ações e atividades relativas à implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas;

V - instrumentalizar tecnicamente as Superintendências Regionais para a implantação de ações de gestão ambiental dos assentamentos de reforma agrária;

VI - promover, acompanhar e avaliar as ações e atividades das Superintendências Regionais relativas à implantação de projetos de recuperação e conservação dos recursos naturais em assentamentos de reforma agrária;

VII - propor critérios e metodologia visando o controle, uso, manutenção, segurança, atualização e disseminação de dados para o sistema de informação, de modo a garantir que sejam contempladas as diretrizes e os procedimentos previstos nos atos normativos de sua competência; e

VIII - outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Art. 116. À Divisão de Obtenção de Terras – SR(00)T compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

I – De Obtenção:

(...)

II – De Implantação de Assentamentos:.

(...)

III – De Meio Ambiente e Recursos Naturais:

a) elaboração de mapeamentos temáticos;

- b) adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA;
- c) fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas;
- d) analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária;
- e) monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária;
- f) promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e
- g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

PRAZO DE ATENDIMENTO: 30/DEZ/2013

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; ausência de resposta da Coordenação do Setor de Meio Ambiente.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201109238	2.1.6.2	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:
Falta de separação de resíduos recicláveis descartados e/ou falta de destinação adequada aos mesmos.
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Instituir a separação dos resíduos recicláveis descartáveis e sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.940/2006.

Providências Adotadas	Código SIORG
Setor responsável pela implementação	
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:
Criar um Grupo de Trabalho onde participará o Setor de Meio Ambiente, Administração e outros que buscará criar PLANO DE AÇÃO em que instituirá a separação dos resíduos recicláveis descartáveis e sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.940/2006.

Então, será instituída uma ordem de serviço que determinará a Grupo de Trabalho em instituir cursos/procedimentos/normatização para: a separação dos resíduos recicláveis descartáveis e sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.940/2006.

PRAZO DE ATENDIMENTO: 30/DEZ/2013

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; ausência de resposta da Coordenação do Setor de Meio Ambiente.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201109238	2.1.7.1	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:
Falta de atualização no SIASG de valores referentes a 12 contratos registrados no referido Sistema.
RECOMENDAÇÃO Nº 001: O gestor deve providenciar a atualização dos contratos apresentados e envidar esforços para manter o SIASG atualizado, notadamente quanto aos valores dos contratos firmados, atendendo ao que determina o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.

Providências Adotadas	Código SIORG
Sector responsável pela implementação	
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:
Criar um plano de ação em que providenciará a atualização dos contratos apresentados e manter o SIASG atualizado, notadamente quanto aos valores dos contratos firmados, atendendo ao que determina o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.

Então, será instituída uma ordem de serviço que determinará a comissão em providenciar a atualização dos contratos apresentados em nossa SR e manter o SIASG atualizado, notadamente quanto aos valores dos contratos firmados, atendendo ao que determina o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.

Porém, o Grupo de Trabalho que vinculará as tarefas de acompanhamento, controle dos Contratos SIASG onde buscará a descentralização e desconcentração das tarefas a ser aplicadas, ou seja, determinando quais as pessoas que terá competência para executar o controle dos Contratos do SIASG.

Entretanto, antes de todo esse comando será solicitado de Brasília, treinamento para equipe que terá competência para gerir esse programa.

✓**PRAZO DE ATENDIMENTO:** 30/JUN/2013

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201109238	3.1.2.2	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:
Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/2.000/2008 (Siafi nº 625737) a despeito das impropriedades

em sua execução e prestação de contas.			
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenientes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação		Código SIORG	
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Informamos que o convênio CV/AL 2.000/2008 SIAFI nº 625737, encontra-se em dias com a prestação de contas final, porém falta análise contábil e parecer da técnica final, salientamos que vários fatores contribuem para a análise tardia dos convênios, a exemplo de: Falta de recurso humano capacitado para os procedimentos de análise das prestações de contas, mudanças administrativas e falta de recursos para as visita in loco.			
Ressaltamos que o Grupo de Trabalho e Execução/2012, está aprimorando e readequando a comunicação entre setorial contábil versus assegurado e versus entidade, cobrando ao assegurado o relatório técnico, ou seja, a devida fiscalização in loco, e será notificada a entidade em caso ela não preste de contas ou quaisquer irregularidades encontradas nas análises realizadas pelo setor responsável.			
✓PRAZO DE ATENDIMENTO: 30/OUT/2013			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201109238	3.1.2.3	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/3.000/2008 (Siafi nº 629081) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.			
RECOMENDAÇÃO Nº 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenientes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação		Código SIORG	
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Informamos que o convênio CV/AL 3.000/2008 SIAFI nº 629081, a entidade solicitou prazo para prestar contas da última parcela, foi acatado pela senhora ordenadora, todavia, falta à análise contábil e parecer da técnica final, salientamos que vários fatores contribuem para a análise tardia dos convênios, a exemplo de: Falta de contingente humano capacitado para os procedimentos de análise das prestações de contas, mudanças administrativas e falta de recursos para as visita in loco.			
Ressaltamos que o Grupo de Trabalho e Execução/2012, está aprimorando e readequando a comunicação entre setorial			

contábil versus assegurado e versus entidade, cobrando ao assegurado o relatório técnico, ou seja, a devida fiscalização in loco, e será notificada a entidade em caso ela não preste de contas ou quaisquer irregularidades encontradas nas análises realizadas pelo setor responsável.

✓**PRAZO DE ATENDIMENTO:** 30/OUT/2013.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201109238	3.1.2.4	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:

Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/4.000/2008 (Siafi nº 629133) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenientes.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Informamos que o convênio CV/AL 4.000/2008 SIAFI nº 629133, encontra-se em dias com a prestação de contas final, entretanto falta à análise contábil e parecer da técnica final, salientamos que vários fatores contribuem para a análise tardia dos convênios, a exemplo de: Falta de contingente humano capacitado para os procedimentos de análise das prestações de contas, mudanças administrativas e falta de recursos para as visita in loco.

Ressaltamos que o Grupo de Trabalho e Execução/2012, está aprimorando e readequando a comunicação entre setorial contábil versus assegurado e versus entidade, cobrando ao assegurado o relatório técnico, ou seja, a devida fiscalização in loco, e será notificada a entidade em caso ela não preste de contas ou quaisquer irregularidades encontradas nas análises realizadas pelo setor responsável.

✓**PRAZO DE ATENDIMENTO:** 30/OUT/2013

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens

e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201109238	3.1.2.5	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Justificativa para o seu não cumprimento:

Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/5.000/2008 (Siafi nº 631688) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenientes.

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Síntese da providência adotada:

Informamos que o convênio CV/AL 5.000/2008 SIAFI nº 631688, encontra-se em dias com a prestação de contas final, entretanto falta à análise contábil e parecer da técnica final, salientamos que vários fatores contribuem para a análise tardia dos convênios, a exemplo de: Falta de contingente humano capacitado para os procedimentos de análise das prestações de contas, mudanças administrativas e falta de recursos para as visita in loco.

Ressaltamos que o Grupo de Trabalho e Execução/2012, está aprimorando e readequando a comunicação entre setorial contábil versus assegurado e versus entidade, cobrando ao assegurado o relatório técnico, ou seja, a devida fiscalização in loco, e será notificada a entidade em caso ela não preste de contas ou quaisquer irregularidades encontradas nas análises realizadas pelo setor responsável.

✓**PRAZO DE ATENDIMENTO:** 30/OUT/2013

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201109238	3.1.2.6	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Liberação de parcelas, no montante de R\$ 853.190,40, dos recursos do Convênio nº CV/AL/6.000/2008 (Siafi nº 631689) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.

RECOMENDAÇÃO Nº 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e

suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenientes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Informamos que o convênio CV/AL 6.000/2008 SIAFI nº 631689, encontra-se em dias com a prestação de contas final, entretanto falta à análise contábil e parecer da técnica final, salientamos que vários fatores contribuem para a análise tardia dos convênios, a exemplo de: Falta de contingente humano capacitado para os procedimentos de análise das prestações de contas, mudanças administrativas e falta de recursos para as visita in loco. Ressaltamos que o Grupo de Trabalho e Execução/2012, está aprimorando e readequando a comunicação entre setorial contábil versus assegurado e versus entidade, cobrando ao assegurado o relatório técnico, ou seja, a devida fiscalização in loco, e será notificada a entidade em caso ela não preste de contas ou quaisquer irregularidades encontradas nas análises realizadas pelo setor responsável. ✓PRAZO DE ATENDIMENTO: 30/OUT/2013			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201109238	3.1.2.7	Ofício nº 29.220/2011-CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Liberação de parcelas, no montante de R\$ 910.220,14, dos recursos dos recursos do Convênio nº CV/AL/8.000/2008 (Siafi nº 633984) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas. RECOMENDAÇÃO Nº 001: Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados, comunicando tempestivamente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos e suspendendo a liberação das parcelas até o saneamento da situação ou a análise das justificativas apresentadas pelos convenientes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Informamos que o convênio CV/AL 8.000/2008 SIAFI nº 631689, encontra-se em dias com a prestação de contas final, entretanto falta à análise contábil e parecer da técnica final, salientamos que vários fatores contribuem para a análise tardia dos convênios, a exemplo de: Falta de contingente humano capacitado para os procedimentos de análise das prestações de contas, mudanças administrativas e falta de recursos para as visita in loco. Ressaltamos que o Grupo de Trabalho e Execução/2012, está aprimorando e readequando a comunicação entre setorial contábil versus assegurado e versus entidade, cobrando ao assegurado o relatório técnico, ou seja, a devida			

fiscalização in loco, e será notificada a entidade em caso ela não preste de contas ou quaisquer irregularidades encontradas nas análises realizadas pelo setor responsável.

✓**PRAZO DE ATENDIMENTO:** 30/OUT/2013

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor; o Decreto nº 7.446/11, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, no exercício de 2011, afetando com isso a suspensão das realizações de eventos de viagens de campo para o desenvolvimento de atividades relativas à fiscalização e ao recebimento de obras e serviços vinculados aos convênios pendentes e vigentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201203480	1.1.1.1	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Constatação - **Não adoção ou adoção parcial de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens.**

Recomendação 1 - Formular um plano de ação para a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Há uma projeção da Gestão em criar um Grupo de Trabalho onde participará o Setor de Meio Ambiente, Administração e outros que buscará criar procedimentos, referente os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Então, será instituída uma ordem de serviço que determinará a comissão em adotar os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços em nossa SR.

Assim sendo, o Gabinete oficializou e questionou a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais através do Memo. nº 006/2012/INCRA/SR-22/GABINETE e reiterado pelo Memo. nº 046/2012/INCRA/SR-22/GABINETE. A relevância é que não recebemos qualquer resposta em relação ao solicitados.

A par disso, a Administração hoje em seus processos licitatórios encaminhar os autos para o Setor Ambiental para análise da minuta do Edital, com intuito de emitir uma parecer em relação à disposição sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, tal fato é pautado na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 do MPOG.

De acordo com o Decreto Nº 6.812, de 3 de abril de 2009 que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências.

Art. 86. À Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM) compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos para implementar, orientar e acompanhar as ações de gestão ambiental e de monitoramento da utilização dos recursos naturais nos assentamentos; atualizações e revisões necessárias do Plano de Gestão Ambiental do INCRA e articulação institucional com órgãos governamentais e não-governamentais visando à promoção de atividades sustentáveis nos assentamentos.

Art. 87. À Divisão de Gestão Ambiental (DTM-1) compete:

I - subsidiar a proposição de atos normativos visando a orientação, implementação e acompanhamento das ações de gestão ambiental dos assentamentos de reforma agrária;

II - acompanhar, sistematizar e avaliar as ações e atividades das Superintendências Regionais relativas ao licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA;

III - acompanhar e avaliar as ações relativas ao licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária reconhecidos pelo INCRA;

IV - fomentar, acompanhar e avaliar as ações e atividades relativas à implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas;

V - instrumentalizar tecnicamente as Superintendências Regionais para a implantação de ações de gestão ambiental dos assentamentos de reforma agrária;

VI - promover, acompanhar e avaliar as ações e atividades das Superintendências Regionais relativas à implantação de projetos de recuperação e conservação dos recursos naturais em assentamentos de reforma agrária;

VII - propor critérios e metodologia visando o controle, uso, manutenção, segurança, atualização e disseminação de dados para o sistema de informação, de modo a garantir que sejam contempladas as diretrizes e os procedimentos previstos nos atos normativos de sua competência; e

VIII - outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Art. 116. À Divisão de Obtenção de Terras – SR(00)T compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

I – De Obtenção:

(...)

II – De Implantação de Assentamentos,;

(...)

III – De Meio Ambiente e Recursos Naturais:

- a) elaboração de mapeamentos temáticos;
- b) adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA;
- c) fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas;
- d) analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária;
- e) monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária;
- f) **promover estudos e diagnósticos que subsidiem** o planejamento das ações de obtenção de terras, **de gestão ambiental** e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e
- g) **outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.**

Fizemos um questionamento ao Douto Tribunal de Contas da União em relação Documentos ou normas/regulamentos eventualmente utilizados como critério de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras – **Se há procedimento e ordem de serviço que servirá de modelo/base para nossa SR com intuito de implantarmos em nosso trabalho.**

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201203480	2.1.1.1	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Constatação - **Irregularidades em comprovações de despesas realizadas com Cartões de Pagamentos, no montante de R\$ 1.525,99.**

Recomendação 1: Implantar mecanismos de controles internos com o objetivo de manter os processos de suprimento de fundos adequados à legislação pertinente, contendo toda a comprovação necessária do gasto realizado.

Recomendação 2: Comprovar a efetiva utilização dos veículos citados para realização da missão institucional, caso não haja comprovação, promover o ressarcimento ao erário dos valores não comprovados.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete/Grupo de Trabalho e Execução	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Das irregularidades apontadas referentes às despesas realizadas com cartão de pagamentos, os supridos foram notificados e estamos aguardando resposta e em seguida encaminharemos ao Setor Jurídico para pronunciamento e por

fim, no caso de impropriedade será ressarcido ao erário os valores que não forem devidamente comprovados. Encaminharemos cópias das documentações a Douta Controladoria Geral da União em 05 de novembro de 2012.

Informamos que estamos buscando usar o suprimimento de fundo só para despesas emergências administrativo.

PRAZO DE ATENDIMENTO: 30/OUT/2012

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201203480	3.1.2.1	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Constatação - O gestor não efetuou o cadastramento de pessoal no SISAC conforme preceitua o artigo 7º da IN 55/2007.

Recomendação 1: Implantar mecanismos de controles internos com o objetivo de que problemas desta natureza não voltem a ocorrer.

Recomendação 2: Registrar os referidos atos de pessoal no SISAC, conforme preceitua o art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete/Administração/RH	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Estamos relocando uma servidora, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, com formação superior em Administração, para o setor de Recursos Humanos, com objetivo não só de redistribuir a massa de serviço existente naquele setor, como também segregar responsabilidades inerentes ao mesmo. Concomitantemente estamos agendando treinamento para ambos no sistema SISAC junto a Coordenação Geral de RH (Brasília-DF), com objetivo de regularizar as pendências existentes num prazo mais breve possível.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201203480	4.1.2.1	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144

Descrição da Recomendação:

Constatação - Deficiências na formalização do Processo de Concessão de Crédito Instalação para o Projeto de

Assentamento Pedra Grande.			
Recomendação 1: Implantar mecanismos de controles internos com o objetivo de evitar falhas na formalização de processos de Concessão de Crédito Instalação.			
Recomendação 2: Realizar levantamento de todos os processos de concessão de crédito instalação, no intuito, de municiá-los com todos os documentos exigidos pela Norma de Execução nº 79/DD, de 26 de dezembro de 2008.			
Recomendação 3: Apresentar no processo um planejamento mínimo quando da implantação do Projeto de Assentamento, de forma a definir as ações e atividades que serão realizadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação		Código SIORG	
Gabinete/Desenvolvimento			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em relação à avaliação da peça em epígrafe produzida pela CGU, no que trata da ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas, informamos:			
Atendida solicitação do ofício Nº. 23874/2012 CGU/REGIONAL/PROCESSO INCRA 54360.001004/2007-20/PA PEDRA GRANDE PEDRA CRISTALINA, através do OFÍCIO/INCRA/ SR-22 /G//Nº 1086:/2012, de 29 de agosto de 2012. (Representantes Legais).			
Foi concedida de crédito instalação no exercício de 2011 a quantia de R\$ 16.051.800,00 perfazendo um percentual de 64,52% de execução. Ressaltamos que não atingimos a meta de 100% devido à ausência de recursos totalmente financeiros. Apesar das dificuldades econômicas e das diversas limitações oriundas do número reduzido de servidores, acreditamos termos obtido êxito da aplicação de recursos durante o exercício.			
Desse modo, será criado um Grupo de Trabalho que buscará: implantar mecanismos de controles internos com o objetivo de evitar falhas na formalização de processos de Concessão de Crédito Instalação; Realizar levantamento de todos os processos de concessão de crédito instalação, no intuito, de municiá-los com todos os documentos exigidos pela Norma de Execução nº 79/DD, de 26 de dezembro de 2008 e apresentar no processo um planejamento mínimo quando da implantação do Projeto de Assentamento, de forma a definir as ações e atividades que serão realizadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201203480	4.1.2.2	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		4144	
Descrição da Recomendação:			
Constatação - Fiscalização deficiente dos Créditos de Instalação concedidos aos assentados do Projeto de Assentamento Pedra Grande.			
Recomendação 1: Implantar procedimentos nas fiscalizações realizadas pelo INCRA/AL para que sejam comprovadas a regular aplicação dos valores concedidos a título de crédito instalação.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Deficiências na formalização do Processo de Concessão de Crédito Instalação para o Projeto Pedra Cristalina.	
Em atendimento a constatação supra e a Norma de Execução nº :79/DD, de 26 de dezembro de 2008, e em relação as impropriedades citadas informamos: Quando da investidura da equipe do crédito desta SR-22/AL, a maioria dos processos administrativos de concessão de crédito instalação já estavam formalizados e em liberação, alguns deles com severas deficiências em sua formação, com o fito de não interromper a evolução devido a empenhos já realizados, os mesmos obtiveram continuidade apesar das fragilidades apresentadas. Atendendo ao enunciado no relatório anual de contas, gradativamente, ajustaremos os processos administrativos com a juntada dos documentos pendentes; Quanto à ausência das Portarias de Criação dos Projetos de Assentamentos, se dá em virtude das mesmas ficarem arquivadas na Divisão de Obtenção de Terras, especificamente no SIPRA, enquanto que o Setor de Crédito é vinculado à divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos. Ocorre que essa SR-22/AL funciona em dois prédios, e estas duas divisões funcionam em prédios separados, o que dificulta o acesso a essas portarias na hora de formalização do processo. For anexado aos autos o espelho de criação do Projeto de Assentamento, onde consta os dados de criação e a respectiva portaria, para que não haja uma lacuna na instrução processual. Para sanear o procedimento irregular, a Divisão de Desenvolvimento solicitou junto a Divisão de Obtenção que encaminhasse não só a cópia das portarias de criação atuais, bem como a de todos os projetos de assentamentos antigos para serem anexadas aos autos; Quanto à ausência de Recibo de Entrega da Norma de Execução e da Instrução Normativa, informamos que nossos técnicos já foram orientados para atender a tal procedimento e será agendada reunião de instrução com os mesmos com vistas a fortalecer nossos instrumentos. Em relação ao Manual de Aplicação do Crédito Instalação, foi instituído juridicamente, mas não foi finalizada sua elaboração pelo INCRA Sede em Brasília, desta feita, ainda não está em utilização. Mas o Setor de Crédito/ Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento já elaborou um roteiro/ Check List para orientar a equipe técnica, desde a formalização do processo de crédito instalação, passando por sua operacionalização, aplicação e fechamento das prestações de contas; Os contratos de crédito instalação, detém hoje, três (03) páginas para cada modalidade em execução. Se citarmos aqui todas as modalidades de crédito disponíveis e de acesso para cada família beneficiária, cada uma delas somará o total de sete (07) modalidades, incluindo-se a complementação, totalizando vinte e uma páginas (21) de contratos assinados por família. Em um Projeto de Assentamento com cem (100) famílias, onde os processos são manuseados cotidianamente e inseridos a estes não só os instrumentos obrigatórios, discricionários, despachos e contratos, chegarão ainda no início do I volume a mais de duas mil e duzentas (2.200) páginas, inviabilizando seu manuseio diário para execução financeira. Na SR-22/AL, Setor de Crédito, todos os projetos de assentamento mantêm seus contratos assinados, porém, em pastas separadas ao processo de liberação para que possam ser manuseados cotidianamente. A sugestão é que haja uma alteração da forma jurídica aplicada hoje para que não sejamos penalizados ou pela descontinuidade ou pela impossibilidade de manuseio; Em relação à ausência de planejamento para implantação dos projetos de assentamentos informamos que, as liberações de recursos do crédito instalação são amparadas pela Norma nº: 79, de 26 de dezembro de 2008, e nela consta	

que o planejamento se dá através da prestação de serviços de Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES, dos Planos de Aplicação que descrevem as ações a serem implementadas. Quando não há prestação de serviço de ATES no PA, o técnico da comissão de Crédito do INCRA fará essa parte de planejamento e elaboração dos Planos Produtivos. Cabe informar que o crédito instalação não possuía até pouco tempo um engenheiro agrônomo para executar um planejamento básico e acompanhamento das atividades, não tínhamos nenhum técnico especializado para fiscalizar as modalidades de crédito apoio inicial e fomento. Após um remanejamento foram deslocados dois engenheiros agrônomos para auxiliarem na concessão, monitoramento e fiscalização das modalidades citadas;

Modalidade Aquisição de Material de Construção/Construção – Devemos entender a modalidade como dita: Aquisição de materiais, é assim tratado o crédito, para adquirir materiais. Apesar de ser sua aquisição específica para construção de unidades habitacionais e/ou, a referida obra não deverá receber o mesmo tratamento e rigor das obras de infraestrutura, mesmo porque são os próprios assentados que constroem suas casas em regime de autogestão/ mutirão, com um valor pequeno destinado a mão de obra, sem a interferência de construtoras. A aquisição de matérias é liberada por etapas e a mão-de-obra de acordo com a evolução da obra. Os materiais são liberados para que a casa chegue até o ponto de coberta e após o restante do material de acabamento. Os relatórios produzidos hoje mostram o registro fotográfico e a amostragem do que está sendo aplicado. Com o fito em atender as recomendações, está sendo elaborado um novo instrumento de controle pela equipe de fiscalização da infraestrutura para melhor instrução processual, inclusive do PA Pedro Cristalina/Pedra Grande;

Em relação à instrução e ao controle relativo a evolução dos processos, é fato a deficiência. O Setor de Crédito é composto por duas digitadoras, dois engenheiros agrônomos, um técnico em edificação, dois assistentes técnicos e um administrador. O número reduzido de servidores nessa SR-22/AL contribui significativamente para as ocorrências destas fragilidades diversas. A realização de um novo concurso público seria uma ação fundamental para sanar muitos dos problemas e fragilidades ora elencados no Relatório Anual de Contas do INCRA. Outro evento que contribui para a fragilização dos processos é a ausência de um manual orientador das atividades. Ciente da dificuldade, a Chefia da Divisão de Desenvolvimento e a Asseguradora de Crédito, no exercício pretérito elaborou uma proposta, que por sua vez, foi apresentada e discutida em reunião de trabalho para ajustar os procedimentos, porém, não conseguimos avançar o suficiente. Desta feita, instrumentos de controle serão criados para atender ao relatório anual de contas; Será constituído um Grupo de Trabalho para saneamento e instrução de todos os processos administrativos do Setor de Crédito.

✓**PRAZO DE ATENDIMENTO:** 30/DEZ/2013

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201203480	4.1.3.1	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Constatação - Deficiências no atendimento aos objetivos do Programa 0137 e ausência de controle administrativo			

para cobrança do crédito instalação.

Recomendação 1: Articular com a sede do INCRA, providências no sentido de estruturar a cobrança e programar o recebimento de valores, criando formas de coibir a inadimplência dos beneficiados.

Recomendação 2: Criar um plano de ação, juntamente com a sede do INCRA, para registrar contabilmente uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Gabinete

Justificativa para o seu não cumprimento:

III.4.1.3.1. MANIFESTAÇÃO DO GESTOR EM RELAÇÃO À CONTABILIDADE

Em resposta através do e-mail a Ilustríssima Conceição informa que no âmbito da desta Autarquia esta sendo em elaboração, o Sistema de Cobrança do Crédito – SICCI cuja implantação ainda não tem data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão em curto prazo sua operacionalização.

A informação provavelmente será repassada a todas as SR.

Como também, vamos oficializar a Sede solicitando o plano de estruturação e operacionalização do programa.

✓PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS (ÁREA TÉCNICA):

Em relação à aquisição de animais (bovinos) no PA Pedra Grande/Pedra Cristalina informou que, na época da liberação da referida modalidade de crédito as ações estavam fragilizadas devido ao reduzido número de técnicos envolvidos na fiscalização e aplicação dos créditos. O Plano de Aplicação apresentado foi elaborado em parceria com as equipes da antiga ATES e as ações previstas aprovadas pela maioria dos assentados em assembleia realizada no PA. Antes das liberações, ainda na assinatura dos contratos é realizada reunião de trabalho dos técnicos do INCRA com a comunidade e a equipe de ATES para apresentação da Norma, esclarecimento de dúvidas, mas ainda assim os desvirtuamentos ocorrem e se existe a premissa de “fundo perdido” não se trata de falta de informação quanto a cobrança, mas sim de comentários implementados pelos próprios assentados quanto a possibilidade de anistia parcial ou total dos créditos.

Em continuidade, esta gestão acata o Acórdão nº 578/2010 TCU – Plenário e Acórdão nº 6184/2011 1ª Câmara, que trata: Os valores a título Crédito Instalação constituem-se em créditos a receber por parte da União, dada a natureza do empréstimo desta rubrica. Neste contexto, por intermédio do Memo/INCRA/446/DD/2012 e MEMO CIRCULAR CONJUNTO DA/DD/PFE/502/2011 e Memo/INCRA/446/DD/2012, com cópias em apenso que solicitou o levantamento e o saneamento dos processos de crédito instalação. Dentre as nossas incumbências em realização, foram estimados o saneamento e o levantamento de quatro (04) processos de projetos de assentamentos por mês com vistas ao levantamento total de créditos liberados para cobrança. Após tal levantamento, os recursos deverão ser individualizados e corrigidos monetariamente de acordo com todos os instrumentos jurídicos vigentes, respeitando-se a carência de três e oito anos;

Para execução de tal tarefa será necessário à constituição de um programa de cobrança específico, a construção de uma carteira de assentados com um banco de dados para inserção de valores e equipe técnica especializada em cobrança. Tais procedimentos dependem do INCRA Sede para o início da cobrança.

A Instrução Normativa nº: 64, de 21 de outubro de 2010, bem como, a Instrução Normativa nº: 69, de 06 de dezembro de 2011, estabelecem

os procedimentos para cobrança dos créditos, porém, a edição não é suficiente para que as SR's realizem a tarefa. Estamos aguardando a finalização do Sistema de Cobrança do Programa de Crédito Instalação e dos demais instrumentos de tecnologia da Informação para darmos continuidade a atividade, sendo assim, não poderemos mensurar a data de início da cobrança.

•PRAZO DE ATENDIMENTO: Aguardando agenda a ser definida pelo INCRA Sede/Brasília.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor e implantação do sistema.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201203480	4.2.2.1	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Constatação - Restrições à competitividade na Concorrência Pública 001/2011: não parcelamento do objeto e exigência de vistoria in loco no local onde será realizada a obra.			
Recomendação 1: Reavaliar os mecanismos de controles internos existentes com o objetivo de garantir maior competitividade nas licitações desta Superintendência.			
Recomendação 2: Adotar providências com o intuito de cumprir o que determina o art. 23, § 1º da Lei 8666/93, a fim de garantir o parcelamento dos objetos a serem contratados, sempre que se comprove sua viabilidade técnica e econômica.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Na licitação modalidade concorrência pública do ano em curso já virá dividida em lotes conforme recomendação da lei 8.666/93 e também da CGU e do TCU, visto que apesar de continuarmos com o mesmo corpo técnico, os serviços de fiscalização de obras anteriores e de convênios já chegou a um patamar que dá para absorver mais contratos, situação que apesar de difícil diante dos problemas elencados acima, já é muito melhor do que na da decisão do ano passado onde nossos técnicos estavam empenhados no acompanhamento de muitos contratos e convênios fiscalizados pelos órgãos de controle, demandando um esforço quase hercúleo, e como o orçamento de 2011 só fora liberado meados de setembro de 2011 e, como também não havia nem homologação do concurso público para o cargo de engenheiro civil nem possibilidade de novas contratações, ou seja, não havia previsão para novos profissionais no quadro nem de nível superior, nem de nível médio que pudessem ajudar na fiscalização e acompanhamento destas tarefas, a execução das obras licitadas seria apenas em três municípios, com obras ao mesmo tempo nas estradas vicinais destes projetos de assentamentos: reconstrução de estradas vicinais e de construção de pontes em vários pontos, do enxugamento das planilhas com relação aos itens barracão para melhor logística e diminuição de custos para a Autarquia com itens que poderiam ser dispensados, dificuldade de logística, diárias e outros implicadores, como a falta de capacitação para outros servidores que precisam também assumir a comissão de licitação e acompanhar todas as discussões sobre o processo licitatório, capacitação constante, falta de pessoal, dentre esses e outros fatores se optou pela licitação em um único lote, entretanto vale ressaltar que nos anos de 2006 a 2009 esta regra de divisão por lotes foi seguida, mas como houve perda de vários funcionários para outros órgãos públicos o simples fato de discutir e alertar sobre as normas e preceitos da administração passaram despercebidos, sem nenhum intuito de causar prejuízo ao erário público, ou tentar prevalecer que empresa “a” ou “b” participassem do certame, bom lembrar que houve publicação, no siapnet, siasg, jornal de circulação local, diário Oficial da União, colocação de quadro de avisos dentro da Autarquia, divulgação entre as empresas do estado de Alagoas dentre outras ações. Tanto é assim que mais de 15 empresas pegaram o edital com interesse em concorrer na licitação.			

Da mesma forma o fato de constar nos autos do processo licitatório que o licitante deveria conhecer o lugar onde iria ser realizada a obra de infraestrutura se deu porque em condições normais de tempo estável estas regiões são de fácil acesso, entretanto se a execução se desse em períodos chuvosos ou na colheita da cana muitos riscos poderiam aumentar, consideravelmente devido ao tipo de solo, queimadas, solos argilosos rios caudalosos, trânsito pesado com bitrens carregados de cana-de-açúcar, consequentemente os custos operacionais de instalação e manutenção dos canteiros de obras, tanto é assim que em três anos seguidos Jacuípe, Matriz do Camaragibe e São Luís Do Quitunde figuraram como cidades que tiveram enchentes, alagamentos, quedas de pontes e de barreiras entrando todos estes últimos anos no estado de Calamidade pública e de emergência e, portanto os riscos para não realização da obra ou abandono por conta de não conhecer a região ou outros prejuízos seriam grandes.

Entretanto a licitação de 2012 este item sobre a necessidade do conhecimento do local da obra será suprimido para que não conste do processo licitatório e assim alcançar o máximo de empresas possíveis levando em consideração não só o que dita a legislação da 8.666/93 e suas inovações como também a recomendação da CGU como também do TCU. Assim que a licitação estiver em curso encaminharemos cópia da mesma para que tenha os parâmetros acima observados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201203480	4.2.2.2	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:

Constatação - **Falhas detectadas na fase interna da Concorrência Pública 001/2011.**

Recomendação 1: Reavaliar os mecanismos de controles internos existentes com o objetivo de que não seja dada publicidade nas licitações em que haja deficiências na fase interna do certame.

Recomendação 2: Fazer constar nas licitações de obras toda documentação técnica necessária, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93.

Recomendação 3: Apresentar a seguinte documentação ausente no processo nº 54.360.001024/2011-87: ART do projeto; CREA dos responsáveis pelos projetos preliminares; projetos originais assinados; cotações para avaliação do preço de mercado; e projeto básico das localidades dos P.A. São José dos Milagres e P.A. Espírito Santo.

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete/Desenvolvimento	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Na licitação em curso deste ano devido a todos os fatos relatados no item anterior de que apesar do número reduzido de pessoas nessa superintendência, com uma divisão melhor de atividades e delegação de competência para outras pessoas, dando uma distribuição melhor das funções relativas a todo o processo com a mudança de toda a equipe que compõe a comissão de licitação, a capacitação da nova equipe, e com a diminuição das tarefas com o recebimento de várias obras e de convênios finalizados sobrar tempo para melhorar todo o procedimento administrativo na colocação de peças importantes para melhor instrução de todo o processo licitatório, saneando ele por completo e dando tempo hábil até para a jurídica observar qualquer falha ou peça fundamental que não esteja ainda acostada aos autos. É bom salientar que o processo licitatório do ano passado onde se deu a concorrência pública CP 01/2011 compareceram a esta superintendência mais de 15 empresas e nenhum ato de impugnação ao edital ou as peças nele contidas fora objeto de

recursos ou de impugnação, valendo ainda a lei de mercado que compareceu e ofertou o preço mais em conta para a administração pública. Onde foram observados os preceitos da administração pública da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da legalidade e da eficiência no serviço público.

As recomendações da CGU serão seguidas a cabo para que se consiga o melhor trâmite processual possível, dando segurança jurídica não só a gestão como também a todo o setor público, quando da colocação de documentos necessários será seguido uma padronização elencada na lei e será revisto tanto quantas vezes sejam necessários até que o processo possa ser publicado e dar a certeza que todas as dúvidas se por acaso existir serão sanadas durante o processo licitatório.

Será notificada a empresa que elaborou os projetos para que a mesma forneça plantas assinadas pelo responsável técnico bem como apresente novamente cópias dos projetos dos PA São Miguel dos Milagres e PA Espírito Santo para sanar as dúvidas existentes.

Está sendo elaborado uma tabela para comparações de preços levando em consideração os preços publicados pelo DNIT/SICRO 2 base setembro/2011 para que se tenha uma mensuração melhor dos preços e se tenha este parâmetro acostados aos autos para se dirimir quaisquer dúvidas sobre valores planilhados e licitados e não paire dúvidas sobre sobrepreço ou inexecução de serviços. Temos um técnico se capacitando em especialização de estradas vicinais e ampliaremos nossas capacitações em licitações, elaborações de editais, fiscalização, informática e outras áreas para melhor atender a demanda desta superintendência.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. **Fatores negativos:** redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201203480	4.2.2.3	Ofício nº 22.032/2012 -CGU- Regional/AL

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144

Descrição da Recomendação:

Constatação - **Imprecisão nos itens previstos no BDI da proposta vencedora da Concorrência Pública 001/2011, poderá causar prejuízo potencial ao erário.**

Recomendação 1: Oficiar a empresa contratada, para que sejam detalhados as composições dos custos indiretos da obra em questão, sobretudo, apresentando informações sobre a parcela de risco contida no BDI, bem como, os custos de administração local.

Recomendação 2: Utilizar, se for o caso, de sua prerrogativa prevista no Artigo 58, Inciso I, que dispõe sobre a permissão de modificar, unilateralmente, seus contratos administrativos, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando a revisão das cláusulas econômico-financeiras do contrato para que se mantenha o equilíbrio contratual, procedendo ao ajuste conforme citado na constatação.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Justificativa para o seu não cumprimento:

A empresa foi notificada com os itens apresentados pela controladoria para que responda sobre os questionamentos elencados com a maior brevidade possível e assim que tivermos as respostas encaminharemos para a

Controladoria geral e sanear as dúvidas existentes.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	201203480	4.2.2.4	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Constatação - Imprecisão na definição do regime de execução na Concorrência Pública 001/2011.			
Recomendação 1: Formular um termo aditivo a fim de ajustar o regime de execução do Contrato em questão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O termo aditivo para mudança do tipo de regime de execução do contrato já foi elaborado e está sendo examinado para que seja dado parecer pela procuradoria jurídica desta SR-22/AL. Bom salientar que houve transferências de Procuradores e isso acarretou atrasos nos procedimentos, mas que já estão sendo tomadas as providências para a adequação do regime de execução. E assim que tivermos cópia do parecer e do termo de aditivo publicado encaminharemos a esta Controladoria Geral da União para darmos prosseguimento ao contrato bem como informar que a próxima licitação já virá com o regime de execução com pagamento unitário sendo o mais adequado para as ações do Incra no que concerne a obras de infraestrutura nos assentamentos devido as suas peculiaridades e quantidades de projetos de assentamentos e a imprecisão de recursos orçamentários que chegam todos os anos para este tipo de ação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201203480	5.1.1.1	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Constatação - Ausência de segregação de funções na área de obras e RH.			
Recomendação 1: Criar mecanismos que permitam a segregação de funções, sobretudo nos dois casos citados na constatação.			
Recomendação 2: Promover a emissão de Ordem de Serviço de Fiscalização específica para cada obra, observando a			

necessidade da segregação de funções.			
Recomendação 3: Articular junto com a sede do INCRA a convocação de concursos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Estamos executando processo de remanejamento de uma Servidora do Cargo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, com formação em Administração, para o setor de Recursos Humanos, com objetivo não só de redistribuir a massa de serviço existente naquele setor, como principalmente segregar as funções do setor de Recursos Humanos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	201203480	5.1.1.2.	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Constatação - Deficiências nos controles internos adotados no INCRA/AL.			
Recomendação 1: Criar Grupo de Trabalho com o objetivo de reavaliar os mecanismos e procedimentos utilizados nesta Superintendência de modo a aprimorar os seguintes componentes de controle interno: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.			
Recomendação 2: Adotar medidas com vistas a sanar as deficiências detectadas no ambiente de controle e na avaliação de risco, bem como, os pontos fracos existentes nas áreas de licitação e recursos humanos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Estamos criando um grupo de trabalho composto por servidores das áreas de Recursos Humanos, Administração, Finanças, Contabilidade, Planejamento/Controle e membros da Comissão de Licitação, com objetivo de reavaliar todos os procedimentos de controle em funcionamento nestas áreas, identificando os pontos fracos para que sejam aprimorados, bem como desenvolvendo novas metodologias de controle e monitoramento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	201203480	5.1.2.1	Ofício nº 22.032/2012 –CGU -

			Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Constatação - Fuga ao processo licitatório, na concessão de suprimentos de fundos para despesas com combustíveis, cujo montante corresponde a R\$ 97.746,44.			
Recomendação 1: Realizar procedimento licitatório com vistas a garantir o abastecimento regular de sua frota de veículos na capital e no interior.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete/Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Foi aberto um processo sob nº 54360.000164/2012 - 19 cujo objeto é a Contratação de empresa, visando ao fornecimento de combustíveis para abastecimento de frota de veículos terrestres do INCRA/SR-22/AL (gasolina e óleo diesel), em objeto de serviços, conforme especificações, localidades e quantidades a seguir discriminadas: Região Metropolitana de Maceió - MUNICÍPIO – Maceió, 2 - Região – Zona da Mata, 3 - Região Litoral Norte, 4 - Região – Agreste e 5 - Região – Sertão. A finalidade do processo licitatório em questão é a fuga ao processo licitatório, na concessão de suprimentos de fundos para despesas com combustíveis. Em relação à 1ª Região – Maceió houve um posto vencedor onde já houve a Contratação. Porém, nas outras regiões apresentou licitação deserta. Então, em reunião com CDR em que ficou acordado a reprodução da licitação caso ocorram à deserta de novo, será realizada a contratação direta onde serão mantidas todas as condições previamente estabelecidas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	201203480	5.1.2.2.	Ofício nº 22.032/2012 -CGU-Regional/AL
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Constatação - Licitação para contratação de serviços técnicos com encargos sociais superestimados nos contratos 3.000/2010 e 3.000/2011, gerando prejuízo potencial ao erário no montante de R\$ 80.492,04.			
Recomendação 1: Utilizar de sua prerrogativa prevista no Artigo 58, Inciso I, que dispõe sobre a permissão de modificar, unilateralmente, seus contratos administrativos, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando a revisão das cláusulas econômico-financeiras do contrato para que se mantenha o equilíbrio contratual, procedendo ao ajuste conforme citado na constatação.			
Recomendação 2: Realizar levantamento dos pagamentos realizados a maior para a empresa Elimar – Prestadora de Serviços em geral Ltda., CNPJ nº 01.182.827/0001-26, desde o começo dos contratos CRT/AL/nº 3.000/2011 e CRT/AL/nº 3.000/2010, afim de garantir o ressarcimento ao erário.			
Recomendação 3: Fazer constar em futuras licitações, previsão de ajuste contratual após a licitação, para corrigir os			

encargos sociais de empresas que possuem incentivo fiscal.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Fato proveniente da Reunião conjunta realizada em 15JUN2012, na sede onde participaram: a Gestão, Administração, Procuradoria, o Representante Legal da empresa e as suas advogadas em que a Superintendente sugeriu que a entidade como forma de evitar parada no serviço público, isto é, manter a continuidade do serviço público: I)A realizar o levantamento de todos os pagamentos efetuados à Empresa, desde o início do contrato, a fim de garantir o ressarcimento ao erário; II)A modificação unilateral do contrato administrativo para melhor adequação às finalidades de interesse público, procedendo-se aos ajustes necessários em função da irregularidade detectada, e respeitando-se as revisões das cláusulas econômico-financeiras do contrato para que se mantenha o equilíbrio contratual; III)A empresa apresente uma revisão em sua planilha como ajuste com a finalidade de confrontá-la. IV)Essa revisão deveria a entidade apresentar a planilha de sua realidade tributária conexo com as convenções coletivas de trabalho. De modo que a revisão apresentada pela entidade de sua Planilha de Custos e Formação de Preços de Repactuação e reequilíbrio econômico financeiro seja analisada pelo Setor de Cálculos desta Superintendência. As Analise das planilhas partiu da comparação do GRUPO e ITEM que apresentaram distorção em relação à planilha do INCRA/AL versus a planilha revisada apresentada pela Contratada, isto é, confrontando com as apresentadas pela Autarquia. Após o confronto das planilhas, buscamos verificar o levantamento de todos os pagamentos efetuados à Empresa, desde o início do contrato, a fim de garantir o ressarcimento ao erário, com isso procurando uma forma de evitar parada no serviço público, ou seja, manter a continuidade do serviço público em uma tentativa conjunta com a entidade, gestão e procuradoria. O confronto tem a finalidade de verificarmos a consistência das informações a ser inseridas nos autos em consonância o que foram argumentados e apresentados, buscando adequação dos preços contratuais aos novos preços de mercado. Os cálculos exposto nas planilhas dos levantamentos em relação os pagamentos efetuados à Empresa foram realizados as compensações financeiras de acordo com o surgimento de cada Convenção Coletiva do Trabalho - CCT, ou seja, os efeitos financeiros advindos do direito devem incidir a partir da ocorrência de seu fato gerador (CCT), mantendo-se a relação original entre encargos e vantagem vinculados a CCT. <u>Nota: Todos os contratos que estão vinculados a Autarquia em que as entidades que são optantes pelo SIMPLES NACIONAL serão realizadas revisão em suas Planilha de Custos e Formação de Preços de Repactuação e Reequilíbrio Econômico Financeiro.</u>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Fatores positivos: conscientização e apoio do “controle interno em lacunas”, ou seja, o controle interno deve ser entendido como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanta a Alta Administração, como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas estabelecidos sejam atingidos. Essas ações têm a finalidade de conferir precisão e confiabilidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas administrativas prescritas. Fatores negativos: redução do quadro funcional, ou seja, falta de contingente humano, acarretando acúmulo de demanda para o servidor.	

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

As informações da Unidade de Auditoria Interna estão descritas no item 3.1 (Estrutura de Governança) deste Relatório. Tal item revela que a Auditoria está localizada na Sede, em Brasília, e não faz parte fisicamente das regionais. Assim, toda atividade atrelada à Auditoria Interna é realizada por Brasília, em consonância com seus normativos regulamentadores.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	14	16	16
	Entregaram a DBR	14	16	16
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Divisão de Administração (Setorial de Recursos Humanos).

10.3.1.1 Análise Crítica

O setor de Recursos Humanos é responsável pelo gerenciamento, através de planilha, das DBR's, assim como seu arquivamento que deve ser feito em envelope pardo lacrado e posto na pasta funcional do servidor, quando for o caso. Atualmente todos os servidores obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR o fizeram através de autorização eletrônica para acesso às informações constantes da base de dados da Recita Federal do Brasil. Apesar de o setor gerenciar a atualização das DBR's, não é feita nenhuma análise de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida. Informamos, ainda que os servidores que não entregarem a DBR, serão notificados.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
Eu, CLAUDEMIRA SILVA DE OLIVEIRA, CPF nº 259.653.014-72, AGENTE DE PORTARIA, exercido na INCRA/AL declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Maceió –AL, 11 de março de 2013.
 CLAUDEMIRA SILVA DE OLIVEIRA 259.653.014-72 Agente de Portaria /INCRA/AL

11. Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Não houve aplicação da NBC T 16.09, norma que descreve os procedimentos contábeis em relação à Depreciação, Amortização e Exaustão. A não aplicabilidade dessa norma tange ao item Depreciação, que significa a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Os outros itens, como Amortização e Exaustão, não se aplica em nosso balanço pelos seguintes motivos:

- Amortização representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado – NÃO É APLICADO EM NOSSO PLANO DE CONTAS;
- Exaustão representa a redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis - NÃO É APLICADO EM NOSSO PLANO DE CONTA;

A NBC T 16.10 está sendo aplicada parcialmente, ou seja, a parcialidade da aplicação relaciona o valor real da avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais, onde estão incluídos os direitos, os títulos de créditos e as obrigações, sendo mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram, onde foi inserida na Demonstração a instituição da conta à antiga “Provisões para Devedores Duvidosos” ou “Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa”, agora chamada de “PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PECLD”, que é conta retificadora de Duplicatas a Receber. Como também, a mensuração do Ativo Imobilizado que se refere aos elementos do ativo imobilizado que tenham vida útil econômica limitada, ficando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

Em relação a não aplicação da NBC T 16.09 – Depreciação, Amortização e Exaustão em Entidades do Setor Público -, essa não aplicabilidade baseia-se nos informes abaixo elencados.

Em relação ano de 2011, as principais práticas contábeis adotadas, referente à depreciação dos ativos imobilizados, foi aberto o processo sob o nº 54360.001267/2011-10 para registrar a metodologia

de depreciação e ajuste ao valor de mercado. O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Redução dos equipamentos de informática e veículos em dezembro de 2011 (a cada quatro anos);
- A depreciação é computada pelo método linear, a taxas anuais que consideram as estimativas de vida útil econômica dos bens, sendo a de veículo – 6,67% ao ano;
- Equipamentos de Processamentos de Dados – 20% ao ano; aparelhos de utensílios domésticos – 10%.

Porém, no ano de 2012, devido à reestruturação da SR, onde ocorreram várias mudanças e outras ainda estão por acontecer, não realizamos a depreciação dos ativos imobilizados, fatos ensejados pelos seguintes motivos:

- Reestruturação (pessoal e física) da SR onde ocorreram várias mudanças e que está para acontecer. Em relação à estrutura de pessoal temos:
 - ➔ A saída do atual Administrador da Setorial Contábil para Setor de Administração, ou seja, passando a ser o Chefe da Administração;
 - ➔ A reestruturação do Setor de RH onde no seu corpo de trabalho havia um Contador trabalhando neste Setor. De maneira que, relocamos uma Servidora para este Setor e buscamos relocar mais 02 (dois) Servidores para este Setor. Porém, nesta relocação o Contador ficou ainda neste Setor para repassar todas as demandas administrativas e operacionais do Setor. Reforçamos que a Gestão/AL/Sede deverá trazer servidores para reforçar a atividade meio.
 - ➔ Hoje a estrutura da Setorial Contábil é composta por 01 (um) técnico de Contabilidade para uma grande demanda contábil, ou seja, muitos serviços para único Servidor. Destaque-se que como forma de gerenciamento e de comprometimento com a unidade, o Administrador que é também Contador, acumulou alguns serviços contábeis com intuito de não pararmos a unidade como exemplo: Presidente do Grupo de Trabalho e Execução (Convênios), Presidente da CP-TCE, Assistente Contábil em Processos Judiciais e Administrativos e Administrador da Unidade;
 - ➔ O atual técnico não havia recebido capacitação para esse treinamento;
 - ➔ Contador que pertence ainda ao quadro do RH passou a ser hoje o pregoeiro oficial da SR;
 - ➔ Os integrantes do Setor Financeiro foram treinados e capacitados no SIASG e SICON na função de empenho, publicação e lançamento do cronograma de contratos.

▪ Reestruturação Física:

- ➔ Adquirimos, no final do exercício, vários móveis para unidade e a Responsável pelo Patrimônio não teve tempo de reclassificar e classificar os bens que deveriam ser depreciados,
- ➔ É o processo sob o nº 54360.001267/2011-10 estava em Brasília fato relatado pela Responsável pelo Patrimônio.

Na área de aplicação da NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público -, é comum o aparecimento de devedores insolváveis, de modo que se pode prever, o aparecimento de algum prejuízo.

Dessa forma, se nos basearmos na premissa de que o Balanço deve retratar o mais fielmente possível a situação financeira e patrimonial de uma entidade, os títulos a receber deveriam aparecer no Balanço com o saldo correspondente ao montante líquido dos títulos que provavelmente serão recebidos.

Por outro lado, como se sabe, a conta de Resultado deve ser debitada no fim de cada período por todas as despesas e perdas relativas ao período. A perda decorrente de débitos provavelmente insolváveis deve, portanto, pesar negativamente no resultado do exercício.

Os prejuízos futuros não podem, obviamente, ser previstos com grande precisão. Por esse motivo, a provisão é sempre baseada em uma estimativa.

O cálculo dessa estimativa pode ser feito de diversas maneiras, e as mais usadas são as seguintes:

- Pela análise individual dos devedores, verificando-se em cada caso a possibilidade de recebimento futuro. Essa análise deve levar em consideração, principalmente, os débitos já vencidos e os pertencentes a pessoas ou empresas que estejam em dificuldades financeiras. Evidenciados os débitos de liquidação duvidosa, são eles somados, do que resulta o valor a ser adotado para a constituição da provisão.
- Pela determinação da provisão mediante a aplicação de uma percentagem sobre vendas. A percentagem deve ser escolhida com base na experiência anterior da empresa.
- Pela determinação da provisão mediante a aplicação de uma percentual sobre o saldo dos créditos a receber no fim do ano. Esta é a maneira utilizada pela grande maioria das empresas brasileiras.

A adoção da conta Provisão deve-se à característica de incerteza que cerca o evento e o valor do ativo. O Acórdão do TCU nº 6185/2011 da 1ª Câmara apresenta os seguintes descritivos em relação a créditos de liquidação duvidosa:

20. Sobre a questão, coleciono trechos da proposta de deliberação condutora do Acórdão TCU nº 578/2010 - Plenário:

"20. Os valores a título de crédito instalação constituem-se créditos a receber por parte da União, dada a natureza de empréstimo desta rubrica. No tocante a esse aspecto, considero oportuno resgatar importante trecho da proposta de deliberação condutora do Acórdão TCU nº 578/2010 - Plenário. Naquela oportunidade, discorri sobre os montantes relevantes e crescentes de valores registrados em "Créditos a Receber" (de Parceleiros), "Títulos e Valores de Curto Prazo" (basicamente Títulos da Dívida Agrária - TDA), "Créditos da União, Estados e Municípios" e "Empréstimos e Financiamentos" (basicamente Crédito Instalação), constantes do balanço do Incra-Sede, o qual perfaziam uma carteira de recebíveis na casa dos R\$ 10 bilhões:

'96. A análise das demonstrações contábeis do Incra, acostadas às fls. 96 a 141, evidencia haver rubricas de elevada materialidade que merecem escrutínio pormenorizado, para verificar se há erros ou fraudes. Os erros e fraudes eventualmente existentes nos valores das contas contábeis não estão apenas relacionados a seu registro - valores, eventos, rubricas - mas podem, também, estar relacionados ao próprio ato de gestão em si, cabendo ao balanços, neste caso, transparecer tais atos de gestão.

(...)

100. A conta "Empréstimos e Financiamentos" é formada basicamente pelo valor concedido no âmbito do programa Crédito Instalação. Na gestão desse processo, o Incra atua como uma "instituição financeira", mesmo não pertencendo ao Sistema Financeiro Nacional, gerenciando uma carteira de recebíveis considerável, formada 100% por recursos da fonte 100 (Tesouro Nacional), que, por sua vez, é fruto, essencialmente, de impostos. Prematura qualquer opinião sobre

a adequabilidade da gestão de um processo de cunho financeiro por uma autarquia de natureza não-financeira, mas é inevitável se pensar que qualquer recebível se submete a um feixe de gradação sobre sua liquidez, o que requer o registro de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, de forma a ajustar o valor o balanço ao valor provável de recebimento no momento sob análise.

101. A STN, em seu Manual da Dívida Ativa (Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009), já indicava, em 2006, a necessidade de contabilização de uma provisão para recebíveis dessa natureza. O Conselho Monetário Nacional (CMN) determina, por intermédio da Resolução CMN nº 2.682/1999, que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por aquela autarquia classifiquem suas operações de crédito em ordem crescente de risco em níveis que variam de AA a H.

102. A unidade técnica consignou em sua proposta de encaminhamento (fls. 2.133):

'6.59.3. Determinar ao Incra que adote providências, no prazo de 60 dias, para reaver os créditos concedidos e registrados na conta 1.2.2.3.1.0000 – Empréstimos Concedidos, operacionalizando cobrança de créditos concedidos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, que consista no mínimo em:

6.59.3.1. inscrição dos créditos vencidos na Dívida Ativa da Fazenda, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980;

6.59.3.2. inscrição dos devedores inadimplentes no Cadín, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006;

6.59.3.3 avaliação da possibilidade de inscrição dos devedores inadimplentes nos principais órgãos de proteção ao crédito, principalmente nos casos em que for constatado fraude ou má fé.'

103. A gestão dos recebíveis é fundamental para o sucesso de uma política pública baseada em concessão de créditos pelos incentivos adversos que pode gerar. O empréstimo a beneficiários de assentamentos é um dos pilares

da política de reforma agrária e uma das principais linhas de atuação do Incra.

104. O Incra deve registrar provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme dispõe a Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 para os valores contabilizados em contas de ativo recebível, classificando os créditos conforme sua liquidez.

(...)' (grifei)

21.Portanto, a Portaria STN nº 564/2004, atualizada pelas Portarias STN nº 467/2009, nº 664/2010 e nº 406/2011, já dispõe sobre a necessidade de contabilização da respectiva provisão. Para o exercício em comento, estava em vigor a Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008, a qual dispunha:

'A constituição do ajuste para redução a valor recuperável sobre contas a receber encerra um caráter de incerteza, pela própria natureza futura de realização dos recebimentos. (...).

Logo, devem ser levados em consideração diversos aspectos para uma correta mensuração da provisão, de modo a não superestimar e nem subavaliar o Patrimônio Real do Ente Público.

A mensuração da provisão deve seguir, prioritariamente, os parâmetros elencados no item anterior, balizados em estudos especializados que delineiem e qualifiquem os créditos inscritos, de modo a permitir o cálculo do valor justo do ativo.' (grifei).

22.Analisei a mesma questão, no tocante ao Incra/AP (SR (21)), no Acórdão TCU nº 5269/2011 - Primeira Câmara:

"23. Sendo assim, com base nestes normativos, não se pode afirmar que as contas expressem de forma clara e objetiva a exatidão dos demonstrativos contábeis, o que impõe a consideração de ressalva.

24. Deve, ainda, esta Corte cientificar o Incra/AP (SR(21)) e o Incra-Sede sobre a necessidade observar a regulamentação vigente sobre a matéria e determinar a essas unidades

jurisdicionadas que mensurem o valor e constituam a respectiva provisão a que se refere os normativos supracitados.

25. Ainda sobre o tema, registro também que a Lei nº 12.249/2010, estabeleceu que compete ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

'Art. 6º. São atribuições do Conselho Federal de Contabilidade:

(...)

f) regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional'. (grifei)

26. Amparado no disposto na alínea 'f', o CFC emitiu a Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprovou a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, que dispõe a respeito da necessidade de constituição de provisões para direitos e títulos de crédito por parte do setor público, em consonância com as normas exaradas pelas STN:

'CRÉDITOS E DÍVIDAS

7. Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

(...)

11. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.' (grifei)

27. Essa norma ainda não era aplicável, de forma obrigatória, para os fatos ocorridos até o exercício financeiro a que se refere estas contas (2009). Contudo, tornou-se obrigatória para os fatos ocorridos e contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme disposto no seu art. 2º.

28. A Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, determina que as demonstrações contábeis devem ser apresentadas nos moldes estabelecidos pela (NBC 16.6), ou seja, contemplando o respectivo ajuste ao valor recebível do ativo em comento:

'PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS QUE DEVEM COMPOR O RELATÓRIO DE GESTÃO

(...)

2. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).'

29. Proceder aos ajustes da carteira de recebíveis não é mera disposição contábil, mas forma de revelar a real dimensão patrimonial desse elemento, bem como municiar os gestores e a com informações relevantes para a tomada de decisão."

A Setorial de Contabilidade de Brasília informa que, no âmbito desta Autarquia, está sendo elaborado o Sistema de Cobrança do Crédito – SICCI - cuja implantação ainda não tem data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento.

Devemos criar um plano de ação, juntamente com a sede do INCRA, para registrar contabilmente uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. Lembramos que todas as articulações contábeis de grande relevância partirão do INCRA/SEDE com intuito de delinear os procedimentos para SR com o objetivo de orientação e execução desses lançamentos.

A par disso, a Diretoria Administrativa do Incra Nacional solicitou que descrevesse no RG 2012 das Superintendências Regionais os seguintes esclarecimentos em relação à cobrança de créditos da Reforma Agrária:

SÍNTESE DAS AÇÕES REALIZADAS

Novembro/2011 a março/2012:

Foram realizados testes no módulo cadastro, verificação dos erros corrigidos pela BSI-Tecnologia e melhoria evolutivas, sendo constatado que parte dos erros haviam sido sanados, contudo outros ficaram pendentes.

Concomitantemente, foram realizados também testes preliminares no módulo cobrança, o qual também apresentou algumas inconsistências.

Março a Abril/2012:

Tendo em vista que o contrato com a empresa BSI-Tecnologia expirava em 24/04/2012 e não seria renovado por solicitação da empresa, foi priorizado o saneamento dos erros do módulo cadastro em detrimento ao módulo cobrança em virtude da ordem de preferência, os quais não foram tempestivamente conclusos.

Abril a Setembro/2012:

Nesse período a Autarquia esteve providenciando os trâmites licitatórios para contratação da nova empresa de tecnologia, visando dar continuidade no desenvolvimento do SICCI, contudo, durante parte de período, os trabalhos ficaram prejudicados em virtude de greve nacional dos servidores.

Em meados de setembro, após a greve, foram retomados os trabalhos, sendo organizada uma apresentação da versão atual do Sistema com a presença de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa, da Diretoria de Gestão Estratégica e da Diretoria de Desenvolvimento, sendo retomado os trabalhos.

Na época, havia sido contratada emergencialmente a empresa IBROWSER – Tecnologia, para a realização de melhorias evolutivas até que se finalizasse o processo de licitação para a contratação da nova empresa.

Outubro/2012:

Nesse período foi constatada a necessidade de acionar a GARANTIA da construção do módulo cadastro do SICCI junto à empresa BSI - Tecnologia, em virtude das divergências verificadas

no sistema e na documentação entregue pela empresa em abril/2012, sendo exigido que a referida empresa realizasse todas as correções de sua responsabilidade, antes da IBROWSER – Tecnologia assumir o projeto.

Novembro/2012:

Nesse período foram testadas e aprovadas as correções realizadas pela BSI-Tecnologia relacionadas a GARANTIA do Sistema, sendo aprovada a documentação e a IBROWSER – Tecnologia assumiu a realização dos trabalhos do módulo CADASTRO.

Diante do compromisso assumido pela IBROWSER – Tecnologia, foram realizadas várias tratativas com a COFIN/STN e Banco do Brasil, visando obter as informações necessárias à parametrização das GRU Cobrança e adesão ao Convênio STN/BB para recebimento do arquivo retorno dos créditos a serem recebidos.

Dezembro/2012:

Os trabalhos relativos ao levantamento dos requisitos necessários para a construção do módulo COBRANÇA foram retomados, inclusive com a participação de técnicos contábeis que avaliaram as regras de cálculos existentes na documentação que já se encontrava finalizada.

No dia 14/12/2012 a IBROWSER – Tecnologia encaminhou resposta a questionamento da Diretoria de Gestão Administrativa, informando que as melhorias do módulo CADASTRO seriam entregues no dia 04/01/2013.

Janeiro/2013:

Diante da eminente entrega dos trabalhos pela IBROWSER – Tecnologia, foram convocados no período 21 a 25 de janeiro, 3 servidores de Superintendências Regionais (MT, PE e PB) para realizar a homologação do MÓDULO CADASTRO.

Infelizmente, no dia 21 de janeiro fomos informados que a empresa IBROWSER – Tecnologia não havia desenvolvido absolutamente nada e que o cronograma apresentado era furado.

Diante da postura da empresa, a Diretoria de Gestão Administrativa requereu ao setor responsável pelo contrato a imediata aplicação das sanções contratuais, bem como solicitou o ressarcimento dos gastos com as diárias e passagens dos técnicos convocados para a homologação.

Fevereiro/2013:

Para não comprometer os trabalhos a Diretoria de Gestão Administrativa enviou para a SR/16-MS em parceria com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentos técnicos de ambas as diretorias para realizar o saneamento do processo de concessão de crédito no Assentamento Bebedouro, visando extrair os dados para o primeiro teste piloto, obviamente após a homologação do sistema.

A Diretoria de Gestão Administrativa, resolveu encerrar as tratativas com a empresa IBROWSER – Tecnologia, face a postura da mesma, optando por aguardar a nova empresa vencedora da licitação.

A empresa vencedora do certame foi SOFTWARE –Tecnologia em Informação.

1ª quinzena de março/2013:

Tão logo a nova empresa assumiu, a DA prontamente solicitou cronograma para retomada dos trabalhos com vistas a homologação do módulo CADASTRO e posterior retomada do módulo COBRANÇA.

A empresa SOFTWARE –Tecnologia estimou o prazo para entrega da interação do módulo CADASTRO em 21/06/2013, conforme relatório de situação entregue no dia 14/03/2013.

AVANÇOS OBTIDOS:

1.Módulo cadastro do sistema praticamente finalizado, restando poucos ajustes, além da homologação;

2.Levantamento de dados para lançamento do Assentamento piloto finalizado (104 famílias e duas modalidades de crédito aplicadas – Apoio Inicial e Aquisição de Material de Construção);

3.Nivelamento com os técnicos indicados pela Diretoria de Desenvolvimento quanto ao saneamento dos processos, haja visto que a responsabilidade pela alimentação do módulo CADASTRO compete a área finalística;

4.Tratativas com a COFIN/STN e com o Banco do Brasil praticamente finalizadas, no tocante a parametrização e emissão de GRU recebimento do arquivo retorno;

5.Possibilidade de início do cadastramento dos créditos concedidos pela área finalística no início do próximo semestre, com base nos processos já saneados;

6.Retomada do desenvolvimento do módulo COBRANÇA concomitantemente com as demais ações, em especial no tocante as melhorias e críticas nas documentações de sistema já produzidas.

REFLEXOS NEGATIVOS

Apesar do enorme, exaustivo e comprovado esforço pela Diretoria de Gestão Administrativa, no momento ainda não é possível:

1.Iniciar a emissão das primeiras GRUs de cobrança, antes da homologação do módulo CADASTRO e de sua respectiva alimentação pela área finalística.

2.Calcular e contabilizar a Provisão para Devedores Duvidosos, uma vez que a mesma é estimada com base nos dados históricos dos créditos a receber comparados com a inadimplência verificada, o que somente pode ser mensurado após o primeiro ano da efetiva cobrança.

CONCLUSÃO

Esclarecemos que foi realizada no dia 15 de março de 2013, na Sede da Autarquia, reunião com técnicos do Tribunal de Contas da União (8ª SECEX), da CGU (DRDAG), sendo explanados todos os itens acima contidos.

Pela Autarquia participaram da reunião o Diretor de Gestão Administrativa, o Diretor de Desenvolvimento do Projetos de Assentamentos – Substituto, o Auditor Chefe, uma Procuradora Federal, além de técnicos das diretorias mencionadas.

Ficou definido que no decorrer no monitoramento que será realizado conjuntamente pelo TCU e pela CGU em 2013, serão acompanhados os avanços obtidos.

Outro aspecto que ficou acertado na reunião, é que, dado à especificidade do tema e até que o Sistema de Cobrança do Crédito Instalação – SICCI entre em produção, este assunto será tratado diretamente pela 8ª SECEX e pela DRDAG, tendo em vista que as Superintendências Regionais não tem como se pronunciar sobre este tema, enquanto o aplicativo não for disponibilizado, motivo pelo qual na hipótese deste assunto ser cobrado pelas representações do TCU e da CGU nos Estados, deve-se informar o pactuado na reunião.

Nota-se que mesmo diante da complexidade do tema, todos os esforços tem sido realizados pela Autarquia, no sentido de atender as determinações do Tribunal de Contas da União – TCU, da Controladoria Geral da União – CGU e normativos vigentes, as quais certamente serão plenamente atendidas o mais breve possível.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena²⁵

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

²⁵ Não se aplica neste exercício.

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		37201/373051	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Os convênios a aprovar com data expirada, motivo proveniente do gargalo de estoques antigos de convênios, acarretando com isso acúmulo de demanda em nossa SR. b) Divergência dos valores liquidados versus os créditos realizável a longo prazo, como exemplo a constituição da conta à antiga "Provisões para Devedores Duvidosos" ou "Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa", agora é chamada de "PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PECLD" que é conta retificadora. Referente aos valores de créditos recebíveis a título de créditos de instalação. Fato relatado no acórdão do TCU n.º 6185/2011 – TCU 1ª Câmara. Porém, não foi realizada essa tarefa de provisionamento, por que estamos aguardando posicionamento de Brasília que informou que no âmbito da desta Autarquia esta sendo em elaboração, o Sistema de Cobrança do Crédito – SICCI cuja implantação ainda não tem data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão em curto prazo sua operacionalização. c) Não aplicabilidade do que orienta a NORMA DE EXECUÇÃO/Nº 31/2002, referente à Disciplina e os parâmetros e procedimentos para concessão e prestação de contas de SF e sua instituição e aplicação dos recursos financeiros através do CPGF, isto é, fugindo do controle interno normativo que relaciona à observância da regulamentação pertinente. d) Falta de Segurança da Documentação Contábil em que: as entidades do setor público devem desenvolver procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sistemas eletrônicos e que os documentos em papel podem ser digitalizados e armazenados em meio eletrônicos ou magnéticos, desde que assinados e autenticados, em observância a NBC que trata da escrituração em forma eletrônica, ou seja, todos os fatos exposto na segurança deverá partir dos Órgãos Centrais, descentralizando procedimentos e o processo licitatório par aquisição de serviços com a finalidade de digitalização e armazenamentos dos documentos em papel. e) A aplicação parcial da NBC 16.09 e não aplicação da NBC 16.10. Fato relatado e descrito no Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Maceió-AL	Data	10/03/2013
Contador Responsável	Aderson Frederico da Silva	CRC nº	4672
	Pedro Feliciano Cordeiro	CRC nº	102334

Aderson Frederico da Silva
Contador - INCRAL
CT CRC/AL - 004672/O
Matrícula SIAPE - 1499827

Pedro Feliciano Cordeiro
Responsável pelo Setor de
Contabilidade/SR-22

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008²⁶

Considerando o estabelecido no item 11.3, da PORTARIA-TCU Nº 150, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012:

*“Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades **que não executaram** sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.*

Considerando o estabelecido no art. 6º, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012:

“Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes e do Ministério Público da União - MPU, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.

Com fundamento nos normativos acima, a Diretoria de Administração do Incra dispensou todas as Unidades Gestoras deste Órgão da elaboração do atual item.

²⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976²⁷

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais²⁸

11.6 Parecer da Auditoria Independente²⁹

²⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

²⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

²⁹ Conteúdo a ser inserido pela Auditoria Interna do Incra Nacional.

12. Outras Informações Sobre a Gestão

Neste tópico, apresentamos informações de ações que, apesar de não estarem sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicional, recebemos créditos orçamentários para colaborar com suas execuções. Referimo-nos as seguintes ações: 2109 (Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas), 4304 (Mediação de Conflitos Agrários) e 8402 (Documentação da Trabalhadora Rural). As duas primeiras estão ligadas ao programa 2066 (), enquanto a última se vincula ao programa 2029 (Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária). As três ações estão sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Optamos por usar a mesma estrutura de informação apresentada no tópico 4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

Quadro Extra 1 – Ação 2109

Identificação da Ação						
Código	2109					
Descrição	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas					
Iniciativa	Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos					
Unidade Responsável	MDA					
Unidade Orçamentária	49101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
13.947,69	13.947,69	0,00	0,00	13.947,69	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Acampada Assistida (und)	Família	0,00	13.050,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Acampada Assistida (und)	-	69.680,00	43.320,00	27.360,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A promoção da paz, da justiça social, da segurança e da qualidade de vida no campo deve ser sempre buscada nas ações do Incra. A ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias

Acampadas – contribui significativamente nessa tarefa, ao promover o apoio jurídico, técnico, social e psicológico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos.

No exercício de 2012, não havia programação orçamentária nesta ação para a SR-22. Contudo, ao longo do exercício foram provisionados R\$13.947,69 (treze mil novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e nove centavos), sendo empenhado 100,00% desse montante, executados conforme indica o quadro abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339030	13.947,69	13.947,69		13.947,69		

Tabela 28 – ED2109

Essa execução orçamentária garantiu a aquisição, por parte da Ouvidoria Agrária Regional, responsável pela execução das ações, de rolos de lona a serem distribuídas em 2013. No exercício de 2012, foram beneficiadas 1.900 famílias acampadas através da distribuição de 70 rolos de lona. Ademais, mais 13.050 famílias acampadas foram beneficiadas através da distribuição de 47.155 cestas de alimento ao longo do exercício de 2012.

Nesta ação, são acompanhados os acampados da reforma agrária em Alagoas, através de um suporte mínimo para que estas famílias não fiquem desassistidas pelo poder publico. As demandas principais dizem respeito à aquisição de lonas para que não fiquem em situações de riscos sob as condições de intempéries de sol e chuva. Na mesma ação, cabe ao Incra evitar a situação de flagelo e fome. Por isso, juntamente com o Ministério Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e em parceria com as prefeituras que disponibilizam caminhões, são viabilizadas cestas básicas compostas por 08 (oito) itens (feijão, arroz, farinha, fubá, óleo, macarrão, açúcar e leite), totalizando 22 (vinte e dois) Kg. Tais benefícios, em caráter precário, são destinados às famílias, enquanto não conseguem em definitivo as áreas para permanecerem. Nas condições atuais, tais famílias muitas das vezes sofrem processo de reintegrações de posse e têm que se deslocarem para outras áreas, sendo necessária toda uma logística para transportar e montar novos acampamentos. Cabe também à Ouvidoria averiguar se nenhum ato excessivo foi cometido contra estas famílias, e, com isso, dar um mínimo de dignidade humana a elas.

Destacamos as principais dificuldades encontradas na execução desta ação: falta de recursos para aquisição de lonas, tempo de entrega, contingenciamento de recursos, não periodicidade para entrega das cestas. Foram entregues quatro etapas no ano de 2012, em março, abril, maio e final de novembro de 2012. Perceba-se que Alagoas tem mais de 7.000 (sete mil) famílias acampadas. A quantidade de rolos de lona tem sido insuficiente para atender a todos. Faltam viaturas (carro traçado para chegar a alguns lugares e caminhões) para uma melhor logística de apoio para efetivar as ações e melhor fiscalizá-las.

Mesmo com as dificuldades, o Incra Alagoas recebeu um apoio significativo da Ouvidoria Agrária Nacional (OAN/MDA), que disponibilizou recursos para aquisição de lonas, via registro de preço, e para viagens e deslocamentos. Da mesma forma, algumas prefeituras disponibilizaram caminhões para o transporte da cesta de alimentos.

Foi realizado um levantamento das áreas de acampamentos para ter minimamente um valor próximo do real do número de acampados. Em 2012, entretanto, Alagoas vem sofrendo consideravelmente com a seca prolongada. Áreas ficaram sem rebanho bovino, caprino ou outro para manter as famílias naquelas localidades. Outro problema encontrado foram as novas medições da FUNAI em áreas já previamente delimitadas para criação de assentamentos e que agora terão que ser revistas. Há probabilidade de que o número de acampados aumente nos próximos anos. Assim, caberá um aprofundamento dos estudos e uma melhor adequação e alocação dos recursos para atender estas áreas de forma a conter ou diminuir os efeitos futuros.

Quadro Extra 2 – Ação 4304

Identificação da Ação						
Código	4304					
Descrição	Medição de Conflitos Agrários					
Iniciativa	Proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais					
Unidade Responsável	MDA					
Unidade Orçamentária	49101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
11.719,49	11.347,99	11.347,99	0,00	0,00	11.347,99	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conflito atendido	Família	0,00	0,00	0,00	11.347,99

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Conflito atendido	-	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários – é executada pela Ouvidoria Agrária Regional – para promover a interlocução com os atores envolvidos em conflitos agrários coletivos, com as instituições afetas e com a sociedade civil organizada.

Tal qual a ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas – a ação 4304 busca a promoção da paz e da justiça social no meio rural.

Apesar de não haver previsão orçamentária para esta SR-22 trabalhar essa ação no exercício de 2012, foram provisionados R\$11.719,49 (onze mil setecentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos), sendo empenhado e pago 96,83% dessa provisão, conforme expõe o detalhamento da execução orçamentária apresentado no quadro que segue.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	7.719,49	7.719,49	7.719,49		7.719,49	
339036	4.000,00	3.628,50	3.628,50		3.628,50	371,50

Tabela 29 – ED4304

A execução do orçamento acima detalhado custeou o deslocamento de técnicos do Incra para realização de atividades que buscavam a redução da violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários.

A ouvidoria Agrária Regional é responsável pelo acompanhamento e mediação de conflitos em todo o estado de Alagoas, não só nas ações de reintegração de posse de áreas ocupadas por acampados da reforma agrária. Há também a mediação de conflitos entre os confrontantes das áreas já demarcadas pelo Incra e assentados. Também são alvo da ação da Ouvidoria os vários tipos de problemas que geram conflitos dentro dos projetos de assentamentos e na relação de assentados e acampados com instituições públicas, como prefeituras, órgãos públicos de abastecimento d'água, execução de obras. Há ainda o acompanhamento de desbloqueios de BR's e AL's, liberação de certidões para acampados para receberem seguro natividade, dentre outras atividades que exijam a prevenção do conflito e sua mediação, a fiscalização e o acompanhamento de distribuição de cestas básicas.

Os recursos aplicados nos deslocamentos dos técnicos para as várias áreas se deram para atender as atividades acima elencadas, bem como para diminuir os problemas existentes. Assim, liberou-se a Superintendência, possibilitando aos dirigentes do órgão a possibilidade de ir aos vários cantos do estado para levar as respostas das demandas solicitadas por acampados e assentados, sobretudo através da Sala do Cidadão.

Sem estes deslocamentos poderíamos ter várias ocupações de trabalhadores rurais na sede do Incra, bem como um impedimento de trabalho provocado por estas ocupações. As mediações têm também um outro efeito: o de informar com clareza o andamento processual das áreas pretendidas por aquelas famílias que estão acampadas, diminuindo assim a pressão existente sobre a Superintendência. As principais dificuldades encontradas na execução das ações foram: falta de viatura, de recursos para deslocamento, de pessoal administrativo para dar apoio logístico e para responder a todas as questões que passam pela Sala do Cidadão.

Quadro Extra 3 – Ação 8402

Identificação da Ação						
Código	8402					
Descrição	Documentação da Trabalhadora Rural					
Iniciativa	Fortalecimento das ações de formação em políticas públicas e garantia da participação das trabalhadoras rurais nas instâncias colegiadas e comitês gestores de políticas					
Unidade Responsável	MDA					
Unidade Orçamentária	49101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
38.378,58	36.998,96	36.998,96	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento emitido (und)	Família	0,00	6067	0,00	36.998,96

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento emitido (und)	-	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Através da ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural –, o Estado emite ao trabalhador rural de forma gratuita documentos civis, trabalhistas e de acesso a direitos previdenciários, por meio de mutirões itinerantes de documentação.

Em 2012, a Superintendência Regional desenvolveu a ação através de mutirões, realizado com os entes parceiros, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foram realizados 8 mutirões, alcançando a emissão de 6.067 documentos básicos, de um total geral de 3.053 pessoas atendidas. O quadro abaixo apresenta o detalhamento da execução da meta física no exercício.

Tabela 30 – Execução física da ação 8402 em 2012

MUTIRÃO	Documentos concedidos			Pessoas atendidas			Mês de realização
MUNICÍPIO	FEM	MAS	TOTAL	FEM	MAS	TOTAL	
Senador Rui Palmeira	619	251	870	500	182	682	Julho
Girau do Ponciano	402	272	674	227	167	394	Agosto
Igaci	325	240	565	79	77	156	Agosto
Feira Grande	282	283	565	68	60	128	Agosto
Mata Grande	575	500	1075	354	247	601	Agosto
São José da Tapera	471	367	838	235	155	390	Setembro
Mata Grande	436	365	801	191	177	368	Dezembro
Passo de Camaragibe	360	319	679	181	153	334	Dezembro
TOTAL	3470	2597	6067	1835	1218	3053	

Fonte: Equipe do PNDTR.

Cabe destacar que além da emissão de documentos, são realizadas ações educativas para esclarecer os beneficiários sobre o uso de documentos, apresentar políticas públicas e orientações diversas.

Não havia previsão orçamentária para esta ação em 2012. Contudo, foram provisionados R\$38.378,58 (trinta e oito mil trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), sendo empenhado, liquidado e pago 96,41% desse montante provisionado. O detalhamento da execução orçamentária apresentado no quadro abaixo revela a concentração de despesas com deslocamento (diárias e combustíveis) dos técnicos para realização dos mutirões.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas (R\$)	Empenhos Emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Empenhos a Liquidar (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Crédito Disponível (R\$)
339014	23.148,68	22.047,56	22.047,56		22.047,56	1.101,12
339030	2.738,40	2.738,40	2.738,40		2.738,40	
339036	12.491,50	12.213,00	12.213,00		12.213,00	278,50

Tabela 31 – ED8402

PARTE B—CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis³⁰

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária informou que não houve execução, durante o exercício de 2012, de atividade referente ao Cronograma de Levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis acima de 10.000 ha, (Portaria INCRA Nº 12/2006).

14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

No processo de demonstração da conformidade e do desempenho da gestão no exercício, realizado através deste Relatório, ficou demonstrado que a Unidade do INCRA/AL, se defronta com uma limitação significativa que se refere à grande quantidade de demanda, sem uma correspondente capacidade operacional para responder ao volume de trabalho. Exemplifica esse problema, a grande quantidade de créditos instalações a serem fiscalizados em contraste com a pequena quantidade de fiscais.

O problema de insuficiência no quantitativo de pessoal perdurará em 2013, pois do concurso realizado por esta Autarquia em 2010, só poderemos aproveitar, no máximo, o ingresso de um antropólogo nos quadros desta SR-22. Agravando esse quadro, cresce o número de servidores que passam a fazer jus à aposentadoria.

A reestruturação de diversas ações trabalhadas por essa Autarquia, indicada pela Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2013, se apresenta como outro desafio para o exercício.

Ainda no âmbito orçamentário, outro problema deve perdurar no exercício de 2013: o contingenciamento orçamentário-financeiro promovido pelo governo federal. Seu impacto no âmbito dessa Superintendência não é positivo, uma vez que provoca o adiamento da execução das ações, concentrando a execução no final do exercício, o que acarreta elevação dos valores inscritos em restos a pagar.

No âmbito da atuação desta SR-22, diversos são os desafios. Precisamos qualificar cada vez mais o processo de seleção das famílias a serem beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma

³⁰ Não houve ocorrência no exercício.

Agrária, garantindo inclusive que as famílias tenham acesso às demais políticas públicas, através da inserção das mesmas no CADÚnico.

Precisamos ainda superar as dificuldades da implantação do Novo Fluxo para Obtenção de Terras, garantir a assistência técnica de qualidade às famílias assentadas, bem como dar continuidade à política de reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas e conectá-la às demais ações de desenvolvimento rural.

Desafios não nos faltam. Vencê-los é fundamental, diante da importância social, econômica e ambiental desta Superintendência Regional do Incra para o Estado de Alagoas.

ANEXOS

ANEXO I – Crédito supervisionado em 2012

Crédito supervisionado em 2012					
Nº do processo	Nº de PAs	PA	Município	Modalidade de Crédito	Nº de famílias
54360.000937/2007-08	1	CATUCÁ	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	FOMENTO	58
54360.000941/2007-68	1	AMOR E PIEDADE	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	FOMENTO	67
54360.000442/2006-90	1	BELO HORIZONTE	NOVO LINO	FOMENTO	510
54360.001758/2006-07	1	RIACHO GRANDE E QUIXABA	PÃO DE AÇÚCAR	FOMENTO	30
54360.002056/2008-02	1	DUAS BARRAS I	FLEXEIRAS-AL	FOMENTO	60
54360.000983/2009-61	1	GENIVALDO MOURA II/SANTA LUZIA DO RIACHÃO e DOM BOSCO.	CRAÍBAS	FOMENTO	20
54360.000983/2009-61	1	JACOBINA I	BELO MONTE	APOIO INICIAL	8
54360.000949/2007-24	1	NOVA VIDA/POÇO DE ANTAS	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	APOIO INICIAL	50
54360.00932/2007-77	1	SEBASTIÃO GOMES/BRILHO DO SOL	FLEXEIRAS	FOMENTO	81
54360.0950/2007-59	1	BRIOSO CABROCO	FLEXEIRAS	FOMENTO	24
54360.00977/2007-41	1	OLHOS D'ÁGUA/GASTONE BELTRÃO	OLHOS D'ÁGUA DO CASADO	CONSTRUÇÃO	36
54360.00939/2009-99	1	TODOS OS	ÁGUA BRANCA	CONSTRUÇÃO	48

		SANTOS/CHUPETE			
54360.00594/2005-10	1	COBRAS	ÁGUA BRANCA	CONSTRUÇÃO	16
54360.002524/2009-11	1	ELDORADO DOS CARAJÁS	BRANQUINHA	RECUPERAÇÃO	6
54360.002687/2009-02	1	SANTO ANTONIO DA BOA VISTA	BRANQUINHA	RECUPERAÇÃO	40
54360.002685/2009-13	1	VALE DO SURUBIM	MATA GRANDE	RECUPERAÇÃO	10
54360.00434/2006-43	1	SANTA ISABEL	GIRAU DO PONCIANO	RECUPERAÇÃO	30
54360.00937/2008-38	1	ANTONIO CONSELHEIRO	PIRANHAS	RECUPERAÇÃO	4
54360.001309/2005-70	1	MARGARIDA ALVES / SAMAMBAIA	PIRANHAS	RECUPERAÇÃO	69
54360.00617/2007-40	1	MARGARIDA ALVES/CARAMURU	MARAGOGÍ	CONSTRUÇÃO	14
54360.001763/2006-10	1	MANIVAS ROMUALDO	QUEBRANGULO	RECUPERAÇÃO	21
54360.5202007-37	1	PADRE EMÍLIO APRIL/GORDO	UNIÃO PALMARES	CONSTRUÇÃO	64
54360.000941/2007-68	1	AMOR PIEDADE	FLEXEIRAS	CONSTRUÇÃO	8
54360.000937/2007-08	1	CATUCÁ	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	CONSTRUÇÃO	104
54360.002056/2008-02	1	DUAS BARRAS I	FLEXEIRAS	CONSTRUÇÃO	44
54360.000952/2007-48	1	FLOR DO BOSQUE	MESSIAS	CONSTRUÇÃO	21
				FOMENTO	30
54360.000936/2007-55	1	GUANABARA	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	CONSTRUÇÃO	10

				FOMENTO	1
54360.998/2007-67	1	LAGOA AZUL/NOVA REFORMA	FLEXEIRAS	CONSTRUÇÃO	16
54360.90949/2007-54	1	POÇO DE ANTAS	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	CONSTRUÇÃO	58
54360.001000/2007-41	1	AMOLAR I	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	CONSTRUÇÃO	10
54360.000932/2007-34	1	PARARIZ	FLEXEIRAS	CONSTRUÇÃO	12
54360.000949/2007-24	1	S.J. MILAGRES/CAPRICHOS	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	CONSTRUÇÃO	48
54360.01004/2007-20	1	PEDRA CRISTALINA	FLEXEIRAS	CONSTRUÇÃO	12
54360.00568/2006-64	1	CALDEIRÕES	FLEXEIRAS	CONSTRUÇÃO	152
54360.00932/2007-77	1	SEBASTIÃO GOMES/BRILHO DO SOL	FLEXEIRAS	CONSTRUÇÃO	210
54360.00757/2007-18	1	LOANGO	CAJUEIRO	CONSTRUÇÃO	69
54360.00543/2004-07	1	OURICURI II	ATALAIA	CONSTRUÇÃO	91
54360.00543/2004-07	1	NOVO HORIZONTE/PONTE DOS DIAS	PENEDO	CONSTRUÇÃO	21
54360.001390/2009-11	1	BOM JESUS	MARAGOGÍ	RECUPERAÇÃO	15
54360.00900/2004-29	1	MELOS	MARAGOGÍ	RECUPERAÇÃO	15
54360.00908/2004-95	1	LEMON	MARAGOGÍ	RECUPERAÇÃO	15
54360.0906/2004-047	1	JUNCO	MARAGOGÍ	RECUPERAÇÃO	13
54360.00731/2010-75	1	COSTA DOURADA	MARAGOGÍ	RECUPERAÇÃO	15
54360.001391/2009-66	1	ITABAIANA	MARAGOGÍ	RECUPERAÇÃO	30

54360.00690/2008-70	1	RENDEIRA/NUCLEO 25 DE JULHO	GIRAU DO PONCIANO	RECUPERAÇÃO	15
54360.00585/2006-00	1	COSTA/PATATIVA DO ASSARÉ	OLHOS D'ÁGUA DO CASADO	RECUPERAÇÃO	16
					1
54360.000587/2006-91	1	BOM JESUS TALHADO	DELMIRO GOUVEIA	RECUPERAÇÃO	12
54360.002645/2009-63	1	SERRANA	UNIÃO PALMARES	RECUPERAÇÃO	50
54360.002651/2009-11	1	MACIAPE	PORTO CALVO	RECUPERAÇÃO	22
54360.00955/2009-43	1	CONCEIÇÃO	PORTO CALVO	RECUPERAÇÃO	20
54360.00467/2006-93	1	SANTA LUZIA DO RIACHÃO	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	RECUPERAÇÃO	5
54360.00466/2006-49	1	BOA UNIÃO	PORTO CALVO	RECUPERAÇÃO	7
54360.00432/2006-54	1	SERRA PRETA	UNIÃO PALMARES	RECUPERAÇÃO	61
54360.000585/2006-00	1	COSTA	OLHOS D'ÁGUA DO CASADO	RECUPERAÇÃO	30
54360.000586/2006-46	1	DOIS IRMÃOS	PIRANHAS	SEMI-ÁRIDO	36
54360.002646/2009-16	1	QUINTA DA SERRA	VIÇOSA	CONSTRUÇÃO	84
54360.000617/2007-40	1	CARAMURU	MARAGOGI	CONSTRUÇÃO	20
54360.002658/2009-32	1	VARESE	ATALAIA	RECUPERAÇÃO	5
54360.000989/200/-76	1	SÃO LUIZ	ATALAIA	RECUPERAÇÃO	5
5.436.000.000.000.000	1	PONTE DOS DIAS	PENEDO	CONSTRUÇÃO	8

54360.000730/2010-21	1	BOA VISTA I	JACUÍPE	RECUPERAÇÃO	53
54360.000456/2008-75	1	SÃO FRUTUOSO	MATRIZ DE CAMARAGIBE	RECUPERAÇÃO	2
54360.000517/2004-71	1	NOVA PAZ	GIRAU DO PONCIANO	CONSTRUÇÃO	3
54360.000942/2004-60	1	MASSANGANA	MARAGOGÍ	RECUPERAÇÃO	15
54360.001392/2009-19	1	JAVARI	MARAGOGÍ	RECUPERAÇÃO	15
54.360.000938/2007-44	1	BOM CONSELHO	SÃO LUIZ DO QUITUNDE-AL	APOIO INICIAL	1
				FOMENTO	2
54360.000932/2007-34	1	JOÃO PEDRO TEIXEIRA/PARARIZ	FLEXEIRAS	FOMENTO	22
54360.001465/2004-50	1	SANTA CRUZ DO RIACHÃO	MTRIZ DE CAMARAGIBE	RECUPERAÇÃO	4
54360.000344/2005-71	1	BEZERROS	DELMIRO GOUVEIA	CONSTRUÇÃO	50
Total	69				2850

Anexo II – Licenças ambientais protocoladas em 2012

Licença protocolada em 2012			
Nome do Imóvel/PA	Município	Qtd. de protocolo	Tipo de Licença
Fazenda Poldrinhos	Olho D'Água do Casado	1	LP
Che Guevara/ Ribeira I e II e Santo Antônio	Traipu	1	LIO
Sítio Novo	Traipu	1	LIO
Marcação	Traipu	1	LIO
Bom Jesus	Maragogi	1	LIO
Magebura	Maragogi	1	LIO
Melos	Maragogi	1	LIO
Pau Amarelo	Maragogi	1	LIO
Água Fria	Maragogi	1	LIO
Costa Dourada	Maragogi	1	LIO
Javari	Maragogi	1	LIO
Nova Jerusalém	Maragogi	1	LIO
Padre Cícero	Traipu	1	LIO
Riachão	Traipu	1	LIO
Maciape	Porto Calvo	1	LIO
Conceição	Porto Calvo	1	LIO
Boa Vista	Porto Calvo	1	LIO
Sílvio Viana (Papuã)	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Duas Barras I	Flexeiras	1	LIO
Catucá	São Luiz do Quitunde	1	LIO
São João do Bom Conselho I	São Luiz do Quitunde	1	LIO
São João do Bom Conselho II	São Luiz do Quitunde	1	LIO
João Pedro Teixeira / Parariz	Flexeiras	1	LIO
Sebastião Gomes	Flexeiras	1	LIO
Flexeiras	Flexeiras	1	LIO
Amor/Amor ou Piedade	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Poço de Antas/Nova Vida	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Santa Luzia	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Guanabara	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Caldeirões	Flexeiras	1	LIO
Brioso/Cabocó	Flexeiras	1	LIO
Bom Conselho	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Caramuru	Maragogi	1	LIO
Espírito Santo	Maragogi	1	LIO
Oziel Alves/Aquidaban	Maragogi	1	LIO
Serra Preta	União dos Palmares	1	LIO
Boa Fé	Atalaia	1	LIO
Rendeira	Girau do Ponciano	1	LIO
Bezerros	Delmiro Gouveia	1	LIO
Genivaldo Moura	Delmiro Gouveia	1	LIO
Bom Jesus/Talhado	Delmiro Gouveia	1	LIO
Jurema	Delmiro Gouveia	1	LIO

Lameirão	Delmiro Gouveia	1	LIO
Peba	Delmiro Gouveia	1	LIO
Xingozinho	Delmiro Gouveia	1	LIO
Dois Irmãos	Piranhas	1	LIO
Paraná	Girau do Ponciano	1	LIO
Japão I	Pão de Açúcar	1	LIO
Novo Gosto	Pão de Açúcar	1	LIO
Riacho Grande e Quixaba	Pão de Açúcar	1	LIO
Algodão	Palmeira do Índios	1	LIO
Nova Esperança II	Olho D'Água do Casado	1	LIO
25 de Março / Fazenda de Criação	Anadia	1	LIO
Sete Coqueiros	Girau do Ponciano	1	LIO
Roseli Nunes	Girau do Ponciano	1	LIO
Nova Paz	Girau do Ponciano	1	LIO
Canafístula	Jacuípe	1	LIO
Brasileiro	Atalaia	1	LIO
Ipê Amarelo	Atalaia	1	LIO
Varese	Atalaia	1	LIO
Cabeceira e Pacavira	Chã Preta	1	LIO
Merêncio	Chã Preta	1	LIO
Santa Fé	Chã Preta	1	LIO
Camaçari	Joaquim Gomes	1	LIO
Boa Vista II	Porto de Pedras	1	LIO
Irmã Doroty Stang/Lucena	Porto de Pedras	1	LIO
Alexsander Cauchi/Areias	Porto de Pedras	1	LIO
Pacas	Murici	1	LIO
Dom Helder Câmara	Murici	1	LIO
Padre Emílio April/Gordo	União dos Palmares	1	LIO
Cavaco	União dos Palmares	1	LIO
Pindoba II	União dos Palmares	1	LIO
Paraíso	Água Branca	1	LIO
Cobra	Água Branca	1	LIO
Todos os Santos/Chupete	Água Branca	1	LIO
São Frutuoso	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Santa Isabel	Girau do Ponciano	1	LIO
Samambaia	Piranhas	1	LIO
Lagoa dos Padres	Piranhas	1	LIO
Florestan Fernandes	Matriz de Camaragibe	1	LIO
Paraíso Agrícola	Matriz de Camaragibe	1	LIO
Santa Cruz do Riachão	Matriz de Camaragibe	1	LIO
Boa União	Porto Calvo	1	LIO
Dourada	Viçosa	1	LIO
Serrote das Aroeiras	Jacaré dos Homens	1	LIO
Novo Horizonte/Ponte dos Dias	Penedo	1	LIO
Eldorado dos Carajás	Branquinha	1	LIO
Flor do Mundaú	Branquinha	1	LIO
Nova Esperança II	Branquinha	1	LIO

Santo Antônio da Boa Vista	Branquinha	1	LIO
Zumbi dos Palmares	Branquinha	1	LIO
Santa Luzia do Riachão	São Luiz do Quitunde	1	LIO
São Pedro II	Atalaia	1	LIO
Malhada Vermelha	Água Branca	1	LIO
Vale do Surubim	Mata Grande	1	LIO
Japão II	Girau do Ponciano	1	LIO
Delmiro Gouveia	Inhapi	1	LIO
Duas Barras II	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Pedra Cristalina/Pedra Grande	Maceió	1	LIO
Lago Azul/Nova Reforma	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Jussara e Laranjeiras	Ibateguara	1	LIO
Salgadinho	Inhapi	1	LIO
Espírito Santo	Joaquim Gomes	1	LIO
Paulo Freire/Serrana	União dos Palmares	1	LIO
Chico Mendes/Bebidas	União dos Palmares	1	LIO
Amolar I	Flexeiras	1	LIO
Amolar II	Flexeiras	1	LIO
São José dos Milagres/São José do Capricho	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Fidel Castro/Pimentas	Joaquim Gomes	1	LIO
Pedra Talhada	Joaquim Gomes	1	LIO
Riachão	São Luiz do Quitunde	1	LIO
Flor do Bosque	Messias	1	LIO
São Luiz	Atalaia	1	LIO
Cobras/Vitória da Conquista	Flexeiras	1	LIO
Pulgas/Nova Conquista	Flexeiras	1	LIO
Gruta D'Água	Colônia Leopoldina	1	LIO
Manivas Romualdo	Quebrangulo	1	LIO
Genivaldo Moura II/Santa Luzia do Riachão e D. Bosco	Craíbas	1	LIO
Primavera	Paripueira	1	LIO
Loango	Cajueiro	1	LIO
Provisão/Vida para Cristo	Maceió	1	LIO
Lagoa da Cachoeira	Piranhas	1	LIO
Total		122	

Anexo III – Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha)) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. (1.673.572,73) Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br . (2.777.850,6000)	60,24
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	60
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{ Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos na ação 4460 – SIAFI e SIR. (R\$ 994.523,49)	2059,05
							Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. (483 ha)	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. (122)	1220
							Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. (10)	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. (154)	91,12
							Quantidade total de PA(s) federais – Sipra. (169)	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR: (0) Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra. (279)	0
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR (114) Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra. (169)	67,45
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. (1376) Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra. (279)	493,18

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; (617) Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra. (279)	221,14
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	456

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	0
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	500 por mês
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. (509) Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR. (1200)	42,41

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	☐ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. (21/85)	24,7
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	☐ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. (2930/85)	34,4
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	☐ SIAFI e SICONV	0

Anexo IV – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA									
CNPJ: 00.375.972/0023-76						UG/GESTÃO: 373051			
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	Nº do Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	625737	07.365.874/0001-91	6.049.809,04	288.368,58	0,00	6.003.489,04	16-jun-08	29-mai-12	1
1	629081	06.126.351/0001-20	5.969.099,42	302.547,76	0,00	5.927.052,38	22-jul-08	29-mai-12	1
1	629132	00.759.221/0001-48	1.353.988,65	67.706,71	0,00	1.325.406,19	22-jul-08	29-mai-12	1
1	631688	03.635.713/0001-10	482.499,54	28.480,39	36.653,16	470.920,20	28-ago-08	29-mai-12	1
1	631689	03.997.641/0001-50	2.311.916,06	112.323,65	0,00	2.260.059,26	28-ago-12	29-mai-12	1
1	632232	05.559.308/0001-95	398.398,94	23.096,31	0,00	239.871,33	08-set-08	31-dez-11	2
1	633984	35.745.520/0001-08	2.347.660,56	117.809,24	0,00	2.320.861,41	16-out-08	29-mai-12	1
1	635889	06.126.351/0001-20	149.151,00	7.850,00	0,00	149.151,00	05-dez-08	30-jul-12	1
1	636493	06.126.351/0001-20	111.032,00	5.100,00	0,00	111.032,00	11-dez-08	30-jun-12	1
1	635862	06.126.351/0001-20	9.262,50	500,00	0,00	9.262,50	03-dez-08	31-dez-13	1
1	638328	07.365.874/0001-91	970.393,04	10.420,00	0,00	970.393,04	24-dez-08	30-dez-10	1
1	638485	11.390.457/0001-76	326.086,19	28.500,00	0,00	182.789,12	24-dez-08	24-dez-11	2
1	654477	06.126.351/0001-20	70.500,00	3.120,00	0,00	70.500,00	23-dez-09	31-dez-13	1

TOTAL	20.549.796,94	995.822,64	36.653,16	20.040.787,47			
<u>LEGENDA</u>							
Modalidade:				Situação da Transferência:			
1 -	Convênio			1 -	Adimplente		
2 -	Contrato de Repasse			2 -	Inadimplente		
3 -	Termo de Cooperação			3 -	Inadimplência Suspensa		
4 -	Termo de Compromisso			4 -	Concluído		
				5 -	Excluído		
				6 -	Rescindido		
				7 -	Arquivado		
Fonte: Grupo de Trabalho e Execução							